U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Vila d'Este: Retrato de um Espaço Público Singular

Joana Vasconcelos Barbosa

M

2022

U.PORTO

Joana Vasconcelos Barbosa. Vila d'Este: Retrato de um Espaço Público Singular

Vila d'Este: Retrato de um Espaço Público Singular

Joana Vasconcelos Barbosa

FACULDADE DE ARQUITETURA

M.FAUP **2022**

Vila d'Este: retrato de um espaço público singular

Joana Vasconcelos Barbosa

Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto sob orientação do Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues

Porto, Julho, 2022

Nota prévia

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do novo acordo ortográfico.
As citações de língua portuguesa transcritas respeitam o acordo ortográfico adotado nas respetivas edições.
As citações e expressões transcritas, de edições em língua estrangeira, foram livremente traduzidas pela autora.

À minha avó.

AGRADECIMENTOS

ao professor Álvaro Domingues, que me ensinou a duvidar,

ao arquiteto Nuno Abrantes, pela disponibilidade,

aos meus amigos, pelo amparo e companheirismo,

à minha família, pelo apoio incondicional e pela crença de que sou capaz,

a todos aqueles que viveram comigo a viagem que aqui termina, mas, sobretudo, aos que não chegaram a vê-la terminar,

obrigada.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo primordial a análise, compreensão e exposição dos modos de uso e apropriação do espaço público da urbanização de Vila d'Este (antiga Quinta do Monte Grande), o maior conjunto habitacional de Vila Nova de Gaia e local de residência de cerca de dezasseis mil pessoas.

Numa urbanização onde o espaço configurado pelos edifícios e rede infraestrutural é, umas vezes, demarcado e identificável e, outras, indefinido ou dúbio, este estudo pretende, por um lado, efetuar uma análise do território, procurando discriminar as diferentes tipologias de espaços públicos que a urbanização oferece e, por outro, compreender de que forma estes espaços são utilizados e apropriados, tendo sempre em consideração que variáveis como a topografia, a implantação particular do edificado ou fatores de ordem circunstancial podem impactar, promover ou dificultar determinadas práticas. Partindo da observação direta da experiência quotidiana dos cidadãos no espaço e da análise das «marcas» que estes imprimem no território, pretende-se expor a forma como estes se organizam no espaço público.

Mais do que um exercício de interpretação ou exposição de modos de apropriação do espaço público de um qualquer caso de estudo, a escolha da urbanização em causa prendeu-se com inúmeras questões.

Pela sua dimensão (que não encontra precedentes na malha urbana do território onde se insere), características particulares de implantação, vicissitudes no desenvolvimento ao longo das décadas e heterogeneidade da população residente, Vila d'Este pareceu o laboratório ideal para o questionamento dos conhecimentos adquiridos durante a formação académica, que são, frequentemente, tidos como verdades absolutas, assimilados e reproduzidos sem grandes interrogações.

Para a prossecução deste exercício foi, num primeiro momento, elaborado um enquadramento teórico onde se reuniu uma série de contributos de diferentes autores, que se revelou útil para o esclarecimento do conceito de «espaço público», frequentemente versado e debatido nas disciplinas da Arquitetura e do Urbanismo e, ainda assim, objeto de inúmeras interpretações.

Por sua vez, num segundo momento, partiu-se para a análise do caso de estudo selecionado- Vila d'Este. Partindo do enquadramento histórico da urbanização, no qual se procurou expor a sua génese, fases de construção, requalificação e progressiva integração na malha urbana, o trabalho prosseguiu com a análise da rede de espaços públicos que integra, das categorias espaciais que contém e dos seus modos de uso e apropriação, a partir de um olhar (mais ou menos) desprovido de ideias pré-concebidas sobre «espaço público».

Fundamentalmente, esta dissertação constituiu um exercício experimental de análise dos modos de uso e apropriação do espaço público de um dado contexto, mas, sobretudo, um exercício de desconstrução de conceitos assimilados e de questionamento dos intrumentos disciplinares comummente utilizados.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is the analysis, understanding and exposition of the ways the public space of Vila d'Este (formerly known as Quinta do Monte Grande), the biggest housing complex in Vila Nova de Gaia and home of about sixteen thousand people, is used and appropriated.

In an urbanization where the space designed by the buildings and infrastructural network is, sometimes, demarcated and discernible and, other times, undefined or dubious, this study aims, on the one hand, to carry out an analysis of the territory, aiming to differentiate the different typologies of public spaces that the urbanization offers and, on the other hand, to understand in what way these spaces are used and appropriated, always taking into consideration that variables like topography, the specific implantation of the building or circumstantial factors can impact, enhance or encumber certain practices. Starting from the direct observation of the daily experience of the citizens in space and from the analysis of the «traces» they leave in the territory, it is intended to expose the way they organize in the public space.

More than an exercise of interpretation or exposure of the ways in which the public space is used in any given case study, the choice to study this urbanization is linked to several issues.

Due to its size (unmatched in the urban fabric of the territory where it is located), particular characteristics of implantation, development hardships over the decades and diversity of the resident population, Vila d'Este seemed like the ideal laboratory to question the knowledge acquired during academic education, which is often taken as a tenet, assimilated and reproduced without major questioning.

To carry on this exercise, it was primarily elaborated a theoretical framework where it was collected a series of contributions from different authors, which was useful to clarify the concept of «public space», frequently approached and discussed in the disciplines of Architecture and Urbanism and, nevertheless, object of multiple interpretations.

In turn, in a second moment, we began the analysis of the selected case

study, Vila d'Este. Starting from the historic framing of the urbanization, in which we sought out to expose its genesis, construction phases, rehabilitation and progressive integration in the urban fabric, this exercise continued with the analysis of the public space network it integrates, of the spacial categories it contains and of its appropriation, from a perspective (more or less) free of preconceived ideas about «public space».

Fundamentally, this dissertation constituted an experimental exercise of analysis of the types of use and appropriation of the public space of a specific context, but, mainly, it was an exercise of deconstruction of asimilated concepts and of questioning of the disciplinary instruments commonly used.

ÍNDICE

Agradecimentos 9

Resumo 11

Abstract 13

Introdução 19

I. «Espaço público»: ambiguidade e pluralidade 23

1 | Espaço público: uma introdução 25

2 | Quatro dimensões fundamentais 28

2.1 | A dimensão jurídica do espaço público: propriedade e acessibilidade 28

2.2 | Espaço público como suporte da vida pública e política- eu, o outro e a vida em sociedade 31

2.3 | A dimensão morfo-funcional do espaço público 33

2.4 | O espaço público como espelho da identidade e memória coletivas 36

2.5 | Uma síntese 38

II. Estudo de caso: Vila d'Este 43

1 | Apresentação do caso de estudo 45

1.1 | Introdução 45

1.2 | Reflexão sobre a inadequação dos sistemas de categorização tradicionais ao conhecimento em Urbanismo 50

1.3 | Vila D'Este a duas dimensões: reconhecimento global do território 55

1.4 | A potencial falibilidade da planta como exercício único de reconhecimento do espaço público 67

2 | Vila d'Este: Retrato de um espaço com baixa intensidade de uso 71

2.1 | Panorama geral 71

2.2 | A geografia de Vila d'Este: isolamento físico, "guetização" social e progressiva abertura ao exterior 73

2.3 | Multifuncionalidade vs monofuncionalidade: Vila d'Este como dormitório? 75

2.4 | Espaços comerciais e serviços: um círculo vicioso de abandono 79

2.5 | Implantação do edificado e a questão do piso térreo 83

2.6 | Impasses, barreiras e obstáculos no espaço público 87

2.7 | Considerações sobre a baixa intensidade de uso do espaço público 92

3 | Espaço público: reflexões diversas 95

3.1 | Sobre o peão e o automóvel: coexistência ou atrito? **95**

3.2 | Sobre o ato de sentar: uma questão de autonomia 103

3.3 | Sobre os lugares «da brincadeira»: expectativa vs realidade 104

3.4 | Sobre a dimensão simbólica dos espaços 109

3.5 | Sobre sequencialidade e descontinuidade no espaço público 119

3.6 | Sobre ambiguidade e indefinição no espaço público 123

3.7 | Sobre o espaço em metamorfose 125

Considerações finais 129

Referências e fontes bibliográficas 133

Índice de imagens 135

Anexos 137

INTRODUÇÃO

O conjunto habitacional Quinta do Monte Grande/Vila d'Este consiste numa urbanização de grandes dimensões que se implanta de forma marcante no território e paisagem de Vila Nova de Gaia. Fundamentalmente monofuncional, integra um conjunto de edifícios de habitação lineares de grande escala, cujas características morfológicas (sobretudo, do conjunto) remetem para os empreendimentos habitacionais edificados no período do Movimento Moderno.

Se uma visão afastada deste complexo poderá criar a ilusão de um conjunto habitacional estático e pouco dinâmico, uma aproximação a esta urbanização revela uma pluralidade de formas de apropriação do espaço, mesmo que à primeira vista dissimuladas. Ainda assim, seria de esperar que a um conjunto habitacional com uma grande densidade populacional correspondesse uma intensidade de uso do espaço público, entre edifícios, igualmente significativa. Porém, verificou-se que as dinâmicas que se desenrolam no espaço público não são lineares. A implantação do edificado e da rede rodoviária que o serve conformaram um espaço entre edifícios, por vezes, sobrante ou indefinido, deixando apenas alguns espaços de uso público nomináveis ou com um papel claro no conjunto.

Não obstante, as primeiras ações de reconhecimento do território tornaram evidente a diversidade de formas de uso e apropriação do espaço público pelos agentes que dele usufruem e, sobretudo, a apropriação singular de determinados espaços, demonstrativa da riqueza simbólica e do valor que os cidadãos, individual ou coletivamente, têm a capacidade de gerar no espaço. Contrariamente ao que se poderia pensar, e de acordo com o que foi possível observar, estas práticas não têm lugar apenas em espaços de domínio público, ocorrendo, antes, em todos locais que permitem- ou não restringem- o acesso aos cidadãos. Tornou-se claro, logo num primeiro momento, que neste contexto a apropriação do espaço público acontece alienada dos desígnios «delineados» em projeto, isto é, dos modos de uso («prescritos» *a priori*) que um dado espaço deve, em teoria, suportar, e quando o deve fazer. Este facto, reconhecível logo desde o início da análise do caso de estudo, reforça a ideia de que disciplinas como a Arquitectura, o Urbanismo ou até o Direito apenas influenciam o comportamento das pessoas no espaço até determinado ponto, não podendo nunca impor, prever ou condicionar o

comportamento humano no espaço na sua totalidade. Quando o assunto em questão é «espaço público», a expectativa não se alinha, comummente, com a realidade, e isto constitui um dos tópicos de estudo mais interessantes relativos a este tema.

Porque próxima do meu local de residência, tinha já usufruído dos espaços e serviços que Vila d'Este oferece, pelo que a vontade de um estudo mais aprofundado sobre espaço público rapidamente levou à escolha deste empreendimento habitacional. Pelos motivos já enunciados, da sua dimensão à heterogeneidade populacional que lhe é característica, Vila d'Este revelou-se o palco ideal para o questionamento de conceitos assimilados e poucas vezes por mim questionados. Da natureza ambígua dos seus espaços, passando pelas dinâmicas singulares que neles ocorrem e pela infinidade de formas de uso e apropriação do espaço que se distanciam do esperado, este conjunto começou, logo desde início, a colocar em causa os meus instrumentos disciplinares e modos de análise do espaço público, que tinham por base «pré-conceitos» estabelecidos e de modos de interpretação do espaço público (e das dinâmicas que lhe são inerentes) viciados ou simplistas. Assim, partindo do caso de estudo da urbanização de Vila d'Este, a presente dissertação procura, sobretudo, analisar e retratar a apropriação do espaço público em questão, a partir de uma estratégia (idealmente) livre de «pré-conceitos».

Com vista ao cumprimento destes objetivos procurou-se, primeiramente, compreender e esclarecer conceitos como «espaço público», reconhecendo o seu caráter multifacetado e a sua tendência mutável, não apenas no tempo, mas também nos diferentes contextos espaciais ou territoriais em que este conceito se materializa. Paralelamente, foi elaborada uma análise global da urbanização, onde se abordaram todas as questões relativas ao seu desenvolvimento temporal, do início da sua edificação na década de oitenta até aos dias de hoje.

Posteriormente, iniciou-se o reconhecimento dos espaços que constituem o conjunto, reconhecimento este que se materializou numa planta onde estes espaços aparecem discriminados e agrupados em categorias (diferenciadas por cores), numa análise elaborada sobretudo de forma empírica, no lugar. Com isto, procurou-se não só reconhecer as distintas categorias espaciais que a urbanização integra, mas, sobretudo, questionar os modos ou processos tradicionais de análise do espaço público, que muitas vezes têm por base premissas ou guias de avaliação abstratos e universais, que pouca informação traduzem do espaço público. Questionou-se, assim, o habitual recurso a expressões abstratas como

«espaço verde» ou «espaço de estar», como modo simplista de categorizar o espaço público, que apenas nos permite um reconhecimento superficial do lugar. Reconhece-se, ainda assim, que qualquer tentativa de questionamento do conhecimento adquirido ou do saber instituído será apenas isso, um questionamento, que terá, inevitavelmente, o saber estabelecido como suporte basilar, que não pode nem deve ser acriticamente rejeitado.

Contudo, porque arquitetos e urbanistas projetam o espaço público, revela-se indispensável uma reflexão sobre os dogmas associados à sua análise e interpretação. Sendo verdade que é comum, na análise de espaço público, a repartição e classificação do espaço em categorias particulares, é também verdade que estas se revelam, frequentemente, vagas e simplistas. Abraçando o preceito de que, no domínio teórico, é suficiente uma análise do espaço público repartido e organizado em categorias universais e estanques, coloca-se de parte a complexidade inerente ao espaço público, que mais do que um conceito passível de ser materializado fisicamente, está intimamente relacionado com o indivíduo e a sociedade que dele usufrui, estando por isso sujeito a todos os fenómenos que advêm da imprevisibilidade e diversidade do comportamento humano no espaço (que desafia regularmente as normas que lhe são impostas). Por esse mesmo motivo, e não desconsiderando a análise do espaço elaborada a partir da sua partição e classificação em categorias (útil, até, por questões de praticidade e sistematização), a planta de conjunto, elaborada aquando do reconhecimento do território, constitui apenas a primeira parte de um estudo que se quer mais abrangente, a primeira abordagem a um território complexo e heterogéneo que se revelou necessário descodificar. Efetivamente, se a categorização dos espaços segundo critérios como a afinidade morfológica ou tipológica pode ser útil para uma compreensão generalista e simplificada da totalidade do espaço público de um dado contexto (como «cristalizado» na planta), para um entendimento mais aprofundado da realidade desse sistema, torna-se imperativo o distanciamento dos métodos de análise e sistematização a duas dimensões, que, sendo parte integrante do processo de reconhecimento do lugar, deve existir a par da análise, *in situ*, das dinâmicas que ocorrem no espaço público (ou a ausência delas) e os modos (particulares, heterogéneos e não «canónicos») de apropriação do espaço.

Foi a partir deste discurso que se construiu a última parte da dissertação- o retrato do espaço público de Vila d'Este-, que privilegiou um leque diverso de questões, desde a análise da ambiência dos espaços e

suas intensidades de uso, até à identificação dos paradoxos, ambiguidades, surpresas, continuidades e descontinuidades no sistema e marcas simbólicas impressas no lugar.

Não tendo a pretensão de procurar interpretar ou explicar em demasia os fenómenos observados (o que constituiria um outro trabalho), esta dissertação procura, sobretudo, expor a diversidade e a casuística das dinâmicas que ocorrem no espaço público (neste caso, a partir de um caso de estudo em particular).

Fundamentalmente, este trabalho constitui um exercício pessoal de desconstrução de ideias, conceitos e modos de análise do espaço público pré-estabelecidos, adquiridos ao longo do percurso académico e encarados, muitas vezes, como verdades irrefutáveis. Assim, abriu-se, neste contexto, espaço à experimentação e ao questionamento do conhecimento adquirido durante o percurso académico, admitindo-se a possibilidade (ou antes, certeza) do erro, da dúvida e da ambiguidade dos temas tratados, durante e após a escrita deste documento.

I

«ESPAÇO PÚBLICO»
AMBIGUIDADE E PLURALIDADE



01. Pequeno negócio de venda de hortícolas.
O passeio «supera» a sua função tradicional de eixo de comunicação pedonal.

Compreender o conceito de «espaço público» revelou-se fundamental no contexto desta dissertação, já que não seria possível abordar o tema da apropriação do espaço sem antes refletir sobre o significado deste conceito.

Efetivamente, e em conformidade com o que a bibliografia consultada sugere, o conceito de espaço público tende a assumir-se como um conceito plural, que abrange múltiplas dimensões e é alvo de diversas interpretações. Consequentemente, qualquer análise empírica sobre o espaço público será uma tarefa complexa, desde logo pela necessidade de definir os limites ou a abrangência deste conceito, mas também pelo vasto leque de questões que coloca.

Por questões de praticidade, o exercício de análise e esclarecimento deste conceito e suas distintas dimensões debruça-se, sobretudo, sobre o significado, papel e relevância do espaço público na contemporaneidade, pelo que foram reunidos alguns contributos teóricos que versam, sobretudo, sobre o espaço público «atual». Admite-se, assim, a potencial incompletude do presente capítulo, no qual se optou por não abordar as dimensões histórica e temporal deste conceito.

1 | ESPAÇO PÚBLICO: UMA INTRODUÇÃO

O conceito de espaço público surge em meados do século XX, entre as décadas de 1950 e 1960, num momento que ficou marcado pela reflexão crítica sobre os princípios do movimento moderno, período durante o qual se perderam determinados valores do espaço urbano. No domínio da teoria urbanística, o conceito de espaço público irrompe como *"categoria do Desenho Urbano na convergência de três formas da produção do espaço- a Arquitectura, o Planeamento e a Paisagem"*, integrando uma ampla gama de novos valores, desde *"centralidade, identidade, acessibilidade, diversidade, segurança"* e *"sociabilidade",* que se revelam, ainda hoje, imprescindíveis na investigação e diálogo sobre espaço público.[1]

Como *"elemento ordenador do urbanismo"*, o espaço público é mais do que um espaço sobrante entre o construído e a estrutura viária. Como

[1] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - O que é o espaço público e o que está a mudar: introdução. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- "O lugar de todos: interpretar o espaço público urbano". Lisboa: Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, 2019; p. 20.

"espaço da continuidade", deve ter a capacidade de *"criar lugares"*, devendo ser o elemento que ordena o bairro, articula a cidade e estrutura a região urbana.[2] Esta premissa- aparentemente basilar-, sobre o significado de espaço público não é, muitas vezes, transposta do domínio teórico para o plano prático, sobretudo porque parece existir no plano teórico alguma confusão sobre este conceito, em particular sobre o seu significado, abrangência, etc. A respeito deste tema, Manuel de Solà-Morales afirma que existe um *"problema terminológico"* associado à expressão «espaço público». Do seu ponto de vista, este termo tem sido utilizado *"indiscriminadamente (...) para qualquer exercício de preenchimento do espaço, transformação ou embelezamento de terrenos vazios"*, sem que sejam tidos em consideração requisitos como *"qualidade urbana real"*, que o termo «espaço público» pressupõe à partida, e que se traduz na capacidade de o espaço representar, materialmente, aspetos *"cívicos, estéticos, funcionais e sociais"*.[3] Este ponto de vista, que privilegia o valor «qualidade» do espaço público, que extravasa a questão da qualidade formal, é reforçado pelos autores de *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, quando afirmam que a bondade *"do urbanismo atual se verifica na qualidade do espaço público"*. Na sua opinião, este constitui uma oportunidade para o que designam de *"justiça urbana"*, isto é, para que se trabalhe o espaço público de modo que todos os cidadãos possam ter acesso e usufruir de espaços dignos. Por conseguinte, reivindicam a *"máxima qualidade para o espaço público"*, assim como a acessibilidade universal aos espaços públicos de centralidade.[4] Há que deixar claro que, como referido, o termo «qualidade», associado ao espaço público ultrapassa a sua dimensão formal. Por este motivo, qualquer aproximação ao espaço público deve ser multidimensional e deve centrar-se no seu *"potencial (e limites) como provedor de serviços no espaço"* e não como *"mercadoria"* passível de ser transacionada. O espaço público *"presta serviços e gera valor, mesmo quando não se associa a imagens padronizadas de qualidade ou agradabilidade estéticas."*[5] Qualidades morfológicas ou «estéticas» não são, por isso mesmo, sinónimo efetivo de qualidade dos serviços prestados pelo espaço público (que é o seu valor mais significativo).

Noutra vertente, Rafael Moneo, associando o conceito de privado aos conceitos de *"casa"* e *"vida privada"* que a cidade acomoda, considera

[2] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida- "El espacio publico: ciudad y ciudadanía". Barcelona: Electa, 2003; p. 68.
[3] SOLÀ-MORALES, Manuel de - The impossible project of public space. In ANGLÈS, Magda, org.- "In favour of public space: ten years of the european prize for urban public space". Barcelona: CCCB - Actar, 2010; p. 24.
[4] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida- *op. cit.*, p. 68.
[5] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - O método PSSS: introdução aos conceitos: sistema, serviço, actores, valor. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.*, p. 107.

que a cidade *"é tudo aquilo que não afeta a vida íntima",* sendo a casa *"o último reduto do íntimo"*. Partindo deste princípio, e com exceção do espaço privado da casa, da rua ao parque toda a cidade *"é espaço público por excelência."* [6] Tudo o que acontece fora da esfera privada- onde as pessoas se organizam da forma que melhor lhes convier-, está intimamente relacionado com a forma como a sociedade se organiza e com vida em comunidade[7], que tem implícitos determinados códigos de comportamento e uso (neste caso) do espaço.

Associado a uma multiplicidade de «valores» como qualidade, acessibilidade, continuidade ou justiça social, «espaço público» impõe-se, como supracitado, como um conceito múltiplo, sujeito a inúmeras apreciações. Ainda assim, a revisão de literatura permitiu reconhecer a existência de quatro dimensões fundamentais que o conceito de espaço público abrange e que são continuamente referenciadas, tendo sido, por isso, essencial analisá-las. De modo simplificado, são estas: a dimensão jurídica- que divide o conceito de espaço segundo critérios jurídicos (público *vs* privado)-, a dimensão pública e política- do espaço como suporte da vida pública e política dos cidadãos (individual e coletivamente), da troca de ideias, da formulação coletiva de juízos e valores e do exercício da sua cidadania-, a dimensão morfo-funcional- do espaço construído, concreto e morfológica e tipologicamente identificável-, e a dimensão simbólica- do espaço como suporte da memória coletiva, como materialização da identidade da sociedade, etc.

---

[6] MONEO, Rafael - Interview with Rafael Moneo. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 39.

[7] Utilizado recorrentemente ao longo da presente dissertação, o vocábulo «comunidade» traz consigo uma ambivalência que se revela oportuno esclarecer. No imaginário comum, o termo «comunidade» é associado a uma ideia de segurança, de confiança, entreajuda e/ou coletividade, sendo, por isso, um conceito com uma conotação positiva. Como afirma Zygmunt Bauman, *"As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra "comunidade" é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que "comunidade" signifique, é bom "ter uma comunidade", "estar numa comunidade"(...) Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa."*
Contudo, este conceito parece não existir, no momento presente, como uma realidade vigente, estando, por isso, associado quase sempre a uma ideia de futuro, uma espécie de "Paraíso perdido" que continuamente se procura alcançar: *"'Comunidade" é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido- mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá.*
Paraíso perdido ou Paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir da nossa própria experiência. Talvez seja um paraíso precisamente por essa razão. A imaginação, diferente das duras realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada."
Na realidade, «comunidade» pressupõe, comummente, comportamentos «tribalistas». Da absoluta lealdade à comunidade, à exclusão de tudo e todos aqueles que não pertencem a esse núcleo, existe um preço a pagar pelo facto de se pertencer a uma comunidade, que, contrariamente à ideia que possamos possuir, *"exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição."* BAUMAN, Zygmunt- "Comunidade: a busca por segurança no mundo atual". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; p. 7-9.
Nesta dissertação, «comunidade» é um termo utilizado para designar, de forma elementar, um conjunto de pessoas que partilha o mesmo núcleo habitacional (neste caso Vila d'Este), tendo, por isso, experiências e referências comuns. Assume-se, ainda, que apesar da absoluta heterogeneidade da população residente, em determinados momentos ou contextos a ideia «utópica» de comunidade, como núcleo onde prevalecem valores como confiança, entreajuda ou familiaridade, pode e parece efetivamente existir.

Por questões de simplificação e legibilidade, e ainda que se reconheça que não existem de forma independente, as quatro dimensões identificadas serão, no subcapítulo seguinte, tratadas separadamente

2 | QUATRO DIMENSÕES FUNDAMENTAIS

2.1 | A dimensão jurídica do espaço público: propriedade e acessibilidade

Compreender os conceitos de «público» e «privado» na sua aceção jurídica é fundamental para a definição dos limites de reflexão e de investigação sobre o caso de estudo selecionado.

Como algo *"que é de todos",* algo *"comum", "pertencente ou relativo ao povo"* ou *"ao governo de um país"*[8]*, «*público» pressupõem livre acesso.

Como espaço de encontro, a cidade não possui *"requisitos de admissão",* sendo um espaço ao qual todos (idealmente) têm acesso. Como espaço democrático e inclusivo, a cidade deve ser um lugar onde quem dela pretende usufruir tenha a possibilidade de o fazer.[9] Como tal, admite-se que o espaço *"será público sempre que os homens e as mulheres a eles tenham acesso. (...) Quando não sejam exigidas autorizações, nem haja registo de quem entra e quem sai."*[10] De um modo geral, fazem parte deste repertório espaços universalmente reconhecidos- ruas, passeios, jardins ou praças- cujo acesso e usufruto é permitido sem restrições aos cidadãos. Contudo, existem espaços que, sendo de domínio público e permitindo acesso público, o permitem mediante determinadas restrições, como acontece em espaços como hospitais, universidades públicas ou mesmo jardins e parques que limitam a permanência e uso dos cidadãos a determinados períodos horários.

Por sua vez, «privado» compreende aquilo *"que não é público"*, portanto, aquilo que é *"particular"*, *"que não pertence ao Estado"* algo *"privatizado"* e *"individual"*.[11] Neste contexto, tal engloba, por exemplo, os espaços de domínio privado cujo acesso é interdito ao públi-

[8] Porto Editora – público no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2021-12-13]. Disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/público

[9] GHEL, Jan; [*et al.*]- "New city life". Copenhaga: The Danish Architectural Press, 2006; p. 86.

[10] BAUMAN, Zygmunt- "Confiança e medo na cidade". Lisboa: Relógio d'Água, 2006; p.67.

[11] Porto Editora – privado no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2021-12-13]. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/privado

co (como a residência particular) ou condicionado, portanto, espaços como centros comerciais, supermercados ou universidades privadas. Seguindo esta linha de pensamento, poderíamos considerar, então, que o espaço público, como elemento *"estruturante dos territórios urbanos"*, constituí um *"espaço aberto a todos, caracterizado pelo uso e posse comum com plena liberdade de acesso, em oposição ao espaço privado de utilização e interesse particular."*[12]

Não obstante, este princípio teórico nem sempre encontra paralelo na realidade. Dietmar Steiner, em *In Favour of Public Space*, afirma que nunca existirá um *"espaço urbano livre para todas as ações e representações do público"*, sendo que todos os espaços públicos são determinados por *"rituais de uso, que necessariamente pressupõem códigos de comportamento, limites de acesso e processos de exclusão."*[13] Relativamente a esta questão, Steiner recorda o testemunho de Manuel de Solà-Morales quando afirmou que os utilizadores dos estádios de futebol (de domínio privado), sentem estar a usufruir de um espaço público, ainda que lhes seja exigido pagar para aceder ao recinto. Com isto, Steiner procurou evidenciar que a gestão ou propriedade (pública ou privada) de um dado espaço (real ou virtual) é irrelevante. O importante parece ser, antes, a forma como o poder é exercido sobre esse espaço:

"Sento-me num restaurante num shopping em Barcelona, que se abre para um espaço público-privado. Peço uma cerveja e passo uma hora a ler um livro, sem ser incomodado. Passeio ao longo do espaço público do Passeig de Gràcia, até que as forças de segurança pública barricam o passeio devido a uma pequena manifestação."[14]

Na mesma linha de pensamento, afirma-se, em *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, que espaço público *"é um conceito jurídico (mas não unicamente)"*.[15] Este possui, em simultâneo, uma *"dimensão sociocultural"*; permite a proximidade e a relação entre pessoas, bem como a *"expressão comunitária"*. Isto significa que, não raras vezes, *a "dinâmica própria da cidade"*, a par do comportamento humano (que é sempre imprevisível), podem criar *"espaços públicos que juridicamente não o são, ou que não estavam previstos como tal"*.[16]

[12] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - O que é o espaço público e o que está a mudar: introdução. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op.cit*., p. 19.
[13] STEINER, Dietmar - A decade of awards. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.*, p. 42.
[14] *Ibidem*, p. 42.
[15] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida - *op. cit*., p. 44.
[16] *Ibidem*, p. 46.



02. Espaço público como espaço representativo da dimensão política da vida dos cidadãos.
Democracia e liberdade de manifestação da vontade e crenças inividuais materializam-se no espaço público de diferentes formas.

2.2 | Espaço público como suporte da vida pública e política- eu, o outro e a vida em sociedade

A possibilidade de acesso ao espaço público é a condição base que permite o seu uso, ativo ou passivo, por parte do público. Um espaço acessível e isento de restrições *"sociais, culturais, físicas, simbólicas"*[17] é um espaço aberto a todos aqueles que dele queiram fazer parte, quer de forma ativa e prolongada- isto é, usufruindo das qualidades e oportunidades que o espaço oferece, participando da sua transformação, etc., quer de forma «passiva» e transitória, quando o espaço público é utilizado como ponte para outro lugar.

Cumprida esta premissa, o espaço público pode, então, tornar-se o *"espaço de expressão coletiva, da vida comunitária, do encontro e do intercâmbio quotidianos."*[18] É-lhe conferida a possibilidade de atuar como palco da vida pública- individual e partilhada- dos cidadãos e das distintas dinâmicas que lhe estão associadas, devendo este, por isso, servir *"todas as actividades comuns do ambiente urbano- incluindo deslocar-se, comer, passear, conviver, informar, trabalhar, aceder, festejar, evocar, ... e muitas outras interacções (sociais, económicas e ambientais"*.[19]

Ao mesmo tempo, como *"fórum político"*, o espaço público foi (e é) o lugar onde os cidadãos encontram o suporte físico para o exercício pleno da sua cidadania. *"Opiniões, coroações, execuções, procissões, demonstrações e barricadas"* tiveram lugar no espaço público ao longo dos séculos. Ainda hoje tido como *"parlamento da rua"* e lugar de *"tradições políticas"* o espaço público constitui o suporte físico onde a dimensão política da vida dos cidadãos encontra lugar.[20] Como *"condição material (locus) do espaço político"*[21], o espaço público (em particular os espaços urbanos de centralidade) é o espaço físico onde as pessoas se reúnem para se manifestarem, para dialogarem, para darem voz às suas crenças e convicções. É, em suma, o espaço onde exercem a sua cidadania em pleno e evocam o direito inalienável à sua ocupação e apropriação. Simultaneamente, como suporte da dimensão «partilhada» da vida, o espaço público é o espaço de *"encontro e de contacto"*, sendo o reconhecimento do outro (e o reconhecimento mútuo) *"a base*

[17] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - Reflexões e problemas do espaço público: introdução. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.*, p. 61.
[18] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida - *op. cit*., p. 68.
[19] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro- O projeto PSSS: motivações e desígnios. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit*., p. 11.
[20] GHEL, Jan; [*et al.*]- *op. cit*., p. 56.
[21] SOLÀ-MORALES, Manuel de - The impossible project of public space. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 24.

e qualquer coexistência possível" entre pessoas.[22]

"A questão humana é a questão do reconhecimento: do reconhecimento mútuo, do reconhecer o outro e de lhe conferir o direito a ser reconhecido".[23]

O facto de o espaço público ser o lugar, concreto, onde esse reconhecimento acontece constitui um dos seus valores mais notáveis. Não obstante, notável é também a capacidade que o espaço público possui de suportar ou permitir, em simultâneo, a experiência individual e a vida em comunidade. Como *"ser autónomo"* e, paralelamente, *"ser relacional"*, o Homem cresce e é moldado pela *"participação na vida social"*, sendo que a sua dignidade reside, também, na capacidade de pensar e tomar decisões autonomamente.[24] Neste sentido, e de acordo com Rafael Moneo, o espaço público não constitui somente o conjunto de espaços *"onde as pessoas coabitam"*. Como sistema *"ambivalente"*, este permite, em simultâneo, o seu uso a solo e em comunhão com os outros:

"Poder-se-á pensar no espaço público como aqueles espaços nos quais as pessoas coabitam. O espaço público não tem de ser associado a espaços com determinada lotação (...) O espaço público tem esta ambivalência, esta capacidade de permitir a experiência íntima e a partilha da vida com os outros."[25]

Porque são os *"lugares onde os desconhecidos convergem"*, os espaços públicos são o palco da existência coletiva e os lugares onde *"a vida urbana (...) alcança a sua expressão máxima".*[26] Contudo, e como salienta Zygmunt Baumann, a vida em comunidade não pressupõe forçosamente que os cidadãos se conheçam ou que tenham, sequer, interesse em fazê-lo. Ainda assim, a existência em proximidade com o outro, com os «estranhos», conduz, segundo o autor, a um enriquecimento recíproco.[27] Este é, igualmente, um dos factos mais curiosos sobre o espaço público: que este seja capaz de suportar, em simultâneo, o uso individual e coletivo, mas, sobretudo, de suportar infinitos modos individuais de uso e apropriação do espaço, que acontecem autonomamente (mas simultaneamente), e que dão aso a breves interações entre desconhecidos (e não só). Estas pequenas interações, que se vão multiplican-

[22] RAMONEDA, Josep - The city and the human condition. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 18.
[23] HONNETH *apud* RAMONEDA, Josep- In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p.21.
[24] RAMONEDA, Josep - The city and the human condition. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 19.
[25] MONEO, Rafael - Interview with Rafael Moneo. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 39.
[26] BAUMAN, Zygmunt- *op. cit*., p. 67.
[27] *Ibidem*, p. 71.

do, constituem o modo mais elementar e comum de «socialização» e da vida partilhada no espaço público.

Inevitavelmente, e sobretudo na contemporaneidade, a vida em comunidade pressupõe «diversidade». Como salienta Josep Ramoneda em *In Favour of Public Space*, o rápido crescimento demográfico conferiu à cidade o estatuto de *"lugar onde a experiência humana contemporânea pertence"*. Palco de diversidade, a cidade não é mais, segundo o autor, espelho de uma pretensa *"homogeneidade"* construída sobre processos de *"expulsão, negação e esquecimento"* sendo, antes, *"o oposto do discurso identitário fechado"* que marca a *"nação-estado clássica"*, e que é necessário desconstruir.[28] Para Ramoneda, a variedade que marca a cidade constitui o seu valor mais sedutor, exatamente por constituir uma *"promessa de oportunidades"*.[29] O processo de globalização, que aboliu o *"velho mito das sociedades homogéneas"*[30], conduziu a um questionamento sobre as novas formas de convivência entre pessoas, isto é, da experiência "recente" da vida *"entre estranhos."*[31]

Parece, assim, razoável afirmar que um dos pré-requisitos para uma cidade democrática é, com efeito, a diversidade de pessoas, sendo que a cidade possibilita o reconhecimento dos *"outros"*, daqueles distintos de nós e com distintos *"valores, culturas, idades e status."*[32]

2.3 | A dimensão morfo-funcional do espaço público

Como lugar representativo da forma como a sociedade se organiza, o espaço público, como «coisa construída», traduz fisicamente esses diferentes modos de organização. Por sua vez, essa materialidade pressupõe (por norma), uma função e uma forma, que podem ser mais ou menos definidas ou inteligíveis.

Como herança do Movimento Moderno, parte significativa do urbanismo desenhado até ao momento possui uma componente funcionalista, notória na forma como geralmente se analisa e caracteriza o espaço público, que é, usualmente, fragmentado em categorias ou setores espaciais, aos quais usualmente associamos uma morfologia e uma função e aos quais são vinculados determinados pressupostos. Quando se reflete sobre espaço público de forma generalista, um sem número de espaços

[28] RAMONEDA, Josep - The city and the human condition. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 20.
[29] *Ibidem,* p. 17.
[30] *Ibidem,* p. 18.
[31] *Ibidem,* p. 19.
[32] GHEL, Jan; [*et al.*]- *op. cit*., p. 86.



03



04

03. e 04. O mito do «espaço verde». Hortas comunitárias e pequena faixa relvada (dentro do recinto da Igreja da Sagrada Família).
Semelhança no caráter e completa oposição na génese e propósito.

«canónicos» (reconhecidos num mapa mental universal, comum a todos) como «rua», «passeio» ou «praça» vêm à memória. Com uma materialidade ou morfologia semelhantes, cada uma destas categorias espaciais é reproduzida incessantemente em múltiplos contextos. A cada uma fazemos corresponder, usualmente, uma dada forma e uma dada função, por norma vinculadas. É esta *"diversidade formal e funcional"*, que se traduz *"em tipos distintos"*, que nos permite reconhecer determinados espaços como tal e associar *"(...) a rua a um espaço canal linear com passeios, delimitado por edifícios, a avenida a uma rua larga, o boulevard ou a alameda a um espaço canal arborizado e a praça a um espaço de estar com limites precisos."*[33]

Ainda assim, e apesar de a distintas categorias espaciais corresponder, usualmente, um par «forma e função» particular, que se mantém mais ou menos estável no tempo, estas duas dimensões são distintas- uma dada função, atribuída a um determinado espaço pode materializar-se em distintas morfologias, sobretudo se essa função for «genérica» ou «pouco especializada». Quer isto dizer que, nem sempre, a função atribuída a um espaço se traduz numa morfologia «tipo». A expressão «equipamento desportivo», a título de exemplo, pode traduzir-se, morfologicamente, numa piscina, num campo de futebol ou num *court* de ténis. Do mesmo modo, a designação «espaço verde», utilizada para aferir tanto a um pequeno jardim como a um parque ou a um terreno arborizado revela-se demasiado genérica e *"subentende uma aproximação não mais que abstracta à natureza."*[34] Naturalmente, a abrangência desta e de outras expressões usadas para caracterizar o espaço público não se revelam de todo úteis para um conhecimento verosímil da realidade. Neste caso, a utilização do termo «verde» seria apenas concebível *"ao nível de uma escala superior, isto é, quando nos posicionamos numa abordagem racionalista, com vista à organização e distribuição das classes de uso do solo."*[35] Assim, é necessário ter em atenção que os vocábulos ou expressões que utilizamos para classificar o espaço podem eventualmente revelar-se um entrave ao reconhecimento efetivo da realidade que se apresenta perante nós. Apesar de útil na repartição e identificação das inúmeras partes constituintes do espaço público, a sua classificação genérica desconsidera a heterogeneidade do espaço e pouca informação fornece acerca do que se pretende conhecer.

[33] COELHO, João Rodrigo Parreira- "Formas e designios do espaço público na cidade contemporânea: o projecto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses". Porto: FAUP, 2011. Dissertação de Doutoramento; p. 32.
[34] RAMALHO, António Leite- "Urbanismo- retratos urbanos". Póvoa de Varzim: C.M., 2004; p. 121.
[35] *Ibidem*, p. 121.

Como apontado no início do capítulo, o conceito de espaço público não é um conceito unidimensional. Mais do que as características formais de um espaço ou a função que desempenham, importa perceber que valor (social, económico, simbólico, etc.) esse espaço acrescenta ao território, de que modo o qualifica e que impacto possui na frequência e na qualidade das dinâmicas que nele têm lugar. Por este motivo, reconhece-se, efetivamente que *"(...) é quando deixamos de olhar o espaço público apenas como contributo morfológico ou estético de um "espaço entre os edifícios" que vemos como é nesse mesmo espaço que interagem todas as formas de vida urbana."*[36] Assim, apesar de um espaço com qualidades morfológicas, coeso e identificável, ter a capacidade de promover sociabilidades e demais dinâmicas associadas à vida pública dos cidadãos, este facto não é completamente preditivo da regularidade ou da qualidade dessas mesmas dinâmicas. Não se pode, por isso, encarar o espaço público apenas a partir da sua dimensão material, que, sendo sem dúvida relevante, é apenas uma parte de um leque diverso de dimensões que o conceito de espaço público abrange e que são interdependentes.

2.4 | O espaço público como espelho da identidade e memória coletivas

Para além da dimensão material que o espaço público pressupõe, este inclui também elementos *"intangíveis", "aspectos simbólicos e de referência, memórias e significados, conflituais ou consensuais"*. De acordo com o expresso em *O Lugar de Todos*, apesar de pertencentes a um *"mapa cognitivo urbano"*, é possível reconhecer estes elementos sob diferentes formas, de *"monumentos"* a *"rituais"* e *"toponímias".*[37] Como espaço *"da representação, no qual a sociedade se faz visível"*[38], o espaço público de uma cidade reflete a sociedade que lhe deu forma, sendo a representação física do contexto histórico, cultural, económico, social e político dessa mesma sociedade. Afirma Rafael Moneo que a cidade *"é talvez uma das mais completas materializações da vida do Homem e da história. Poucas manifestações incluem tão completamente o tempo e o presente, o pulsar da vida."*[39] Salienta também Maurice Halbwachs que *"(...) não há memória colectiva que não se desenvolva num quadro espacial"* sendo que é esse quadro espacial que permite rever e reconhecer o passado, ação que seria impossível se esse passado

[36] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - O que é o espaço público e o que está a mudar: introdução. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op.cit.*, p. 21.
[37] BRANDÃO, Ana; RICART, Núria- Espaços de memória da repressão franquista, barcelona. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.,* p. 48.
[38] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida - *op. cit.*, p. 15.
[39] MONEO, Rafael - Interview with Rafael Moneo. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 38.

"não se conservasse com efeito pelo meio material que nos envolve."[40] Neste sentido, torna-se evidente que a identidade de uma sociedade, que habita determinado espaço, é materializada nesse mesmo espaço, existindo, por isso, *"um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas."*[41] Paralelamente, o modo como a população se relaciona com o espaço e como dele se apropria é, de acordo com o expresso em *O Chão da Cidade*, o que conforma as características identitárias de um local. Desse modo particular de relacionamento com o espaço configura-se uma paisagem particular, uma *"identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente."*[42]

Ademais, o espaço público acarreta uma outra dimensão, de índole abstrata, intimamente ligada à perceção individual do espaço pelos agentes que o utilizam. Se *"a vida que qualquer espaço público integra, resulta não apenas da existência de uma vivência colectiva, comum, mas pressupõe igualmente a coexistência de múltiplas "vivências" individuais num determinado espaço"* distintas perceções sobre o espaço existirão *"consoante quem o interpreta, o habita ou usa."*[43] Por ser inalienável do indivíduo que usufrui ou experiencia o espaço, a sua perceção desse espaço depende da individualidade do seu julgamento, da singularidade das experiências que teve no lugar, do conjunto de memórias a ele associadas, das expectativas em relação ao espaço, dos serviços que o espaço lhe presta e das necessidades a que responde (ou não). De acordo com o que foi escrito até ao momento, o espaço público como suporte da vida pública pressupõe o uso e apropriação por parte de diferentes atores, que indubitavelmente percecionam e usufruem do espaço de modos distintos.

Existem, por um lado, aqueles que utilizam o espaço ativa e diretamente, *"porque vivem, trabalham, divertem-se, visitam ou prestam serviços nele ou nas suas imediações"*. Outros usam-no no papel de *"produtores ou reguladores"* do espaço, porque desempenham funções de produção, regulação ou construção no espaço público. Existem, ainda, aqueles que veem negado ou condicionado o seu acesso ao espaço público- os *"actores potenciais"* -, e aqueles que poderão, no futuro, vir a usufruir destes espaços. Assim, e tendo por base esta variedade de agentes no espaço, assume-se que estes avaliam um mesmo espaço público de modos distintos, o que está relacionado com *"aspectos in-*

[40] HALBWACHS *apud* SILVANO, Filomena- "Antropologia do espaço". Lisboa: Documenta, 2017; p.21.
[41] SILVANO, Filomena - *op. cit.,* p. 25.
[42] BRANDÃO, Pedro; [*et al.*]- "O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público". Lisboa: Centro Português de Design, 2002; p. 35.
[43] COELHO, João Rodrigo Parreira- *op. cit.,* p. 17.

trínsecos aos inúmeros actores", desde a perceção que têm dos espaços ao *"interesse ou benefícios que dele provêm"*, mas também com as características particulares desse mesmo espaço.[44]

Parece razoável, assim, assumir que um indivíduo atribui um significado particular ao espaço, significado este que não é possível universalizar, já que a cada indivíduo corresponde um «catálogo» de memórias, significados e referências que não é reproduzível. Numa comunidade que habita ou partilha um mesmo lugar, nenhuma experiência espacial, nenhum conjunto de memórias associada ao espaço e nenhuma emoção desencadeada por esse espaço é exatamente igual a outra. A perceção do espaço público depende sempre de um juízo pessoal, embora exista, indubitavelmente, uma interpretação coletiva do espaço, uma espécie de memória de grupo e leque de referências comum a ele associados.

2.5 | Uma síntese

No decorrer do capítulo que agora termina foi possível constatar, acima de tudo, que «espaço público» se apresenta como um conceito multidimensional complexo, que tem sido sujeito a escrutínio e alvo de variadíssimas interpretações, o que sem dúvida torna improvável, ou até impraticável, qualquer procura de um entendimento final categórico sobre o seu significado. Ainda assim, os contributos teóricos explorados permitiram reconhecer a existência de um certo consenso em relação a determinadas ideias relativas ao que «espaço público» é, e, não menos importante, ao que «espaço público» não é.

Após a revisão bibliográfica parece evidente o consenso em torno do reconhecimento do espaço público como mais do que *"um espaço residual entre ruas e edifícios"*, mais do que um espaço *"especializado"* e mais do que um *"espaço vazio"* cujo caráter público advém unicamente de critérios jurídicos.[45] Ficou claro que, a par de *"uma determinação político-jurídica"* o espaço público é também *"um produto de uso social."*[46] Quer isto dizer que a determinação jurídica de um dado espaço pode, num contexto real, ser irrelevante face às determinações da sociedade ou de uma comunidade que usa e se apropria do espaço, independentemente do seu caráter público ou privado. Em contexto real, existem espaços públicos *"inacessíveis ou proibidos e outros, que não*

[44] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - O método PSSS: introdução aos conceitos: sistema, serviço, actores, valor. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.*, p. 111.
[45] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida - *op. cit.*, p. 15.
[46] *Ibidem,* p. 70.

são juridicamente públicos, de uso coletivo intenso."[47]

Em simultâneo, concluiu-se que um dos valores mais relevantes do espaço público (aquele que o torna verdadeiramente público) é a acessibilidade, sendo que um espaço que não permita o acesso ao público não pode ser considerado um espaço democrático. Condicionantes de todas as índoles- das físicas às sociais- privam os cidadãos daquilo que é *"um direito cidadão de primeira ordem"*: o direito de acesso ao espaço, e consequentemente, o exercício da sua cidadania. Sendo que o direito *"ao espaço público é em última instância o direito a agir como cidadão que têm todos os que vivem ou querem viver nas cidades",* a não acessibilidade ao espaço traduz-se em exclusão, pelo que importa que seja garantido o acesso universal ao espaço público, para que este possa ser apropriado *"por parte de diferentes coletivos sociais e culturais, de género e de idade."*[48] Quando acessível a todos, o espaço público torna-se o lugar por excelência da vida pública e política- a solo e partilhada-, palco da expressão de uma comunidade. Este deve *"permitir a expressão coletiva, as manifestações cívicas, a visibilidade dos diferentes grupos sociais, tanto à escala do bairro como da centralidade urbana."*[49] Ademais, como lugar onde os cidadãos exercem os seus direitos, o espaço público constitui um *"meio para o acesso à cidadania para todos aqueles que sofrem algum tipo de marginalização"*[50], o que, no contexto deste trabalho, se revela particularmente relevante.

Para além disto, reconheceu-se que o espaço público não é (ou não deveria ser), um somatório de espaços desconexos, mas, antes, um sistema contínuo de espaços interligados que se sustentam mutuamente. Afirma Manuel de Solà-Morales, a respeito desta questão, que quando falamos de espaço público, por norma, tendemos a circunscrevê-lo a *"um espaço preciso e delimitado"* perdendo de vista a perspetiva de espaço público como *"estrutura urbana básica e dando antes prioridade à singularidade- morfológica ou ambiental- de cada local como lote urbano autónomo, como uma ocasião para uma formalização independente."*[51] Abrangendo uma infinidade de espaços de função, caráter e morfologia heterogéneos, o espaço público pressupõe ainda assim continuidade, não apenas entre espaços contíguos, mas também entre áreas centrais e «periféricas» desvinculadas da restante malha urbana. Como complexo sistema relacional, em que nenhuma parte é plena-

[47] BORJA, Jordi; MUXI, Zaida - *op. cit.*, p. 70.
[48] *Ibidem,* p. 19.
[49] *Ibidem*, p. 108.
[50] *Ibidem*, p. 108-109.
[51] SOLÀ-MORALES, Manuel de - The impossible project of public space. In ANGLÈS, Magda, org.- *op. cit.,* p. 27.

mente independente de outra, o espaço público deveria ser um sistema simbiótico, idealmente sustentável. Nesta perspetiva, e de acordo com José António Lameiras em *Urbanismo-Retratos Urbanos*,

"Este "desenho" de 'espaço público', em que uma rua se abre numa praça (...) que ladeia um parque que margina um rio, que depois é alameda que remata numa esplanada em pleno centro, (...) estrutura e relaciona as partes da Cidade, conferindo-lhe unidade e abrindo-a ao seu percurso."[52]

Todavia, se a cidade foi, em tempos *"o lugar de afirmação dos espaços públicos, enquanto espaços que ao longo da sua história, expressaram as circunstâncias que marcam cada época"*[53], com o passar do tempo, fatores como o crescimento exponencial das cidades, a consequente ampliação da sua escala e a dissolução da *"contraposição"* entre campo e cidade- entidades que *"caracterizavam os antigos núcleos urbanos"*- veio gerar descontinuidades e fragmentar a cidade, que se constitui, atualmente, como uma *"acumulação de fragmentos artificiais e naturais, dispostos de forma aparentemente aleatória no território"*.[54] Deste modo, a descontinuidade, que caracteriza a *"nova realidade urbana"*[55] possui consequências no espaço público, que *"perde a legibilidade, a hierarquia e a continuidade"* reconhecível na cidade tradicional, e que dá lugar *"a uma disparidade de formas, escalas e tipos arquitectónicos que decorrem dos (novos) processos de construção da cidade."*[56]

Noutra vertente, foi também abordada a questão da dimensão morfológica e funcional do espaço público, bem como da falibilidade do recurso a vocábulos ou expressões genéricas na sua classificação, que podem dificultar uma compreensão fiel da realidade. Por fim, reconheceu-se a importância do espaço público como suporte da memória coletiva e como espelho da identidade de uma sociedade que, desde sempre, se materializou fisicamente no espaço.

Sumariamente, o conceito de «espaço público» apresenta-se como uma formulação multidimensional que articula *"conceitos de propriedade, de uso, acesso, relação social, representação simbólica"* e *"expressão de significado"*[57], que no seu conjunto conformam um sistema hete-

[52] LAMEIRAS, José António - Prefácio. In RAMALHO, António Leite- op.cit., p. 10.
[53] COELHO, João Rodrigo Parreira - *op. cit.,* p. 79.
[54] *Ibidem*, p. 83.
[55] *Ibidem,* p. 83.
[56] *Ibidem*, p. 85
[57] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - Reflexões e problemas do espaço público: introdução. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.*, p. 57.

rogéneo. Como afirma Bonet Correa, *"o sistema de espaços públicos expressa o carácter público do espaço, não só da morfologia do tecido urbano mas também nas acções e interacções que lhe dão sentido: seja o acesso (livre), o uso comum (partilhado), ou ainda os significados (variáveis no tempo) e a interacção com outros sistemas urbanos."*[58] Na presente dissertação, e porque se revelou necessário definir os limites de investigação prática sobre o caso de estudo, definiu-se que seriam alvo de análise todos os espaços exteriores não edificados, de domínio público ou privado, permeáveis e fisicamente acessíveis ao público (mesmo que mediante restrições horárias).

Desde o início do exercício de reconhecimento do território tornou-se claro que os espaços exteriores da urbanização eram apropriados independentemente do seu estatuto jurídico. Por este motivo, pareceu certo conduzir toda a investigação sobre a apropriação do espaço segundo a premissa de que o caráter público do espaço é definido pelo seu uso e não pelo estatuto jurídico que lhe foi atribuído. Ainda que por motivos práticos se tenha optado por não analisar a apropriação de espaços fechados de uso público (como supermercados, escolas, lojas, serviços ou equipamentos desportivos), procurou-se analisar e compreender a sua relevância e papel no território, bem como a influência que, eventualmente, pudessem ter no uso dos espaços contíguos.

[58] CORREA *apud* BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro- In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.,* p.22.

II

ESTUDO DE CASO

VILA D'ESTE



05. Vila d'Este- vista aérea.

1 | APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO

1.1 | Introdução

"Porta de entrada mais visível do Grande Porto, para quem vem do Sul, através da A1, Vila d'Este é um dos aglomerados habitacionais com maior significado na Área Metropolitana do Porto e no concelho de Vila Nova de Gaia."[59]

É no início da década de oitenta, entre 1984 e 1986 que nasce, através do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), a urbanização de Vila d'Este (na antiga Quinta do Monte Grande), projeto do arquiteto Carlos A. C. Garcia.[60]

Instituído a 28 de maio de 1969, o Fundo de Fomento da Habitação almejava amplificar o poder do Estado em matéria de habitação e ordenamento do território, num período em que, pelo rápido e acentuado desenvolvimento das cidades, proliferavam bairros informais clandestinos.[61] De acordo com o documento *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018,* a criação deste Fundo visava, também, *"contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos da habitação das caixas de previdência ou de quaisquer outras instituições semelhantes."*[62]

Foi nesta conjuntura que se procedeu à edificação (faseada) da urbanização, terminada em 1990 e cujas dimensões não encontram precedentes no tecido urbano de Vila Nova de Gaia. Até aos dias de hoje, Vila d'Este impõe-se como o maior conjunto habitacional daquele território, tendo um papel proeminente na paisagem urbana da cidade. Local de residência de cerca de dezasseis mil pessoas[63], a urbanização integra 18 blocos residenciais, num total de 109 edifícios e 2085 fogos- numa área de cerca de trinta hectares[64].

---

[59] "A nova Vila d'Este", p.2. Disponível na Internet:<URL: https://www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/a-nova-vila-deste.pdf

[60] TAVARES, André; LABASTIDA, Marta- Face-lift ou viver melhor, **Jornal Arquitectos**, nº 248 (09-12/2013), 200-211. Disponível na Internet: <URL:http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/face-lift-ou-viver-melhor/

[61] AGAREZ, Ricardo Costa- "Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018." Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018; p. 235. Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/publicacao_100anos

[62] Decreto-Lei n.º 49 033, de 28 de maio de 1969. Diário do Governo, 1.ª série, n.º 126. Ministério das Obras Públicas — Gabinete do Ministro. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/49033-1969-201065

[63] De acordo com os resultados provisórios dos Censos de 2021, residem na freguesia de Vilar de Andorinho 18 006 pessoas. Estima-se, assim, que a população residente em Vila d'Este represente cerca de 89% da população total da freguesia. Informação disponível em: https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

[64] "A nova Vila d'Este", p.8.

De acordo com o expresso no artigo *Face Lift ou Viver Melhor,* da autoria de André Tavares e Marta Labastida*,* o projeto da urbanização de Vila d'Este foi aprovado no ano de 1983, após entrega do projeto de licenciamento- da autoria de Carlos A. C. Garcia-, na Câmara Municipal de Gaia, quatro anos antes. Após falência da construtora responsável, Niassa, o decorrente processo de construção e venda/comercialização dos fogos prosseguiu com dificuldade, mas contou com o apoio tanto da Câmara Municipal, que *"adquiriu apartamentos para habitação social"*, como de bancos credores que *"completaram a construção para tomar posse de várias fracções".*[65] A edificação do conjunto terminou, oficialmente, no início da década de 1990. [66]

Contudo, após a edificação dos 1ºs blocos, Vila d'Este sofreu anos de desatenção por parte do Estado, o que resultou na progressiva degradação do seu parque habitacional, que não foi alvo de qualquer tipo de manutenção ou reabilitação. Conjuntamente, pouca atenção foi dada à comunidade residente, que cresceu *"sem infraestruturas e sem instituições sociais"*, vivendo isolada *"do resto do concelho, num profundo vale desertificado, sem oportunidades nem esperança."*[67] Com vista à *"dignificação das condições de habitabilidade dos moradores"*, à *"valorização do património edificado e o apetrechamento com equipamentos sociais, desportivos e escolares"*, o Município de Gaia investiu, num 1º ciclo de intervenção, cerca de vinte milhões de euros, numa tentativa de reforma total das condições de habitabilidade, qualidade de vida e inserção social dos moradores.[68]

Um novo lote (73) foi então edificado na zona norte da urbanização, decorria o ano de 1999. Composto por oitenta apartamentos, este destinou-se ao realojamento de residentes de ilhas em processo de demolição. Paralelamente, e respondendo à necessidade de integração dos moradores numa rede de equipamentos e serviços de proximidade, foi consumada a edificação de um conjunto de equipamentos, entre os quais a Escola EB1 de Vila d'Este, a 1ª da urbanização, inaugurada em 1999 e que visava inverter *"a tendência crescente para o absentismo e abandono escolar das crianças."*[69] Paralelamente, e perseguindo os objetivos de melhoria da qualidade de vida dos moradores, foram edificados o Pavilhão Municipal Prof. Miranda de Carvalho e a Piscina Municipal de Vila d'Este, ambos inaugurados em 2001. O local de implantação

[65] TAVARES, André; LABASTIDA, Marta- Face-lift ou viver melhor, **Jornal Arquitectos**, nº 248 (09-12/2013), 200-211.
[66] TAVARES, André; LABASTIDA, Marta- *"*Face-lift ou viver melhor*"*, **Jornal Arquitectos**, nº 248, 09-12/2013, p. 200-211.
[67] "A nova Vila d'Este", p.2.
[68] "A nova Vila d'Este", p.2.
[69] "A nova Vila d'Este", p. 3 e 4.

destes equipamentos foi ainda complementado com *"jardins, mobiliário urbano, percursos pedonais, zonas arborizadas, estacionamentos e novos arruamentos que circundam todo o complexo desportivo. Paralelamente, foram instaladas redes de águas pluviais, saneamento, abastecimento de água, gás e infra-estruturas telefónicas."*[70]

Ademais, foi concebida a designada *Alameda de Vila d'Este* –com o propósito de incrementar o número de espaços de uso público, bem como a sua qualidade-, e o polidesportivo da Sede da Associação de Moradores da Vila d'Este[71]. Esta primeira intervenção teve um impacto significativo na qualidade de vida dos moradores e no sentimento de pertença ao lugar e à comunidade. As pessoas *"deixaram de sobreviver sob o estigma associado à marginalidade, começaram a sentir orgulho na sua área de residência, passaram a usufruir de novas oportunidades de integração social, profissional e económica."*[72]

Mais tarde, após um diagnóstico de patologias do edificado levado a cabo pelo engenheiro Vítor Abrantes, foram identificados graves problemas que necessitavam de *"imperiosa resolução"*. Porém, ao invés de se procurar uma resolução meramente técnica das problemáticas identificadas, *"a opção foi dar relevo a um projecto de arquitectura capaz de introduzir mais-valias sem onerar a intervenção. Essa reabilitação, fundamental para renovar a imagem urbana do conjunto, criou entusiasmo nos moradores pela possibilidade de reconquistar uma expressão digna para as suas habitações."*[73] O projeto, encetado em 2006, ficou a cargo do arquiteto Nuno Abrantes.

Contudo, foi apenas em 2008 que o Município de Gaia apresentou ao QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), no âmbito do programa *Política de cidades- Parcerias para a regeneração urbana* a candidatura *Regeneração e Requalificação Urbana de Vila d'Este--1ª fase*, que foi aprovada ainda nesse ano. Esta 1ª fase de intervenção arrancou em 2009 e ficou concluída em 2012, tendo representado um investimento de dez milhões de euros, em que 80% foi comparticipado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).[74] Nesta fase, foram alvo de requalificação seis blocos habitacionais- num total de 766 habitações-, 31 espaços comerciais[75] e quatro pracetas, destacan-

[70] "A nova Vila d'Este", p. 4.
[71] "A nova Vila d'Este", p. 5.
[72] "A nova Vila d'Este", p. 5.
[73] TAVARES, André; LABASTIDA, Marta- Face-lift ou viver melhor, **Jornal Arquitectos**, nº 248 (09-12/2013), 200-211.
[74] "A nova Vila d'Este", p. 9.
[75] TAVARES, André; LABASTIDA, Marta- Face-lift ou viver melhor, **Jornal Arquitectos**, nº 248 (09-12/2013), 200-211.

do-se intervenções como a *"criação de passagens entre edifícios, reorganização da circulação viária, reperfilamento de passeios e criação de novos espaços verdes e ajardinados para usufruto da população."*[76] De acordo com *A Nova Vila d'Este,* o Projeto de Arranjos Exteriores foi elaborado com vista à promoção e *"requalificação do espaço público, com orientações para a criação de soluções de repavimentação, recuperação e criação de áreas de circulação pedonal, arborização e zonas verdes, iluminação publica, redesenho dos espaços envolventes aos edificados e alteração do mobiliário urbano."*[77] O projeto de intervenção no espaço público, desenvolvido pela arquiteta Maria José Pinto Leite teve lugar *"em 2011 e 2012, na parte final da obra de requalificação do edificado (blocos 9, 10, 14 a 17) que decorreu de 2009 a 2012. Existiu ainda uma segunda fase de obra de requalificação dos restantes blocos que terminou em 2015 e que não abrangeu os espaços exteriores por razões económicas."*[78]

Por sua vez, no domínio social, foi criada, em 2009, a Agência de Desenvolvimento Local. Entre outros desígnios, esta agência pretendia avançar com propostas de promoção de empregabilidade, educação, prevenção da delinquência juvenil, integração das mulheres e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e participação ativa dos moradores na tomada de decisão, com vista à inserção social e ao aumento do sentimento de pertença ao lugar.[79] Com vista ao cumprimento deste objetivo, foram criados espaços como o *"Espaço Multiusos, Espaço Jovem, Espaço Mulher e Espaço Aberto."*[80]

Mais tarde, em 2011, foi apresentada a 2ª fase de candidatura, que compreendeu *"o desenvolvimento de duas operações: reabilitação do edificado urbano; inclusão social e valorização socio-económica e profissional."*[81] Nesta fase planeou-se a reabilitação de 12 blocos, perfazendo um total de 1319 fogos, mais 45 espaços comerciais.[82]

Volvido algum tempo, em 2015 foi feito um inquérito[83] à população (levado a cabo pelo arquiteto Nuno Abrantes), que veio clarificar a importância dos projetos de reabilitação do espaço público no fomento

[76] "A nova Vila d'Este", p. 9.
[77] "A nova Vila d'Este", p. 7.
[78] ABRANTES, Nuno- "A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto: o desenho como instrumento social". Porto: FEUP, 2016. Dissertação de Doutoramento; p. 128.
[79] "A nova Vila d'Este", p. 10.
[80] "A nova Vila d'Este", p. 11.
[81] "A nova Vila d'Este", p. 14.
[82] "A nova Vila d'Este", p. 15.
[83] Os resultados do inquérito em questão foram fornecidos pelo arquiteto Nuno Abrantes e encontram-se disponíveis para consulta no Anexo 03.

dos laços sociais entre residentes, mas também no sentimento de identificação dos moradores com o Lugar. Segundo os dados obtidos, apenas 50% dos inquiridos afirmou passar tempo fora de casa (nos espaços coletivos) antes das obras de requalificação. Contudo, após a intervenção, 35% dos inquiridos afirmou passar mais tempo no exterior, quer na companhia da família quer de vizinhos. Paralelamente, do total de inquiridos, 59% considerou que antes da realização das obras de requalificação os moradores não tinham cuidado com a limpeza dos espaços exteriores, tendo 61% considerado que essa situação se alterou após as obras (contra 35% que acreditam nada se ter alterado). Uma percentagem considerável, 68%, considerou existirem lugares suficientes para as crianças brincarem e 65% que os espaços verdes e a arborização acrescentada foram suficientes. Importa salientar, sobretudo, que 98% dos inquiridos considerou que a urbanização se tornou um local mais bonito e aprazível para se viver.

Contudo, e apesar da aparente satisfação dos moradores em relação às obras de requalificação, de acordo com o observado no local, a intensidade de uso do espaço público permanece relativamente limitada. Isto pode estar relacionado, como será aprofundado mais à frente, com um número diverso de questões, sobretudo de índole estrutural, que suplantam os efeitos positivos de qualquer projeto de requalificação. Problemas estruturais ou circunstanciais como a topografia desadequada à construção de um conjunto habitacional, as descontinuidades no espaço público decorrentes do projeto inicial, a longa jornada de trabalho noutros locais ou a transição das relações sociais do espaço exterior para o espaço interior com o advento das novas tecnologias podem explicar o uso (por vezes) residual do espaço público.

1.2 | Reflexão sobre a inadequação dos sistemas de categorização tradicionais ao conhecimento em Urbanismo

A problemática

O ponto de partida para a compreensão global do sistema de espaços públicos de Vila d'Este passou pela elaboração de uma planta que permitisse um reconhecimento holístico do território e dos espaços que o compõem (e que, de igual modo, permitisse ao leitor descodificar, de forma mais ou menos imediata, o território em questão).

Preferencialmente distanciado de terminologias ou conceitos pré-determinados, este exercício teve como objetivo último a análise e classificação detalhada do caso de estudo, a partir de um olhar (preferencialmente) desconstruído sobre o território. Ainda que se sustente, em parte, em conceitos usualmente adotados nos processos tradicionais de classificação do espaço público, o intuito passou por evitar, como mencionado, o recurso a termos ou expressões demasiado simplistas como «espaço verde» ou «espaço de estar», que reduzem a diversidade do espaço público a um número reduzido de categorias genéricas, que excluem a complexidade do espaço e pouco comunicam sobre o seu caráter e natureza efetivos. Ainda assim, também não se pretendeu uma classificação demasiado detalhada do território, que tornaria não só a planta elaborada ininteligível como qualquer tentativa de sistematização ou clarificação do objeto de estudo impossível.

Porque neste contexto disciplinar (e no contexto da presente dissertação), os sistemas tradicionais de categorização do espaço parecem constituir, por vezes, um entrave ao conhecimento da realidade, pareceu importante refletir, antes de mais, sobre a (potencial) falibilidade de uma análise a duas dimensões e do recurso acrítico aos sistemas de categorização próprios desta disciplina.

Questionamento

Como *"conjunto de princípios e métodos de classificação dos diversos elementos de uma área científica"* a taxonomia é um *"sistema de categorização"* habitualmente associado ao ramo da biologia que procura classificar e hierarquizar os seres vivos em categorias, segundo critérios de semelhança e dissemelhança.[84] Existe, fundamentalmente, como meio de sistematização e atribuição de sentido e ordem à realidade, que

[84] Porto Editora – taxinomia no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-07-16 23:08:15]. Disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/taxinomia

é assim mais facilmente apreendida e interpretada.

Classificação dos seres vivos e classificação do espaço: uma metáfora

Em 1798, John Hunter, 2º governador da colónia britânica na Austrália, envia para Inglaterra o primeiro espécimen de um animal desconhecido, que não participava, ainda, da taxonomia dos seres vivos- o ornitorrinco. Acompanhado do animal, seguiu um desenho detalhado do mesmo e um documento intitulado *"An Account of the English Colony in New South Wales"*, onde David Collins (vice-governador da colónia britânica em Nova Gales do Sul) descreve o ornitorrinco como um *"animal anfíbio, da espécie das toupeiras"*[85]. Este momento marcou o início da polémica e da discussão acerca da natureza deste animal, numa controvérsia que duraria 85 anos e que dividiu académicos, biólogos e naturalistas, que tardavam em chegar a um consenso quanto à sua classificação e lugar na taxonomia dos seres vivos.

"O ornitorrinco é um estranho animal, que parece concebido para desafiar toda e qualquer classificação, tanto científica como popular."[86]

Coberto de pelo, este animal tinha um bico de pato. Em simultâneo, possuía garras e cauda de castor e apesar de a fêmea colocar ovos esta «amamentava» as suas crias (através de poros que segregam o leite). De acordo com o cientista Brian K.Hall num artigo intitulado *"The paradoxical platypus"*,

"O ornitorrinco intrigou e agitou os naturalistas da época. Era um mamífero (...)? Representava um novo grupo de animais? Seria um "elo perdido" entre dois grupos conhecidos, especialmente entre répteis e mamíferos? (...) Ou era um embuste, como muitos suspeitavam (...)? As fêmeas punham ovos, como fazem os pássaros e muitos répteis? Ou davam à luz nados vivos, como fazem os mamíferos?"

A criatura, com o seu pelo, bico de pato e pés palmados, teria parecido ainda mais paradoxal se soubessem que punha ovos e amamentava as suas crias. Nenhum animal era conhecido por fazê-lo. Além disso, nenhum animal deveria fazê-lo."[87]

Em *"Kant e o Ornitorrinco"*, ensaio de Umberto Eco sobre a lingua-

[85] HALL, Brian K. - The paradoxical platypus, **BioScience**. Vol. 49:3 (1999), 211. Disponível na Internet: <URL:https://doi.org/10.2307/1313511
[86] ECO, Umberto - "Kant e o Ornitorrinco". Miraflores: Difel, 1999; p. 66.
[87] HALL, Brian K. - The paradoxical platypus, **BioScience**. Vol. 49:3 (1999), 212.

gem e a cognição, o autor recorda o episódio em que o veneziano Marco Polo, numa das suas muitas viagens, avista um animal lendário, que o viajante reconheceu como sendo um «unicórnio», ainda que diferisse em diversos aspetos da ideia que o mercador tinha do animal. Sabe-se hoje que este animal era, na verdade, um rinoceronte. Com efeito, na altura, e apesar da estranheza provocada pela não compatibilidade entre ideia pré-concebida e realidade dos factos, ao invés de conceber uma nova categoria onde pudesse encaixar este animal, o mercador adapta o conhecimento que tinha acerca deste e ajusta o seu conceito de «unicórnio» de modo a que corresponda à realidade que se apresenta perante si.

"Muitas vezes, perante o fenómeno desconhecido, reage-se por aproximação, tenta-se aquele recorte de conteúdo, já presente na nossa enciclopédia, que bem ou mal parece dar razão do facto novo."[88]

No seu ensaio, Eco questiona-se se a abordagem de Marco Polo ao novo e inusitado animal- o ornitorrinco- seria similar, isto é, se o viajante optaria por ajustar conceitos pré-existentes, se criaria uma nova classe onde pudesse integrar a inusitada criatura que tinha perante si, ou se lhe restaria identificá-la como uma «quimera», um monstro lendário mitológico e, por isso, não pertencente à realidade.

"Não estamos a interrogar-nos se Marco Polo teria reconhecido o animal como um mamífero ou um batráquio, mas certamente ter-se-ia perguntado se aquilo que via (desde que fosse um animal e não uma ilusão dos sentidos, ou uma criatura dos ínferos) seria um castor, um pato, um peixe, e de qualquer modo se era ave, animal marinho ou terrestre. Um belo sarilho, de que não poderia tirá-lo a noção de unicórnio, e quando muito teria recorrido à ideia de Quimera."[89]

Na altura, a ambiguidade do animal, que hoje conhecemos por ornitorrinco levou, por um lado, à sua integração em distintos grupos taxonómicos e, por outro, à criação de novas classes, *taxa*, independentes das demais.[90] Este exemplo, da procura pela integração do ornitorrinco na taxonomia dos seres vivos constitui uma metáfora para evidenciar a forma como os modos instituídos de categorização da realidade podem dificultar ou atrapalhar uma compreensão fiel dessa mesma realidade, já que estranham ou excluem tudo aquilo que não se encaixa nessas categorias. Do universo da Biologia ao do Urbanismo, é este o dilema dos processos de classificação tradicionais na organização do conhe-

[88] ECO, Umberto - *op. cit.*, p. 65.
[89] *Ibidem*, p. 66.
[90] HALL, Brian K. - The paradoxical platypus, **BioScience**. Vol. 49:3 (1999), 213.

cimento que se tem da realidade: até que ponto o saber instituído (e cristalizado) não impede um verdadeiro entendimento da realidade. Até que ponto não exclui ou desconsidera a novidade, o insólito, a diferença ou o ambíguo.

Como em todas as áreas do conhecimento, também no domínio do urbanismo se recorre a processos de classificação ou categorização como forma de interpretação e sistematização da realidade. Neste campo, e sobretudo na discussão sobre espaço público, é usual o recurso a expressões que, como mencionado anteriormente, categorizam o espaço de uma forma genérica, quando este reúne, na verdade, uma panóplia de espaços de diferentes naturezas, que não podem (ou não devem) ser encaixados em categorias indistintas ou vagas como «espaço verde». Apesar de permitirem algum nível de compreensão da realidade do espaço público, estas categorias, se utilizadas de forma acrítica como instrumentos únicos de reconhecimento do espaço e não como instrumentos de orientação, podem tornar-se obstáculos a um entendimento da realidade do espaço como este é, pois definem, à partida, como este devia ser.

Contudo, não é apenas no plano teórico que a desconstrução destes processos é importante. Para aqueles que, como arquitetos e urbanistas, interferem diretamente no espaço público no exercício da sua profissão, é imperativo o questionamento dos modos de análise e reflexão sobre espaço público, que possuem consequências, na prática, nos modos efetivos de intervenção nesse espaço. Parece ser, por isso, indispensável uma reflexão sobre os juízos de valor que, comummente, são feitos em relação ao espaço público e seus modos de apropriação, que dogmas lhes associamos e de que forma é que, enquanto futuros intervenientes no espaço público, isso pode prejudicar o resultado ou a adequabilidade das nossas intervenções em determinado contexto.

Desta forma, e como será exposto seguidamente, optou-se pela realização de uma análise ao espaço público mais ou menos independente de uma taxonomia rígida definida *a priori.* Durante o exercício de reconhecimento do espaço público de Vila d'Este, no local, foram identificadas constantemente situações atípicas, paradoxos, espaços ambíguos ou disfuncionais que geraram dúvidas quanto à sua natureza e lugar no sistema de classificação que se pretendia fazer. Porque diversos espaços não se integravam verdadeiramente em nenhuma categoria espacial «tradicional», optou-se pela criação de um léxico próprio, adequado ao território em questão, que não fosse tão elementar que classificasse



06. Processo de reconhecimento do território- composição.

o espaço público segundo um número reduzido de categorias, nem tão desfragmentado que coincidisse com a infinidade da realidade.

Porque não se pretende retirar conclusões absolutas ou interpretar em demasia a realidade percebida, mas sim efetuar um retrato do espaço público e do modo como as pessoas se organizam nesse espaço, assumiu-se que, à partida, não existe uma «taxonomia» definida e que qualquer exercício de codificação ou avaliação do espaço resultaria não de conceitos pré-determinados, como guias de avaliação do espaço público, mas sim de modos de observação, no local, da realidade com que nos deparamos.

1.3 | Vila D'Este a duas dimensões: reconhecimento global do território

O desenvolvimento da planta de reconhecimento do Lugar[91] não pretendeu operar, em última instância, como mero mecanismo de questionamento da taxonomia tradicionalmente utilizada neste campo disciplinar. Antes, o desenvolvimento da planta constituiu um exercício de experimentação e um ponto de partida para o restante trabalho. Obrigou a um olhar minucioso sobre o território, a indagar sobre a natureza dos espaços que o compõem, a compará-los e a identificar relações de semelhança ou oposição, para que pudessem ser corretamente agrupados nas categorias definidas. A planta permitiu reunir e sistematizar graficamente o conhecimento adquirido, colocar alguma ordem na multiplicidade e heterogeneidade que o território apresenta e realizar uma leitura mais ou menos inteligível do Lugar e dos espaços que o constituem.

O desenvolvimento desta peça foi, em simultâneo, um exercício interessante de experimentação e um processo repleto de incertezas e interrogações. O ímpeto de recorrer ao saber adquirido durante a formação académica foi frequente e as indagações sobre o propósito de um exercício de análise do espaço «distanciado» desse saber foi constante.

Uma das maiores dificuldades deste processo terá estado na definição do nível de particularização que a análise do território deveria respeitar para que não fosse nem demasiado abrangente nem demasiado particular. Por este motivo, definir os critérios para a classificação dos espaços em diferentes categorias revelou-se uma tarefa complexa que gerou algumas interrogações. Seria suficiente a partição e classificação dos espaços segundo critérios morfológicos e tipológicos? Ou deveriam ser

[91] Ver Fig. 07 ou Anexo 01.



Passeio
Ruas
Vias de acesso às garagens particulares
Vias e rampas de acesso às garagens coletivas
Estacionamento exterior
Passeio-corredor
Escadarias
Espaços relvados intersticiais ou adjacentes ao edificado
Caminhos de pé posto
Espaços relvados/ajardinados (não pressupõem usufruto público)
Espaços relvados/ajardinados (pressupõem usufruto público)
Hortas (espontâneas e camarárias)
Espaços resultantes da organização viária
Faixa linear relvada (adjacente à A1)
Terreno arborizado não edificado

Edifícios residenciais (com ou sem espaços comerciais/serviços)

Edifícios não residenciais
Serviços e equipamentos comerciais autónomos
Equipamentos sociais autónomos
Escolas/creches
Equipamentos desportivos autónomos
Igreja
Equipamentos- recintos

Contentores do lixo e ecopontos
Dispositivos de correio centralizados

07. Reconhecimento do território- planta final. Para uma análise mais detalhada, consultar Anexo 01, p.139.

privilegiados critérios como a semelhança de uso e apropriação? Quando os espaços sob análise são pouco inteligíveis ou ambíguos, em que categoria devem ser integrados? Ou fará mais sentido a conceção de uma nova categoria onde estes se encaixem?

Estas e outras questões foram recorrentes durante todo o processo de reconhecimento do território e desenvolvimento da planta e nenhuma resolução foi plenamente cristalizada *a priori*. Os critérios de classificação do espaço público foram sendo transformados e aperfeiçoados no decorrer do exercício, de uma forma fluída e mais ou menos espontânea, já que a definição de critérios rígidos e inflexíveis colocaria em causa, à partida, o exercício que se pretendia fazer. Neste contexto, e numa urbanização que reúne um sem-número de espaços de índoles distintas, nem o recurso a critérios abrangentes nem o recurso a parâmetros rígidos de análise seria proveitoso. Ainda assim, neste exercício em particular, critérios como a semelhança morfológica e tipológica dos espaços, bem como o tipo de uso associado foram os que mais peso tiveram no processo de classificação do conjunto de espaços daquele território.

Em última análise, reconhece-se que este processo se desenvolveu a partir de um modo individual de observação e interpretação do espaço, que, é sabido, nunca será isento ou impessoal, pelo que se admite a variabilidade das conclusões que um outro olhar faria sobre o mesmo lugar.

Breve explicação das categorias espaciais predominantes

Porque a planta, por si só, poderia não permitir uma leitura clara do território, e porque não permite reconhecer os critérios utilizados para a classificação e categorização da rede de espaços públicos de Vila d'Este, achou-se por bem fazer uma explicação sucinta da peça elaborada. Deste modo, seguidamente, são brevemente introduzidos e explicados os principais grupos onde os distintos espaços foram agregados.

Ruas[92]

Como lugar que permite a circulação rodoviária e como espaço de deslocação pedonal, a rua desempenha, neste contexto, um claro papel utilitário. No contexto do caso de estudo, parte significativa das vias identificadas pertence a uma única tipologia- a rua rodoviária, com função distributiva e que permite o acesso aos blocos habitacionais. Grande

[92] Ver Fig. 08.

parte destas vias possui mais ou menos a mesma extensão e largura, o mesmo caráter e materialidade. Com efeito, não é possível encontrar em Vila d'Este ruas partilhadas ou exclusivamente pedonais, sendo a rua estritamente rodoviária (com passeio adjacente) a que prevalece e organiza o restante espaço público. Ainda que não seja o fator determinante, este facto evidencia o diminuto destaque dado ao peão no espaço público da urbanização, que se organiza em torno do automóvel e da rede viária que o serve.

Vias de acesso às garagens particulares[93]

Da totalidade das ruas identificadas na urbanização, apenas uma percentagem reduzida pertence a esta tipologia. São ruas sem saída, que divergem das ruas rodoviárias tradicionais por, fundamentalmente, não terem uma função distributiva, sendo o seu único objetivo, como o nome indica, permitir o acesso às garagens particulares dos edifícios. O seu caráter resguardado aparenta propiciar a realização de atividades diversas (jogos entre crianças, lavagem de carros, lavagem de roupa, etc.) e não apenas o acesso às garagens.

Vias e rampas de acesso às garagens coletivas[94]

A presente categoria difere de «vias de acesso às garagens particulares» pois engloba, apenas, as vias ou rampas de acesso a garagens coletivas (e não individuais). Simultaneamente, o seu caráter difere das restantes pois não permite (ou não propicia) um uso distinto daquele pensado a *priori*, sendo utilizado apenas por veículos automóveis para o acesso ao interior das garagens.

Estacionamento exterior[95]

Nesta categoria foram assinalados, simultaneamente, os espaços definidos, à partida, como lugares destinados ao estacionamento dos veículos particulares, mas também as faixas que, na via pública são usualmente ocupadas por veículos estacionados, sem que tal ocupação tenha sido definida previamente. Excluiu-se, nesta categoria, o estacionamento nos passeios, pela sua natureza inconstante e variável, ainda que tal constitua um fenómeno comum.

[93] Ver Fig. 09.
[94] Ver Fig. 10.
[95] Ver Fig. 11.

Passeio[96]

A categoria «passeio», neste contexto, engloba espaços com características que se estendem para além daquelas usualmente associadas a esta tipologia.

Sobretudo no núcleo sul da urbanização, o edificado encontra-se, frequentemente, recuado em relação à rua. Este afastamento cria espaços exclusivamente pedonais (entre rua-edificado) com grande profundidade, que permitem, para além da circulação pedonal característica do passeio tradicional, o recreio e o usufruto prolongado do lugar, mas também o estacionamento de veículos privados. Assim, no contexto do presente trabalho, o vocábulo «passeio» é utilizado para aferir tanto a estes espaços como à tradicional rede de percursos pedonais de perfil estreito, sobrelevados e contíguos às faixas de rodagem, que no caso de estudo são, muitas vezes, contíguos. «Passeio» adquire nesta conjuntura um significado mais abrangente, sendo uma categoria de espaço que engloba duas dinâmicas distintas- aquela própria do passeio tradicional, universalmente reconhecida, e uma nova que, sendo inabitual observar-se na malha da cidade, permite, neste contexto, novas formas de uso do espaço. Apesar de estas duas dinâmicas ocorrerem, muitas vezes, num ambiente comum, existe, por norma, uma distinção entre a faixa destinada exclusivamente à circulação pedonal e a faixa com maior profundidade, adjacente ao edificado, que permite as restantes dinâmicas. Esta distinção é elaborada, regra geral, através de ligeiras alterações no traçado do pavimento ou através da utilização de materiais distintos.

Importa salientar que, embora em planta o passeio aparente possuir uma cota uniforme em toda a sua extensão, quando no terreno reconhece-se que tal nem sempre acontece. Este integra, por vezes, desníveis significativos que dão origem a patamares a diferentes cotas, que procuram vencer os desníveis topográficos do terreno. Existe, portanto, um desfasamento entre a perceção do projeto em planta (em que o edificado parece disposto numa «tábua rasa») e a realidade do projeto edificado, subordinado à topografia heterogénea do território.

Passeio-corredor[97]

Fazendo parte da rede pedonal, estes «passeios-corredor» são percursos pedonais de perfil usualmente estreito que se autonomizam da restante rede pedonal, existindo a cotas inferiores às da rua ou nas traseiras

[96] Ver Fig. 12.
[97] Ver Fig. 13.



08. Ruas



09. Vias de acesso às garagens particulares



10. Vias e rampas de acesso às garagens coletivas



11. Estacionamento exterior



12. Passeio

do edificado.[98] Permitindo uma circulação autónoma da restante rede pedonal e viária, a sua utilidade (sobretudo a dos «passeios-corredor» existentes nas traseiras do edificado) é por vezes questionável.

Escadarias[99]

No processo de análise do espaço público foi identificado um número significativo de escadarias de diferentes géneses e propósitos e que é possível classificar em três grupos. O primeiro grupo, que engloba o conjunto de escadarias dispersas pelo sistema de espaços públicos de Vila d'Este, estabelece a ligação entre cotas distintas do território. Uma percentagem destes elementos possui uma extensão considerável, exatamente por vencerem grandes desníveis topográficos. Outras, pelo seu caráter monumental e afirmativo na paisagem, implantam-se no território como peças escultóricas. Outro tipo de escadaria, por norma de extensão inferior, aparece nos quarteirões como elemento que conecta o passeio ou rua ao patamar que permite a entrada no interior do edificado ou o acesso aos espaços comerciais e serviços. Finalmente, o terceiro grupo integra as escadarias que estabelecem o acesso direto ao rés-do-chão do edificado a partir do passeio, fazendo uma conexão imediata entre o espaço exterior, público, e o espaço interior, privado. Embora haja variações na sua morfologia, materialidade e extensão, regra geral estas escadarias apresentam uma dimensão reduzida, já que representam a primeira forma de acesso ao interior do edificado. Para que o mapa apresentado não se tornasse ininteligível, optou-se por não fazer nenhuma distinção entre estes três grupos, que, apesar de apresentarem algumas dissemelhanças, pertencem a uma mesma família.

Espaços relvados intersticiais ou adjacentes ao edificado[100]

Em Vila d'Este é possível identificar um número considerável de espaços relvados, sem uso público, subproduto tanto das características topográficas do Lugar como das opções de implantação do edificado. Por norma, estes espaços estabelecem a conexão entre duas cotas distintas, sobretudo entre edifícios num mesmo quarteirão ou entre edifícios e a rua/passeio. Têm, por isso, quase sempre alguma pendente associada. Contíguos ao edificado, estes espaços relvados podem possuir algum tipo de vegetação, sendo alvo de manutenção periódica. Ainda assim, sobretudo nas zonas limítrofes da urbanização, é possível encontrar espaços desta natureza sem qualquer tipo de manutenção. Ainda que concretizem uma ligação harmoniosa e progressiva entre espaços de

[98] ABRANTES, Nuno- *op.cit.,* p137.
[99] Ver Fig. 14.
[100] Ver Fig.15.



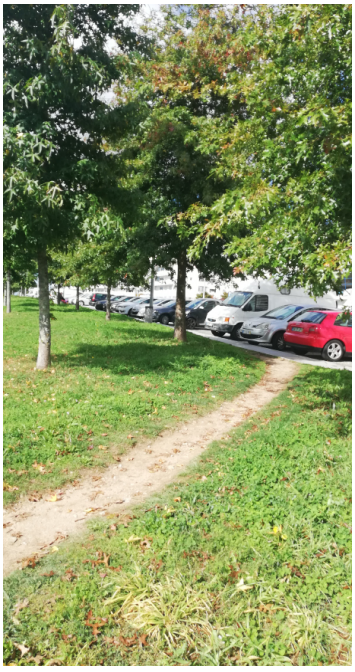
13. Passeio-corredor



14. Escadarias



15. Espaços relvados intersticiais ou adjacentes ao edificado



16. Caminhos de pé posto



17. Espaços relvados/ajardinados (não pressupõem usufruto público)

diferentes cotas, estes fomentam alguma descontinuidade no espaço público. Constituindo a maior fatia da área natural da urbanização, não são espaços que participem ativamente como espaços de uso público, não sendo passíveis de usufruto por parte dos moradores.

Caminhos de pé posto[101]

Como consequência da relativa descontinuidade do sistema de espaços públicos da urbanização, é comum a existência de caminhos de pé posto, numa clara evidência da necessidade que os moradores têm de contornar estes momentos «barreira», criando alternativas que tornem os seus percursos mais curtos e céleres. Estes caminhos são comuns, sobretudo, em categorias como «espaços relvados intersticiais ou adjacentes ao edificado» ou «espaços relvados/ajardinados» que, dependendo do seu caráter, extensão ou localização podem atuar como entraves a uma circulação pedonal mais fluída.

Espaços relvados/ajardinados (não pressupõem usufruto público)[102]

Estes espaços, por norma relvados ou ajardinados, não permitem o uso público, na medida em que não são passíveis de serem usufruídos. Permitem, contudo, o acesso e/ou manutenção por parte dos moradores. Situam-se, por norma, à cota do passeio ou a uma cota superior e são habitualmente vedados ou circunscritos por arbustos.

Estes espaços distinguem-se dos já mencionados «espaços relvados intersticiais» pelo seu caráter mais reduzido e ornamental, mas também por permitirem aos moradores a sua manutenção.

Espaços relvados/ajardinados (pressupõem usufruto público)[103]

Apesar da extensão da urbanização e do elevado número de residentes, as áreas relvadas que permitem o uso público são escassas, existindo apenas três núcleos, de dimensão média, situados na zona norte de Vila d'Este. Os exemplos identificados encontram-se circunscritos pelo edificado e possuem um recorte definido. A implantação ao nível do solo, a ausência de barreiras que impeçam a acessibilidade, a área razoável e o seu caráter resguardado tornam estes espaços apelativos e convidam à sua utilização, sobretudo por crianças.

[101] Ver Fig. 16.
[102] Ver Fig. 17.
[103] Ver Fig. 18.



18. Espaços relvados/ajardinados (pressupõem usufruto público)



19. Faixa linear relvada (adjacente à A1)



20. Hortas (espontâneas e camarárias)



21. Espaços resultantes da organização viária

Faixa linear relvada adjacente à A1[104]

Este espaço é um espaço linear, relvado e arborizado, não construído e adjacente à Autoestrada 1. Ao contrário de outro tipo de terrenos não construídos, que preveem essa possibilidade, este, pelo seu caráter particular, não prevê qualquer tipo de edificação. Parece, neste contexto, ser resultado do desenho viário e da necessidade de afastamento do edificado (neste caso) à A1. Por apresentar uma pendente estável, integra bancos e zona de merendas, pelo que é passível de ser usufruído.

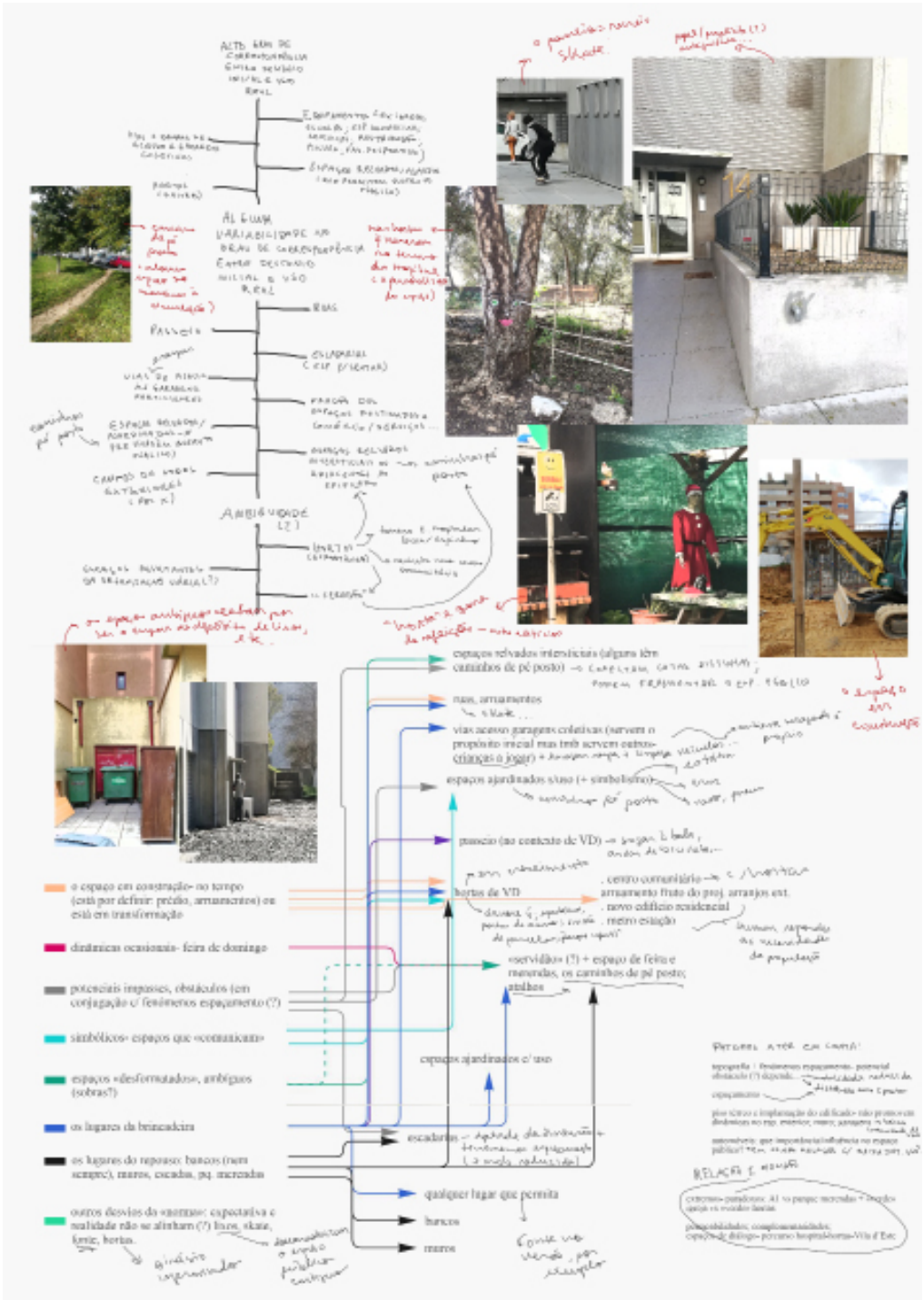
Hortas (espontâneas e camarárias)[105]

Na urbanização e nos terrenos limítrofes é possível encontrar um total de cinco núcleos onde existem atualmente hortas comunitárias. Apesar de possuírem géneses distintas, partilham (fundamentalmente) a mesma finalidade- a produção de alimentos. Deste conjunto, apenas um dos núcleos é promovido pela Empresa Municipal Gaiurb. Localizado na zona norte da urbanização, entre dois blocos habitacionais, encontra-se subdividido em talhões que foram atribuídos aos moradores (ou lojistas) que os solicitaram. Os restantes núcleos desenvolveram-se com o tempo, pela ação dos moradores que se organizaram individual e coletivamente com o objetivo de criar espaços onde pudessem cultivar alimentos para consumo próprio. Com o tempo, muitos destes espaços adquiriram novas finalidades, que se estendem para além da produção alimentar: são lugares de convívio, espaços lúdicos, desportivos, etc.

Espaços resultantes da organização viária[106]

Os espaços pertencentes a esta categoria são, genericamente, produto da organização e desenho viários. Uns são relvados, outros integram lugares de estacionamento, ecopontos, núcleos centralizados de caixas de correio e/ou bancos.

[104] Ver Fig. 19.
[105] Ver Fig. 20.
[106] Ver Fig. 21.



22.*Brainstorming.* Tentativa de compreensão dos graus de correlação entre desígnio inicial e uso real dos distintos espaços públicos de Vila d'Este.

1.4 | A potencial falibilidade da planta como exercício único de reconhecimento do espaço público

Ainda durante o o processo de desenvolvimento da planta apresentada pude constatar que, ainda que esta se tenha revelado um instrumento importante no reconhecimento do território e na desconstrução pessoal do modo como habitualmente estudo «espaço público», numa perspetiva de clarificação da realidade do território, a planta parece não se revelar suficiente. Ainda que faculte uma caracterização global das tipologias de espaço predominantes, falha no retrato da heterogeneidade e multiplicidade de formas de uso e apropriação desses espaços. Sobretudo porque o reconhecimento do espaço foi elaborado presencialmente, no Lugar (onde pude testemunhar a riqueza dos seus modos de uso e apropriação), a tradução do conhecimento adquirido num instrumento a duas dimensões deixa de parte as questões verdadeiramente interessantes que o espaço público encerra. Indiscutivelmente, a planta não traduz a imprevisibilidade do comportamento humano no espaço (que muitas vezes ignora os códigos impostos socialmente sobre os seus modos de uso), não traduz ambiências, disfuncionalidades ou a ambiguidade que este muitas vezes apresenta. Desde espaços associados a uma dada tipologia cujo uso e apropriação estão efetivamente alinhados com aquilo que seria expectável, passando por aqueles cujo uso é distinto daquele que se conjeturou, até à apropriação de espaços de domínio privado (que não conjeturavam nenhum tipo de uso público) e à reduzida intensidade de uso de espaços que pressupunham uma intensidade de uso superior, o espaço público detém incontáveis formas de apropriação que entram, muitas vezes, em conflito com o papel que se estipulou que dada categoria de espaço deveria cumprir. Da «rua» que se torna parque de skate, até aos campos de jogos que pouca intensidade de uso possuem, passando pela apropriação de terrenos privados para o cultivo de alimentos, o uso do espaço é, no caso de estudo em questão, frequentemente distinto do idealizado.

Deste modo, a singularidade de cada um dos espaços que compõem o caso de estudo corrobora a necessidade uma análise mais aprofundada do que aquela que se cristalizou na planta, que exclui os aspetos mais significativos (e interessantes) do espaço público. Se, em abstrato, pode parecer razoável que se «arrume» a leitura do espaço público nas categorias discriminadas em planta, na prática tal parece não ser suficiente, pelo que seria redutor estudar um território tão rico segundo um método que exclui parte substancial dessa riqueza. Desta forma, se o que se pretende é um retrato verosímil do espaço público, que aborde todas as



23

23. Vista aérea.
Faixa linear relvada aloja feira de domingo.
Núcleo de hortas espontâneas faz fronteira com via de acesso à A1.



24

24. Núcleo de hortas espontâneas entre dois edifícios.
Moradores serviram-se de um dos terrenos relvados intersticiais para a produção de alimentos, tendo concebido, também, espaços de convívio com mesas, cadeiras, barbecues e piscina.



25

25. Núcleo de hortas espontâneas.
Este núcleo constitui o maior conjunto de hortas de iniciativa dos moradores (e não só). Estende-se por grande parte do terreno pertencente ao Centro Hospitalar Gaia/Espinho.

questões apontadas, a planta torna-se insuficiente.

A continuação do presente trabalho pressupõe, por isso, a exploração de todas estas temáticas, com o objetivo último de expor da forma mais fiel possível a realidade da apropriação do espaço público de Vila d'Este.

O uso dos espaços: teoria vs prática

Um pequeno exercício empírico[107] elaborado de forma espontânea, em jeito de *brainstorming,* e realizado a partir das observações feitas no lugar permitiu constatar, efetivamente, que parte dos espaços públicos da urbanização apresenta algum grau de desfasamento entre o seu desígnio inicial (isto é, o seu uso comum, tradicionalmente associado à categoria espacial em que se inserem) e a sua apropriação e uso reais.

O produto deste exercício propõe demonstrar de forma simples diferentes graus de correlação entre desígnio inicial e uso real de determinadas categorias espaciais identificadas na urbanização (assim como a incerteza quanto à arrumação de outras categorias, cujo caráter e papel no espaço é ambíguo ou pouco inteligível).[108] Este esquema traduz, por um lado, a (efetiva) existência de categorias espaciais cujo desígnio primário encontra, quase sempre, paralelo com a realidade (embora se admita um certo grau de variabilidade). Por outro lado, demonstra também que são comuns os espaços que, associados a uma determinada forma de uso são, com frequência, apropriados de um modo distinto daquele que lhe foi «designado» à partida.

Encaixam-se nesta conjuntura categorias como a «rua», que, como lugar de trânsito rodoviário por excelência, é também, no contexto do caso de estudo, tida como espaço de recreio utilizado pelos jovens como «parque» de *skate*, por exemplo; da mesma forma, o chafariz adjacente à Piscina Municipal, que possui uma função sobretudo ornamental, é utilizado pelos mais novos, nos dias mais quentes do ano, como espaço de lúdico. Contrariamente, dois dos três campos de jogos que Vila d'Este integra encontram-se praticamente abandonados, ainda que exista um número substancial de crianças residentes na urbanização.

Torna-se evidente, assim, a comum assincronia entre expectativa e rea-

[107] Ver Fig. 22.

[108] Importa ressalvar que a opção de associar diferentes categorias espaciais a determinados graus de correspondência entre «desígnio inicial» e «uso real» se deve a questões de praticidade, o que não significa que todos os espaços pertencentes a uma dada categoria se «comportem» do mesmo modo. Pelo contrário, reconhece-se a heterogeneidade e a individualidade dos espaços que, conjuntamente, compõem as categorias espaciais identificadas.



26. Monotonia e estagnação no espaço público.

lidade, que, de forma muito simples, permite reconhecer a complexidade inerente ao projeto urbano, que pode, se tiver por base pressupostos simplistas, criar espaços, em contexto real, cujos modos de apropriação são distintos do esperado.

Por todos os motivos enunciados até ao momento, torna-se claro que, numa prática profissional futura, tanto no domínio teórico como no prático, é imperativo encarar o espaço público a partir de diferentes perspetivas e através de distintos instrumentos: não basta o reconhecimento, em planta, do contexto a intervir, e não é suficiente retirar conclusões sobre as necessidades de uma comunidade a partir, somente, do conhecimento que pensamos, à partida, ter sobre espaço público, mesmo antes de elaborar um reconhecimento do contexto em causa. Importa, sobretudo, questionar instrumentos disciplinares e modos de interpretar o espaço público, estudar e experienciar o lugar de forma aprofundada e dialogar com a população residente para aferir quais as necessidades efetivas daquele contexto.

2 | VILA D'ESTE: RETRATO DE UM ESPAÇO COM BAIXA INTENSIDADE DE USO

Terminada a anterior reflexão, será, daqui para a frente, elaborado um retrato do espaço público de Vila d'Este que atente nas dinâmicas que nele ocorrem e nos seus modos de uso. Procurar-se-á traduzir, sobretudo, a ambiência e fenómenos de apropriação dos espaços públicos, bem como a complexidade e ambiguidade que lhes é inerente.

Diferentes espaços (ainda que pertencentes a uma mesma categoria) são palco de fenómenos e usos distintos e, comummente, palco de dinâmicas inesperadas e não consideradas à partida. Outros espaços continuam, nos dias de hoje, em contínua transformação e outros demonstram com clareza um simbolismo que está indubitavelmente relacionado com a ação humana no espaço. Assim, neste capítulo, pretende-se explorar todas estas questões, numa abordagem independente de critérios morfológicos, tipológicos ou de propriedade.

2.1 | Panorama geral

Contrariamente ao que seria expectável, a dimensão do parque habitacional de Vila d'Este e a sua elevada densidade populacional não se traduzem num uso abundante da rede de espaços públicos. Na verdade,



27. Vila d'Este- vista aérea.
Identifiação dos terrenos circundantes.

um reconhecimento inicial do caso de estudo mostrou um uso diminuto dos espaços coletivos da urbanização, particularmente nos dias de semana. Sendo este um trabalho que versa o estudo do uso e apropriação do espaço e este uso parece ser reduzido, pareceu pertinente analisar, antes de tudo, este fenómeno.

Uma primeira aproximação ao território permitiu perceber que o problema da baixa intensidade de uso do espaço público de Vila d'Este aparenta ser um problema multifatorial, relacionado, sobretudo, com questões de ordem circunstancial ou de implantação do conjunto e também com questões intrínsecas ao território. Apesar de, isoladamente, poderem desempenhar um certo papel no decréscimo do uso do espaço, a sua influência sobre este fenómeno aumenta quando estas questões atuam conjuntamente.

Não procurando estabelecer relações de causa efeito simplistas, mas apenas retratar as circunstâncias que aparentam ter alguma influência na intensidade de uso do espaço público da urbanização, serão seguidamente apresentadas algumas dessas circunstâncias, partindo, por um lado, da análise efetuada no local, mas também a partir dos testemunhos de quem, efetivamente, reside ou frequenta Vila d'Este.

2.2 | A geografia de Vila d'Este: isolamento físico, "guetização" social e progressiva abertura ao exterior

Na sua face oeste, Vila d'Este é delimitada pelo Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, e por um outro terreno arborizado, de 4.8 hectares, também propriedade do Centro Hospitalar, que não lhe dá presentemente nenhum tipo de uso. A conectar a urbanização ao conjunto residencial a oeste destes terrenos existe apenas um caminho de pé posto, que percorre o terreno pertencente ao hospital, e uma via rodoviária, recentemente alcatroada, que veio facilitar o fluxo automóvel entre a urbanização e a restante malha urbana nessa direção. Por sua vez, nas alas norte e este, Vila d'Este é delimitada por dois eixos viários de dimensão média que estabelecem ligação a duas rotundas, fundamentais na distribuição do trânsito não só para outros pontos da cidade de Vila Nova de Gaia como para a cidade do Porto e arredores, através da A1. Apesar de circunscreverem fisicamente a urbanização, são simultaneamente eixos relevantes na sua articulação com os núcleos circundantes, bem como na atração de pessoas vindas de outros contextos (que não estabelecem, ainda assim, um contacto expressivo com a urbanização, o seu espaço público ou os seus serviços). A sul, por fim, este conjunto

faz fronteira com um troço da A1 (Autoestrada do Norte), que é apenas interrompido por uma passagem rodoviária inferior, a única que permite o diálogo entre a urbanização e o núcleo a sul.

A implantação particular no território, associada a outros fatores, pode ter tido alguma importância no isolamento da urbanização, que se tornou percetível desde os primeiros anos após a sua construção. O seu relativo isolamento físico e os escassos pontos de contacto com a rede viária do Município tornaram-na num complexo habitacional «insular», uma *"pequena cidade fora da cidade"*, encerrada sobre si própria, não apenas a nível físico, mas, sobretudo, a nível social.[109] Demarcada pelos limites físicos que os terrenos adjacentes e os eixos viários compõem, a população foi ainda mais penalizada pelo encerramento «simbólico» que adveio da estigmatização associada à urbanização e às suas gentes. A população residente, marginalizada à partida, não apenas por habitar um núcleo marcado pela diminuta condição económica dos seus residentes, mas também pelo preconceito externo que se desenvolveu com a existência pontual de confrontos entre grupos, viu-se ainda mais isolada da restante malha da cidade, da vizinhança que a circunda e das suas dinâmicas.

Todavia, as transformações que tiveram lugar no decorrer dos anos- a requalificação do edificado e do espaço público, a melhoria dos serviços, a integração de equipamentos relevantes para o território e o apoio social dado à população- foram de extrema importância na melhoria das condições de vida na urbanização e na sua abertura ao exterior, bem como na modificação da perceção externa sobre a urbanização.

De acordo com A., não residente em Vila d'Este mas cliente da Piscina Municipal, a urbanização não apresenta atualmente problemas de maior. Esta refere, apenas, que *"uma vez ou outra vem aí a polícia"*, mas que tal é normal e *"é como em todo o lado."*[110] Por sua vez, I., dona de um pequeno estabelecimento comercial de decoração, afirma que os confrontos e problemas sociais que antes eram regulares têm vindo a ser cada vez menos frequentes. Segundo a lojista, cujo negócio em Vila d'Este conta já com 14 anos de existência, a urbanização *"parecia o faroeste, no princípio"* e, embora a população mais nova já não tenha essa perceção *"os mais antigos ainda têm uma má conotação disto, porque isto era só tiros (...) os meus filhos nem queriam que eu viesse para aqui com medo."* Contudo, I. afirma que que, com o tempo, a che-

[109] ABRANTES, Nuno - *op. cit.,* p.128.
[110] Anexo 04. Entrevista IV, p. 156-158.

gada de pessoas externas a Vila d'Este, assim como de outros lojistas, teve um impacto positivo na urbanização. Acrescenta ainda, apontando para os espaços comerciais mais próximos, que *"estas lojinhas estão todas a funcionar durante a semana. Temos o pomar, a peixaria, o café ali da esquina, que é das minhas amigas. Eu vim para cá por causa delas. Senão não tinha vindo, senti as costas quentes com elas. Se elas não tivessem aqui o café eu nunca viria. Porque naquela época era mesmo assim, e depois como lhe digo, estava sempre a dar na televisão essas notícias".*[111]

Ainda que na trajetória rumo a uma integração plena na malha urbana, Vila d'Este continua a apresentar alguns sinais de isolamento, que podem estar relacionadas com as condicionantes enunciadas (cuja influência se revela particularmente difícil de contornar), mas também com o facto de este ser um núcleo predominantemente habitacional, que apesar de integrar um número considerável de estabelecimentos comerciais e serviços, continua a não conseguir atrair um número expressivo de pessoas vindas do exterior.

2.3 | Multifuncionalidade vs monofuncionalidade: Vila d'Este como dormitório?

Como mencionado, a elevada densidade populacional de Vila d'Este não se traduz, por norma, num espaço público amplamente utilizado. Este é usado, em grande parte, como espaço transitório, como suporte físico para a deslocação dos moradores de um ponto para outro aquando da realização de atividades da vida quotidiana. Paralelamente, a democratização no acesso à tecnologia levou a que as relações interpessoais, que não há muitas décadas pressupunham, em exclusivo, o contacto presencial (que frequentemente tinha lugar no espaço público) tenham sido, em parte, transpostas para o mundo digital, particularmente desde o advento das redes sociais, onde parte significativa deste tipo de comunicação hoje acontece:

"(...) o espaço público pode ser reduzido a mera funcionalidade, que está ameaçada pela sua substituição pelas tecnologias digitais. Se a função do espaço público é tida como de comunicação, então essa comunicação pode ocorrer através de correntes eletromagnéticas, eliminando a necessidade de entrar no espaço físico da cidade."[112]

[111] Anexo 04. Entrevista I, p. 147-149.
[112] MADANIPOUR, Ali - Espaço público: espaço da co-presença. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.*, p. 14.



28



29

28. a 33. As atividades predominantes no espaço público: passear, conversar, descansar, passear os animais de companhia e, até, limpar o carro.



30



31



32



33

Ao mesmo tempo, parte dos processos de compra e venda de bens e produtos passou a poder realizar-se a partir de dispositivos eletrónicos acessíveis a muitos, que reduziram gradualmente a necessidade de deslocação a espaços comerciais e, consequentemente, o uso do espaço público. Ainda assim, não é possível, neste contexto, quantificar o impacto da tecnologia no usufruto do sistema de espaços públicos de Vila d'Este ou mesmo responsabilizar o progresso tecnológico pela baixa intensidade de uso do espaço. Antes, acredita-se que o uso (ou ausência de uso) do espaço público está relacionado com inúmeros fatores, sendo que, em última análise, a decisão de usufruir do espaço (sobretudo como meio de comunicação) parte tão somente da ponderação de cada um sobre o valor e relevância que, em determinado momento, o espaço público possui para quem dele decide usufruir.

Em Vila d'Este, para além do usufruto do espaço relacionado com as atividades do quotidiano (deslocação de um ponto para outro, espera por transportes públicos, etc.), as formas mais usuais de uso do espaço prendem-se com o passeio dos animais de companhia, com a reunião de crianças em atividades lúdicas ou com o repouso na rede de bancos (e não só) dispersos pela urbanização. À parte disto, outras formas de uso do espaço são menos comuns, sobretudo em dias de semana, sendo notório um acréscimo no usufruto ativo do espaço público aos sábados e domingos.

Em conversa com residentes ficou claro que a sua opinião geral é de que a carência de pessoas nos espaços coletivos se prende com o facto de Vila d'Este ser um núcleo predominantemente habitacional. Os residentes trabalham, na sua maioria, fora do núcleo onde residem, fazendo a sua jornada de trabalho noutros locais da cidade de Vila Nova de Gaia ou noutras cidades periféricas, regressando ao fim do dia para se recolherem nas suas habitações: *"Isto aqui é quase um dormitório! Mai' nada (...) eles andam a trabalhar, só à noite é que vêm."*[113], assegurou M.C., moradora na urbanização há cerca de 29 anos. Também L., que se encontrava *"à espera da camioneta"* confirma, quando questionada sobre o diminuto uso do espaço público, que *"as pessoas trabalham e as pessoas de mais idade… [ficam por casa]."*[114]

Efetivamente, Vila d'Este apresenta-se (inicialmente, sobretudo) como uma área monofuncional residencial. É sabido, contudo, que esta urbanização nasceu com o intuito de, num espaço de tempo relativamen-

[113] Anexo 04. Entrevista VI, p. 162-166.
[114] Anexo 04. Entrevista VII, p. 167-168.



34

34. Em 1º plano, um recinto relvado e ajardinado que estabelece a relação entre a rua/passeio e o edificado, que se encontra recuado e a uma cota inferior à da rua. Em 2º plano, o edifício e os espaços comerciais abandonados. A uma cota inferior à do passeio, a visibilidade destes espaços é reduzida.



35



36

35. Espaços comerciais sem uso, visualmente impercetíveis a partir da rua.
36. Espaço comercial abandonado.

te curto, disponibilizar abrigo a um número elevado de pessoas com condições económicas diminutas, num programa social com orçamento controlado, que preconizou, exatamente, o desenvolvimento de um projeto fundamentalmente monofuncional. Consequentemente, e porque se reconhece que o espaço público, no geral, é tanto mais rico e dinâmico quanto maior diversidade de espaços (comerciais, desportivos, etc.) concentrar e quanto mais dinâmicas sociais fomentar, o espaço público da urbanização é, particularmente nas zonas monofuncionais, um lugar relativamente pobre em termos de dinâmicas sociais.

Ainda assim, a posterior inclusão de serviços e equipamentos como a Escola Básica ou a Piscina Municipal de Vila d'Este na viragem do século (entre outros, ao longo do tempo) revelou-se importante na dinamização dos espaços coletivos que lhes são contíguos. Nos núcleos em que os serviços e espaços comerciais se concentram, os espaços coletivos circundantes são frequentados por um número acrescido de pessoas e o movimento rodoviário é também superior. Ainda que exista em Vila d'Este um número considerável de serviços e espaços comerciais (de supermercados a farmácias e cabeleireiros) estes estão maioritariamente aglutinados em núcleos pontuais, em particular na zona norte da urbanização. A proximidade destes espaços, de grande diversidade funcional, atrai utilizadores e clientes que, no âmbito das suas rotinas e atividades quotidianas, acabam por encontrar vizinhos ou conhecidos com quem conversam ou trocam cumprimentos, fomentando dinâmicas interpessoais que muitas vezes são diminutas noutras zonas da urbanização.

2.4 | Espaços comerciais e serviços: um círculo vicioso de abandono

Com particular incidência na zona sul de Vila d'Este, a baixa intensidade de uso do espaço público parece estar, por um lado, relacionada com a reduzida ocupação dos espaços comerciais, que se encontram, muitos deles, em permanente estado de abandono. Simultaneamente, a baixa intensidade de uso do espaço reforça a incapacidade de fixar novos negócios o que acaba por agravar o problema do absentismo de pessoas no espaço público, num círculo vicioso de abandono de difícil resolução.

Ao mesmo tempo, parte desses espaços comerciais possui algum distanciamento em relação à rua. Outra percentagem encontra-se parcialmente oculta para quem circula na via pública, sobretudo por se encontrar sobrelevada ou afundada em relação ao passeio, sendo apenas acessível por intermédio de escadarias que, podendo representar um

ligeiro obstáculo (físico e psicológico) à comunicação imediata entre estes espaços e o espaço público, onde as pessoas circulam, parece não ser uma condicionante para outro tipo de espaços comerciais ou serviços que, nas mesmas condições, prosperam (em maior ou menor grau), alheios a estes fatores.

J.M., proprietária de uma padaria localizada numa cota inferior à da rua afirma que a distância do seu estabelecimento em relação à rua *"prejudica um bocado, mas… as pessoas foram-se habituando (…) Se fosse à face da estrada… como se vê em muitas lojas em centros comerciais e em urbanizações, à face da estrada... estas não, estas fizeram as escadas e a gente ficou todas metidas no fundo."* Efetivamente, o facto de parte dos estabelecimentos não se encontrarem ao nível do olhar dos transeuntes torna-os visualmente impercetíveis. Contudo, o abandono destes espaços possui, também, causas que são alheias ao projeto arquitetónico. Segundo J.M., grande parte dos proprietários dos estabelecimentos abandonados eram moradores, que tendo ido morar *"para outros lados"* colocaram *"as lojas à venda"*. Acrescenta, ainda, que outras lojas *"estão vazias desde o começo daqui da urbanização"*, sobretudo porque os donos *"ninguém sabe quem é e ninguém pode mexer (…) A maior parte das lojas aqui… tem muitas lojas aqui, por exemplo na parte de cima e não se sabe quem é os donos."*[115] Já R.S., proprietário de um talho contíguo ao estabelecimento de J.M., de quem é amigo, afirma, quando questionado sobre o abandono dos espaços comerciais, que *"a ideia é que isto aqui é mais um dormitório do que propriamente uma zona de comércio. Quando chegam aqui [as pessoas] já vêm com as compras feitinhas «de casa»."* Esta declaração reforça a ideia de que, efetivamente, Vila d'Este é uma urbanização onde essencialmente se habita. Assim, as vertentes social e económica da vida de grande parte dos moradores têm lugar noutros locais. R.S admite que vai tendo clientela, *"mas para a população que vive aqui não"*. Segundo o proprietário, que possui o seu estabelecimento na urbanização há 36 anos, para a dimensão da urbanização, a clientela é inferior ao que seria de esperar, essencialmente pelo facto de os moradores efetuarem as suas compras junto dos seus locais de trabalho ou no caminho para casa: *"Vive aqui muita gente, mas o pessoal… Porto…Maia…fora… ao vir, chegam tarde… onde passam… [vão fazendo as suas compras]."*[116]

Ainda assim, o usufruto dos espaços comerciais, serviços e outros equipamentos, bem como da rede de espaços públicos da urbanização é

[115] Anexo 04. Entrevista III, p. 153-155.
[116] Anexo 04. Entrevista III, p. 153-155.

levado a cabo sobretudo pelos residentes e não por pessoas externas a Vila d'Este. Contudo, espaços como a Piscina Municipal, o posto de correios CTT (entretanto encerrado), ou eventos pontuais como a Feira de Domingo na zona sul de Vila d'Este parecem atrair utilizadores não residentes. A., que não reside em Vila d'Este, afirma que *"vem aqui muita gente à feira, ao Domingo de manhã (...) isto está tudo cheio, não é com as pessoas daqui, é com as que vêm de fora."* Simultaneamente, e porque frequenta assiduamente a Piscina Municipal, afirma que *"as pessoas que vêm para a piscina são mais as de fora do que as de cá. As de cá não vem muita gente. As pessoas de cá dizem que isto ou é para velhos, ou não sei quê (...) não aproveitam."*[117] Por sua vez, A., moradora, afirma, entre risos, que só frequentou a piscina *"uma vez ou duas, porque a médica mandou."*[118]

Sem dúvida, neste contexto estes dois testemunhos revelam-se pertinentes, pois desmistificam a ideia de que fatores como a proximidade a determinados espaços, serviços ou equipamentos se traduz, sempre, num usufruto efetivo desses espaços. Frequentemente existe quem, como A., pouco usufrua de espaços ou serviços localizados a poucos metros da sua residência e, inversamente, existe quem percorra distâncias consideráveis para usufruir de espaços que lhes sejam relevantes, o que desmente, em parte, a premissa de que a questão da proximidade é, por si só, um fator atrativo e convidativo ao uso de determinados espaços.

Voltando um pouco atrás e retomando a questão da prevalecente monofuncionalidade da urbanização, em conversa com moradores (quando questionados sobre a oferta de serviços ou espaços comerciais) a opinião geral é de que, ainda assim, a Vila d'Este se encontra muito bem servida deste tipo de espaços.[119] A., por exemplo, afirma que *"cafezinhos, cabeleireiros, não falta. Supermercados... tem o Lidl, tem o Dia. Tem talhos (...) não preciso de sair daqui para nada (...) não falta aqui nada."*[120] Outra residente, L., partilha a mesma opinião: *"Isto aqui... o que é que há de faltar? Temos supermercados, temos tudo! Só faltava aqui a polícia."*[121] Outra moradora, residente na zona sul da urbanização confessa que *"gostava de ter aqui um Multibanco, uma farmácia... aqui nas redondezas",* uma vez que parte substancial deste tipo de serviços se encontram na ala mais a norte de Vila d'Este. Esta afirma, também, que *"tinha ali uns correios daquele lado, fechou. Tem*

[117] Anexo 04. Entrevista IV, p. 156-158.
[118] Anexo 04. Entrevista V, p. 159-161.
[119] Ver anexo 02.
[120] Anexo 04. Entrevista V, p. 159-161.
[121] Anexo 04. Entrevista VII, p. 167-168.



37



38

37. Edifício eleva-se em relação ao espaço público, do qual se desarticula.
38. Rés-do-chão do edifício elevado em relação ao passeio.



39



40

39. e 40. Escadarias de acesso ao rés-do-chão do edificado, a uma cota bastante inferior à da rua.



41

41. Piso térreo encerrado.
A sequência de portões de garagem que marca o piso térreo de parte do edificado possui um papel relevante no abandono do espaço público.

ali um café, dá para carregar os passes e as senhas para o autocarro, mais nada. Por aqui não há mais nada." Contudo, reconhece também que em relação ao local onde morava anteriormente, tem acesso a um número superior de serviços: *"eu estou aqui há quase cinco anos… e aqui à minha beira há até mais do que havia onde eu morava."*[122] Outro morador com quem foi possível conversar é da mesma opinião, e afirma, até, que tendo vindo *"do centro da cidade do Porto, onde tinha tudo…não tinha tanto como tenho aqui."*[123]

Apesar de concentrados em núcleos, particularmente na zona norte, é verdade que Vila d'Este oferece um número de espaços comerciais, serviços e equipamentos (sociais, desportivos, escolares) considerável. Sem dúvida, é notória a influência que estes núcleos possuem na dinamização dos espaços públicos adjacentes, na concentração de pessoas e na promoção de sociabilidades que, noutras zonas da urbanização- de caráter predominantemente habitacional- é um fenómeno menos comum. Este facto permite reconhecer o relevante papel que a diversidade funcional adquire na dinamização dos espaços coletivos contíguos, contrariamente ao que sucede em núcleos predominantemente habitacionais, onde as dinâmicas sociais que têm lugar no espaço público são mais escassas.

Contudo, para que se compreenda em profundidade o fenómeno da baixa intensidade de uso do espaço público de Vila d'Este não é possível excluir da equação a questão das características de implantação do parque habitacional e, particularmente, das características do piso térreo de grande parte do edificado.

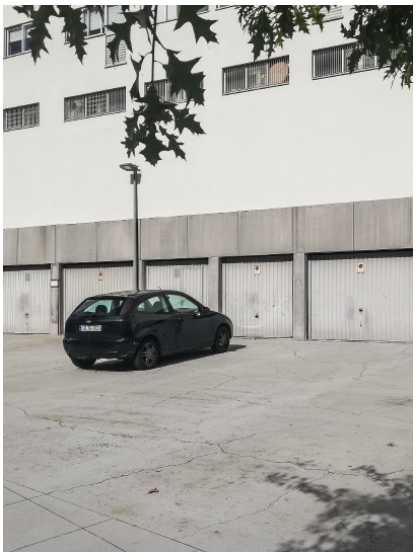
2.5 | Implantação do edificado e a questão do piso térreo

Implantados como planos de corte verticais, a inserção do edificado no território impossibilita qualquer fluidez ou permeabilidade entre os espaços exteriores coletivos, frustrando a criação de um sistema contínuo e interativo de espaços, e criando, antes, um espaço público maioritariamente fragmentado. Reconhece-se, neste ponto, a influência que as oscilações topográficas acentuadas possam ter tido aquando do desenvolvimento do projeto do edificado, uma vez que representam, por si só, um obstáculo à liberdade projetual e à integração de soluções que dotassem o espaço público de alguma continuidade espacial.

[122] Anexo 04. Entrevista X, p. 175.
[123] Anexo 04. Entrevista XI, p. 176-178.



42



43

42. a 45. Piso térreo «opaco», assemelha-se a um embasamento que eleva e isola o edifício do espaço público. Interrompido apenas pontualmente, não cria ou promove nenhum tipo de dinâmicas no exterior, contribuindo para a desertificação do espaço público circundante.



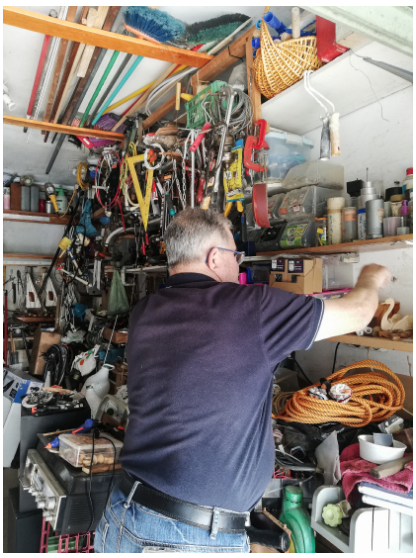
44



45



46



47

46. e 47. Pontualmente as garagens «abrem-se» ao exterior.
À direita, uma garagem convertida em oficina.

Conjuntamente, é usual a elevação ou «afundamento» do rés-do-chão dos edifícios em relação à rua, que apenas se torna acessível, em grande parte dos casos, a partir de rampas ou escadarias de dimensões variáveis, consoante o desnível a ser vencido. Esta decisão projetual, que advém do projeto original, demonstra a dificuldade de ajuste à topografia acidentada do território, o que acabou por resultar, como refere Nuno Abrantes no seu Doutoramento, *"em grandes diferenças de cotas ao nível das várias entradas dos blocos de habitações".*[124]

Em simultâneo, em nenhum momento é possível encontrar habitação no piso térreo do edificado, ainda que seja relativamente comum a existência de espaços comerciais ou serviços que, como mencionado, se concentram em determinados núcleos da urbanização, possuindo um grau de influência notório no espaço público circundante. À parte disto, uma percentagem do piso térreo do parque habitacional é marcada pela existência de portões de garagem que, salvo exceções pontuais, pouco contribuem para a dinamização do espaço público. O restante piso térreo apresenta-se, no geral, como um muro cerrado, apenas interrompido por pequenos vãos, espaços comerciais ou portas de acesso ao interior do edificado. De resto, tende a fechar-se ao exterior, alienando-se da rua e não estabelecendo qualquer diálogo com o espaço público, o que, seguramente, diminui o interesse da população no seu usufruto, bem como a perceção de segurança na urbanização, sobretudo à noite. Com efeito, da via pública ouvem-se vozes de pessoas em conversa e até música, sons vindos de apartamentos anónimos, espaços interiores com uma vitalidade que não se vê reproduzida no exterior. Para quem circula na via pública, não são raras as vezes em que os edifícios se comportam como muros que constringem e encaminham para outro lugar.

"Voltando a atenção ao edificado, saliente-se a sua proeminência para o facto de proporcionar, consoante a sua orientação e grau de 'transparências', uma permanente 'vigilância' sobre os movimentos urbanos e comportamentos sociais que aí se passam, promovendo a segurança de utilização dos 'espaços públicos', quer dos residentes, quer dos não residentes.

O mesmo já não acontece quando existem paredes cegas, devido ou a opção arquitectónica do(s) edifício(s), ou ao facto destes se encontrarem de costas voltadas para os 'espaços públicos'. Tal facto contribui para uma ausência de hierarquização do plano de fachada, o que gera uma promiscuidade de leitura do espaço e dificuldades na sua apro-

[124] ABRANTES, Nuno - *op. cit.,* p. 129.



48

48. Escadaria que estabelece a ligação entre o passeio e o rés-do-chão de um bloco habitacional, que se encontra a uma cota (muito) inferior à da rua.
A imagem ilustra o comum afastamento entre espaço privado e espaço público, e como a fronteira entre estes se desenha.



49



50

49. e 50. Escadarias de acesso ao rés-do-chão do edificado. Num caso, o rés-do-chão encontra-se elevado em relação ao passeio e, no outro, afundando em relação a este.

priação- desqualificando deste modo o não edificado."[125]

Estes fatores, desde o afastamento marcado pela elevação ou «afundamento» do edificado em relação à rua, à predominante opacidade do piso térreo parecem atuar, conjuntamente, na diminuição da qualidade e intensidade de uso dos espaços coletivos contíguos.

2.6 | Impasses, barreiras e obstáculos no espaço público

"Embora o acesso seja condição essencial para o carácter público do espaço, as garantias de acessibilidade- que incluem para além do acesso ao espaço em si mesmo a possibilidade de usufruir dos serviços por ele prestados- não são universais nem homogéneas. As várias formas de acesso (físico, social e visual) podem implicar exclusões, de intensidades variáveis- físicas, sociais, económicas, culturais, étnicas, de mobilidade, de distância, de idade, de horário, etc.- com influência nos usos e apropriações dos espaços públicos."[126]

Estendendo-se por uma área de cerca de trinta hectares, Vila d'Este implanta-se num território marcado por uma topografia irregular, particularmente evidente no eixo norte-sul (perpendicular à A1), que marcou a direção do seu crescimento no tempo. À data da edificação do complexo residencial, esta conjuntura impossibilitou, como mencionado, a construção de um parque habitacional em comunhão direta com o espaço público que lhe é adjacente, condicionando, em parte, as opções de inserção do edificado no terreno, que dificultam o diálogo entre espaço interior privado e espaço exterior público. Em simultâneo, as oscilações topográficas tornaram parte da rede de espaços públicos num mosaico de superfícies a diferentes cotas, originando, por vezes, soluções dúbias ou pouco funcionais. Sobretudo, e apesar de se reconhecer a multidimensionalidade da questão, a irregularidade topográfica obrigou ao desenvolvimento de um projeto cujas soluções, por um lado, conformaram um sistema de espaços públicos descontínuo e, por outro, parecem condicionar ocasionalmente não só o acesso ao espaço público como a circulação pedonal na urbanização, que é, por vezes, preterida em detrimento do uso do veículo privado.

A possibilidade de acesso ao espaço público ou, melhor dizendo, a ausência de entraves no acesso ao espaço público constitui, sem dúvida,

[125] RAMALHO, António Leite - *op. cit.,* p. 30-33.
[126] BRANDÃO, Ana; FERREIRA, Ana; PRUDÊNCIO, Teresa - O acesso: descontinuidades e exclusões. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.,* p. 89.



51



52

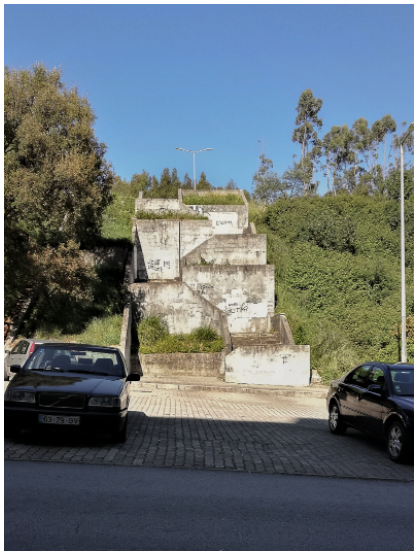
51. a 56. Elevado número de escadarias é demonstrativo de um espaço público com grande instabilidade topográfica.



53



54



55



56

a condição base que permite que esse mesmo espaço seja usufruído e que atue, como referido no início da dissertação, como lugar, por excelência, da vida pública dos cidadãos, como local onde estes exercem, plenamente, a sua cidadania. Se esse acesso não for garantido a todos ou for dificultado por determinadas condicionantes, o espaço público torna-se excludente.

"Existem muitos espaços que não asseguram o acesso a todos e há muitos utilizadores que, por determinadas restrições (sociais, culturais, físicas, simbólicas), não beneficiam de espaços públicos. Quando não é garantido o acesso, gera-se exclusão no espaço."[127]

De acordo com o que foi escrito anteriormente, assume-se que a existência de oscilações acentuadas na topografia do território terá sido, porventura, o fator que estabeleceu as diretrizes para o desenho do projeto urbano e as opções de implantação e inserção do edificado no Lugar. Na prática, a irregularidade topográfica impôs a criação de um projeto por «níveis» que se moldasse à morfologia do território. Por norma, estes distintos níveis interligam-se de forma fluída através da rede pedonal ou através de escadarias de dimensão variável, consoante a cota a ser vencida. Para além das escadarias que estabelecem a ligação entre estes patamares, no espaço público, é também comum a existência de escadarias no acesso do passeio ao rés-do-chão do edificado. Se alguns destes elementos vencem uma pequena discrepância entre passeio e piso térreo, apresentando apenas alguns degraus, outros possuem efetivamente uma extensão considerável, exatamente por terem de vencer o desfasamento acentuado entre passeio e rés-do-chão, que frequentemente se encontra elevado ou «afundado» em relação à rua. Com efeito, alguns destes lanços de escadas são verdadeiramente longos, o que pode, eventualmente, funcionar como um entrave ao acesso ao espaço público, particularmente se este fenómeno se associar a outros, como potenciais dificuldades de mobilidade de alguns moradores (que poderão percecionar estes elementos não como eixos de ligação ao espaço público, mas como obstáculos, físicos e psicológicos, a ultrapassar).

"Que o ambiente público possa convidar, que possa repelir, trata-se, entre outras coisas, de uma questão de como o espaço público é disposto em relação ao espaço privado e de como a zona de fronteira entre ambos é desenhada. Fronteiras claramente demarcadas (...) dificultam em muitas situações a saída para o ambiente público, a não ser que

[127] BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro - Reflexões e problemas do espaço público: introdução. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit*., p. 61.



57



58

57. a 60. Espaços relvados intersticiais ou adjacentes ao edificado. Fazem a transição entre cotas distintas.
A pendente acentuada não permite o usufruto público.



59



60



61



62

61. e 62. Caminhos de pé posto.

seja estritamente necessário fazê-lo."[128]

Contudo, e porque se pretende evitar estabelecer relações de causa efeito simplistas, admite-se que, se em determinados momentos e para determinadas pessoas ou faixas etárias as escadarias poderão apresentar-se como condicionantes no acesso ao espaço público ou ter algum papel na perceção, por parte dos residentes, da distância simbólica entre dois pontos, noutras ocasiões estes elementos podem não ter qualquer peso na decisão de se aceder ao exterior do edificado.

Para além da (por vezes) difícil articulação entre espaço público e espaço privado, pelos motivos já mencionados, em Vila d'Este a topografia acentuada parece ser, em determinados momentos, um fator com algum peso na escolha dos modos de deslocação no interior da urbanização. C., de 56 anos, não possui veículo próprio. Morador na urbanização há cerca de três anos, afirma fazer as suas compras na ala norte da urbanização e admite recorrer aos transportes públicos para lá chegar, optando, ainda, por ter as compras entregues em casa pelo supermercado: *"(...) eu por acaso, já tive carro, agora já não tenho. Por exemplo, eu para ir agora ao Continente (...) apanho ali o transporte, ali o 907 ou então... passa ali outros transportes...que é o 109. E então vou até lá. Mas o Modelo também depois tem o transporte deles, que levam as coisas a casa (...) Eu por acaso é assim que funciono, vou lá fazer as compras, e eles trazem-me as compras a casa."*[129]

Também L., de 82 anos, moradora na zona sul da urbanização e com problemas de mobilidade, refere que quando necessita de se deslocar a essa zona da urbanização, onde se concentram grande parte dos serviços, o faz servindo-se dos transportes coletivos: *"Para mim não dá! [ir a pé] Já fui a pé... agora é... infelizmente agora já não posso... é feridas [no pé]. Já fui à missa muitas vezes a pé e à farmácia...sabe que agora a gente não pode. Tem de ser de autocarro senão... não se consegue."*[130] Ainda assim, para outros moradores a topografia acentuada não parece ser um problema. D., de 63 anos, afirma que vai *"sempre a pé"*, e que, pelo menos para já, a topografia não constitui um entrave à deslocação pedonal: *"É, eu também já vou para a terceira idade. Por enquanto não tenho dificuldades, mas quando for mais velha não sei..."*[131]

[128] GHEL, Jan- "A vida entre edifícios. Usando o espaço público". Lisboa: Livraria Tigre de Papel e Cicloda, 2017; p. 113.
[129] Anexo 04. Entrevista VIII, p. 169-170.
[130] Anexo 04. Entrevista X, p. 175.
[131] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.

Verdadeiramente, se uma condição topográfica mais ou menos estável poderia constituir, não só, um apelo à saída para os espaços coletivos exteriores, mas também um convite à circulação pedonal e ao uso de meios de transporte não motorizados, a irregularidade topográfica do território só em parte parece constituir um problema, sobretudo se associada, por exemplo, a fenómenos de espaçamento (à distância a percorrer entre dois pontos).

A topografia, neste contexto, representou certamente um obstáculo no desenho de um projeto residencial e urbanístico de qualidade uniforme. Isto significa que foi necessário mediar e ponderar diferentes soluções para um problema que não pôde ser negligenciado- como se constrói num terreno irregular e que cedências em prol do edificado ou do espaço público se está disposto a fazer. No caso concreto de Vila d'Este, as opções projetuais culminaram, também, na existência de inúmeros terrenos relvados ou arborizados[132], que, fazendo um papel mediador entre dois edifícios de um mesmo quarteirão ou entre o edificado e a rua/passeio possuem, muitas vezes, uma pendente acentuada que impede o seu uso por parte da população residente. Não fazendo parte ativa do sistema de espaços públicos (em grande parte dos casos), acabam por fomentar alguma descontinuidade neste sistema, facto notório pela existência de caminhos de pé posto que procuram contornar esta questão.[133]

2.7 | Considerações sobre a baixa intensidade de uso do espaço público

A baixa intensidade de uso do espaço público possui, neste contexto, algumas questões associadas. Das características topográficas do território que condicionaram a implantação do edificado e configuraram um sistema de espaços públicos muitas vezes descontínuo, passando pelo encerramento do piso térreo que poucas dinâmicas promove nos espaços exteriores contíguos, e por fatores de ordem circunstancial como a jornada de trabalho diária fora daquele núcleo, o espaço público de Vila d`Este é, usualmente, um espaço público pouco utilizado. Em simultâneo, a perceção da urbanização como «dormitório», a preferência por formas de comunicação interpessoal que não envolvem a necessidade de saída para o espaço público, bem como a predominância de atividades de curta duração no exterior (fruto das exigências da vida quotidiana e da relativa ausência de motivos que promovam o uso dos

[132] Ver Fig. 57 a Fig. 62.
[133] Ver Fig 61 e Fig. 62.

espaços coletivos) agravam este problema, já que não são criadas as oportunidades para que outras formas de uso do espaço, mais duradouras, possam acontecer. Cumulativamente, estes fatores parecem afastar o público do espaço. Sendo verdade que *"as pessoas e as actividades humanas atraem outras pessoas"*[134] num processo *"auto-reforçante"*, a ausência de pessoas no espaço é, também, perpetuada por si mesma: *"nada acontece porque nada acontece."*[135]

Em consequência, e como é possível constatar no local, o espaço público tende a perder alguma importância como espaço congregador da comunidade. Simultaneamente, perde relevância aos olhos dos moradores, que deixam gradualmente de se identificar com este e de ver no espaço público o suporte da sua identidade (individual e coletiva). Consequentemente, as pessoas voltam-se, ainda mais, para o espaço interior da habitação, utilizando cada vez menos os espaços coletivos no exterior.

"Na cidade dos estranhos, o significado do espaço público torna-se menos pessoal, mais transitório e, na melhor das hipóteses, meramente funcional ou simbólico."[136]

Ainda assim, a baixa intensidade de uso do espaço não é, necessariamente, tradutora de uma comunidade desagregada. Efetivamente, foi possível constatar, nos inúmeros passeios dados em Vila d'Este e a partir de conversas com os moradores, que existe quem, por um lado, não aprecie ou não tenha interesse no usufruto do espaço público ou no aprofundamento dos laços sociais com a vizinhança, e quem, por outro, esteja plenamente integrado nessas redes sociais, quem participe da vida em comunidade e quem se envolva ativamente em atividades de todas as índoles, das desportivas às sociais (que não têm necessariamente de acontecer no espaço público). Assim, ainda que o uso ou apropriação dos espaços coletivos não seja considerável, tal não reflete, perentoriamente, um sentimento de não pertença ao local. Pode, tão simplesmente, traduzir a ausência de interesse no uso do espaço público como mais do que um espaço utilitário ou transitório.

[134] GHEL, Jan- *op. cit*., p. 23
[135] GHEL, Jan- *op. cit*., p.75.
[136] MADANIPOUR *apud* BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro- O que é o espaço público e o que está a mudar. In BRANDÃO, Ana; BRANDÃO, Pedro, org.- *op. cit.*, p.19.



63



64

63. e 64. Vista aérea da urbanização.
A presença evidente do carro na paisagem e os três modos de estacionamento- efetivo, na faixa de rodagem e no passeio.
Em ambas as imagens é possível depreender a relevância que o automóvel adquire neste contexto, que ocupa parte significativa do espaço público.



65



66

65. e 66. O passeio «alargado» de Vila d'Este constitui uma oportunidade para o desenrolar de atividades que o passeio tradicional não permite.
Contudo, o encerramento do piso térreo, marcado pelos portões de garagem, não torna o espaço público atrativo.
À direita- o estacionamento dos veículos no passeio; vasos que impedem o estacionamento indevido, muretes que separarm as distintas cotas do passeio e pequenos enclaves ajardinados junto ao edificado «fragmentam» o passeio.

3 | ESPAÇO PÚBLICO: REFLEXÕES DIVERSAS

Terminado o retrato global do espaço público da urbanização, particularmente da baixa intensidade de uso que lhe está associada, o capítulo que agora principia irá abordar a apropriação *efetiva* do espaço. Por questões práticas, esta abordagem será repartida em distintas temáticas, a partir das quais se pretende traduzir diferentes dimensões e modos de uso do espaço público em questão. Da questão do peão e do automóvel, passando pela análise da multiplicidade e heterogeneidade dos espaços lúdicos ou de repouso, até ao retrato do espaço «em metamorfose» e dos paradoxos e ambiguidades que lhe são inerentes, procurou-se abordar os temas sem os quais a compreensão do espaço público da urbanização não ficaria completa.

3.1 | Sobre o peão e o automóvel: coexistência ou atrito?

O modo mais frequente de uso da rede de espaços públicos de Vila d'Este prende-se, como mencionado anteriormente, com a deslocação de um ponto para outro aquando da realização de atividades quotidianas. Por este motivo, entendeu-se ser importante abordar a questão da circulação pedonal, mas também da permanência (ou não) no espaço público e da relação do peão com a presença constante do automóvel no espaço, que marca indubitavelmente a paisagem da urbanização.

Local de residência de milhares de pessoas- que têm na circulação motorizada a sua principal forma de deslocação- Vila d'Este organiza-se em torno da sua rede viária, que adquire naquele contexto um papel de destaque. Ainda que a presença do automóvel no espaço público seja constante, o tráfego rodoviário não é particularmente intenso. A presença do carro faz-se notar, sobretudo, na sua permanência contínua e prolongada no espaço público, quer nos lugares destinados ao estacionamento, quer na via pública ou no passeio. Simultaneamente, e como seria de esperar, grande parte da circulação pedonal acontece, exatamente, na rede de passeios da urbanização. Ainda assim, e apesar do potencial que o passeio, pelas suas características, possui como suporte de inúmeras dinâmicas sociais, numa parte significativa dos casos este espaço acaba por ser apenas superficialmente utilizado ou usufruído, sobretudo pelos motivos enunciados anteriormente.

Com efeito, se se retirasse o automóvel do espaço público, particularmente do passeio, o seu uso ou apropriação não seria mais provável, como foi possível depreender nas várias visitas à urbanização. Estes



67. a 71. Passeio ocupado por automóveis, não apenas na faixa «alargada» em frente às garagens, mas também na faixa exclusivamente dedicada à circulação pedonal.

67



68



69



70



71

espaços, por si só, possuem uma intensidade de uso reduzida pelo que a presença do automóvel não parece ser o motor agravante. Deste modo, não chega a existir um conflito significativo entre peão e automóvel, em que o peão é relegado do espaço público em detrimento do carro.

Frequência de uso à parte, em Vila d'Este o passeio constitui frequentemente o único meio de acesso dos veículos automóveis às garagens individuais, que se localizam na sua maioria à cota da rua. Não obstante, mais do que a ação pontual de estacionar os veículos nas garagens, é a frequente apropriação do passeio como lugar de estacionamento que, por vezes, o coíbe de desempenhar um papel ativo como espaço de uso público.

Ainda assim, é necessário ter em conta a falta, crónica, de lugares de estacionamento efetivo em toda a urbanização, que, consequentemente, promove o estacionamento no passeio, não só em frente aos lugares de garagem, mas também na zona exclusiva à circulação pedonal, dificultando muitas vezes a passagem dos peões. M.C., moradora na urbanização há cerca de 29 anos, admite deixar *"quase todos os dias"* o carro a cerca de quatrocentos metros do local onde reside. Segundo o seu relato, *"não há lugares nenhuns (...) Aqui garagens tem, por exemplo, o 1º, o 5º, o 6º e o 7º [andares], mai' nada."*[137] Também de acordo com D., *"a maior parte"* das pessoas não possui lugar de garagem: *"Por exemplo, estas garagens há só para um carro. Na altura que construíram, se fizessem aquelas garagens comuns, percebe? Que dá para todos os moradores terem o seu lugarzinho… aí tiravam os carros da rua…a maioria! (...) Aqui não, em cada garagem só cabe um carro… e mal!"* De acordo com a moradora, quando esta comprou o seu apartamento *"só os de lá de cima, 6º e 7º andar é que tinham direito a garagem"*. Os restantes moradores *"têm uma chamada «arrecadação», que é onde a gente guarda as tralhas! Toda a gente tem tralhas na vida. E então, como é que eu hei de dizer… as pessoas que têm a garagem não têm direito a essa arrecadação e como não têm direito a essa arrecadação muitas pessoas põem o carro cá fora e utilizam a garagem como arrecadação."*[138] M.M., de 76 anos, é um dos moradores que montou na sua garagem o seu «atelier», um espaço onde passa parte do seu tempo livre. Com o portão da garagem aberto, que quebra a monotonia do piso térreo maioritariamente encerrado, M.M, cujo sonho *"era ser arquiteto"* entretém-se a fazer bonecos e objetos em madeira e vai conversando com quem passa lá fora: *"Eu faço bonequinhos… vou-me*

[137] Anexo 04. Entrevista VI, p. 162-166.
[138] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.



72

72. a 74. O estacionamento indevido no passeio, em frente aos espaços de entrada, obrigou os moradores a colocarem objetos (vasos, maioritariamente) que impedissem este tipo de práticas.



73



74

entretendo aqui a fazer coisas para divertir os meninos (...) Isto é feito com lixo! São paus de gelado, bonequinhos que põem ali no lixo (...)". No que à falta de estacionamento em Vila d'Este diz respeito, este morador afirma que tal se deve, sobretudo, à natureza da urbanização: *"O estacionamento... é natural que não haja parques de estacionamento, porque quando isto foi feito, foi construído a custos controlados".*[139] Com o passar dos anos, o aumento da densidade populacional, o crescente poder económico dos moradores e a necessidade cada vez maior de possuir um veículo particular traduziram-se num aumento significativo do número de viaturas na via pública. Se durante o dia isto é já evidente, ao fim do dia a questão parece agravar-se: *"Se passar aqui à noite, a partir das sete horas, é uns em cima dos outros! (risos) é tudo em cima dos passeios, é nos jardins, olhe onde houver assim uma brechazinha (...) as pessoas correm aí as ruas todas e onde houver uma brechazinha metem o carro."*[140]

Efetivamente, e como seria de esperar, muitos agregados familiares possuem mais do que um automóvel, pelo que a oferta de um único lugar de garagem não é suficiente. *"Há pessoas que têm um carro cada pessoa. Cada casa... tem três carros..."*[141], afirma A., moradora. Com efeito, para uma população residente de vários milhares de pessoas, a oferta de lugares de estacionamento é reduzida em relação à procura, o que origina um problema de excesso de carros estacionados, não só nos lugares a destinados para tal, mas também aleatoriamente, na via pública, nos passeios ou onde for possível. Ao longo do tempo e com a repetição desta prática, o estacionamento «livre» foi normalizado e legitimado. Em particular, a faixa mais alargada do passeio, em frente às garagens, parece constituir o lugar de eleição para o estacionamento dos veículos privados. Ainda assim, a presença impositiva dos automóveis no «lugar do peão» gera algum descontentamento nos próprios moradores, que, amiúde, colocam obstáculos ao estacionamento dos veículos, sobretudo pequenos vasos em frente aos espaços de entrada dos edifícios.

Na prática, a presença do automóvel coloca em causa a qualidade global do passeio, da qualidade física à qualidade do ambiente que cria e que não se revela particularmente atrativo. Em simultâneo, em determinados momentos a rede pedonal encontra-se interrompida ou danificada, obrigando a desvios no trajeto ou à utilização da faixa de rodagem por parte dos transeuntes, com implicações na sua locomoção, sobretudo da

[139] Anexo 04. Entrevista XI, p. 176-178.
[140] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.
[141] Anexo 04. Entrevista V, p. 159-161.



75



76

75. a 78. Passeio degradado ou interrompido.



77



78



79



80

79. e 80. Distinção, no pavimento, entre as zonas pedonal e de acesso às garagens.

população mais vulnerável e mais sensível às condições do pavimento: *"Os carros vêm para cima dos passeios, rebentam com tudo… pessoas com carrinhos, deficientes, têm de andar pela rua porque os passeios estão ocupados pelos carros"*[142], afirma M.M.

Não obstante, não é produtivo desvalorizar a importância do automóvel na vida quotidiana dos residentes, em particular numa urbanização com as características topográficas e de implantação já enunciadas. Muitos moradores encontram na circulação motorizada um instrumento fundamental na sua autonomia. Ainda assim, a presença constante e por vezes desregrada do carro no espaço público, sobretudo no passeio, impacta a sua qualidade e marca de forma indelével a paisagem urbana da urbanização.

Síntese

A abordagem aos temas do peão e do automóvel permitiu reconhecer um leque distinto de questões. Por um lado, abriu espaço para a reflexão sobre as transformações a que o projeto urbano está sujeito ao longo do tempo, assim como para a necessidade de uma visão de futuro aquando da realização de projetos arquitetónicos ou urbanísticos. No caso concreto de Vila d'Este, fatores como a construção faseada de novos edifícios e o aumento da densidade populacional determinaram uma escassez de lugares de estacionamento que não existia aquando da edificação da urbanização. Esta problemática, que se admite ser de difícil resolução, ditou a apropriação de espaços fundamentalmente pedonais como lugares de estacionamento, contrariando o uso que, inicialmente, se pretendia que o passeio tivesse, como lugar seguro para a circulação pedonal, mas também como potencial espaço de uso público que suportasse outras dinâmicas para além da circulação.

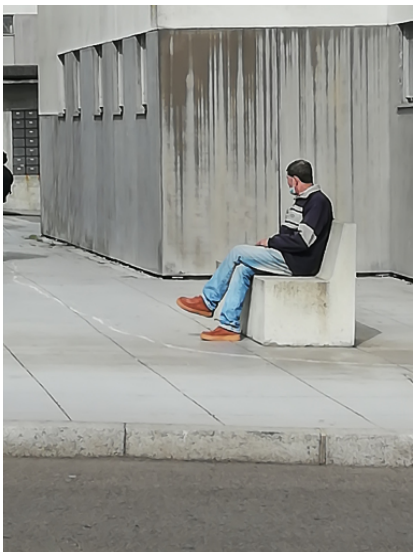
Breve nota sobre os transportes coletivos em Vila d'Este

Vila d'Este encontra-se bem servida no que diz respeito a serviços de transporte coletivo, sendo servida por diversas carreiras de autocarro e camioneta, que conectam Vila d'Este a pontos chave da cidade de Vila Nova de Gaia (como o núcleo intermodal de Santo Ovídio), mas também ao Porto. *"Autocarros aqui é com fartura, que a gente às vezes quer ir embora, não falta"*[143], afirma A., utente da Piscina Municipal com quem foi possível conversar. Por sua vez, C., que participava na discussão, confessa que apanha frequentemente o autocarro junto à Piscina Municipal apenas para sair do interior da urbanização, num

[142] Anexo 04. Entrevista XI, p. 176-178.
[143] Anexo 04. Entrevista IV, p. 156-158.



81



82

81. e 82. Os bancos de betão oferecem inúmeras oportunidades de assento aos moradores.



83



84

83. e 84. Pela sua localização particular, em ambientes não muito convidativos à paragem, alguns bancos possuem um uso reduzido.



85



86

85. e 86. Assentos secundários. Para além do repouso nos bancos de betão, a urbanização oferece indiretamente outras oportunidades para sentar, sobretudo muretes e escadarias.

testemunho que reforça a importância dos transportes coletivos (até) na ligação entre diferentes pontos da urbanização: *"Eu venho nas daqui, para sair ali no Monte [da Virgem] e depois o meu marido vem-me buscar cá acima."*[144]

Até 2023, espera-se que Vila d'Este passe a usufruir de uma paragem de metro integrada na proposta de expansão da rede da Metro do Porto, que irá fortalecer a comunicação deste núcleo com o exterior, aumentar a atratividade daquele território, trazer uma nova ambiência ao lugar (e, possivelmente, maior dinamismo), promover o uso da rede de transportes públicos e, presume-se, reduzir o recurso ao automóvel particular. Para C., Vila d'Este *"tem bastantes transportes (...) mas com o metro vai ser muito melhor (...) o metro vai ser a toda a hora. Agora, os transportes que a gente tem, às vezes... de manhã há muitos seguidos, na hora de ponta. Mas a partir da hora de ponta às vezes é de 20 em 20 minutos. E... também... não é muito mau!"*[145] Também D., de 63 anos, considera que a urbanização está bem servida no que a transportes coletivos diz respeito, mas acredita que com a chegada do metro será *"ainda melhor"*.[146] Ainda assim, quanto à questão da importância do metro na diminuição do recurso ao automóvel por parte da população, M.M., de 76 anos, considera que *"o metro vem aliviar, mas o metro não leva os carros. As pessoas que têm os carros vão continuar a tê-los parados aí a monte."* Este considera, contudo, que o metro *"(...) vem dar mais comodidade, mais conforto à população."*[147]

3.2 | Sobre o ato de sentar: uma questão de autonomia

O projeto de reabilitação do espaço público, encetado em 2011, compreendeu a inserção de novo mobiliário urbano, particularmente de bancos em betão pré-fabricado. Com esta intervenção, pretendeu-se aumentar as oportunidades de assento em Vila d'Este, em particular na zona sul da urbanização (a zona abrangida pelo projeto de reabilitação). Para além terem como função primordial a oferta de lugares de repouso, muitos destes elementos foram implantados estrategicamente de modo a definir ou salvaguardar os espaços de entrada no edificado, que são comummente ocupados por automóveis. Esta sua função dupla, útil em muitos momentos, leva por vezes a que estes que sejam parcamente utilizados, fruto da sua implantação particular pouco apelativa ou em ambientes «hostis» à permanência.

[144] Anexo 04. Entrevista IV, p. 156-158.
[145] Anexo 04. Entrevista VIII, p. 169-170.
[146] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.
[147] Anexo 04. Entrevista XI, p. 176-178.

Ademais, parte dos bancos localiza-se em locais ensombrados, resultado da altura considerável dos edifícios e da proximidade entre estes, sendo menos apelativos nos meses de inverno (mas mais atrativos nos meses de verão). Ao mesmo tempo, nota-se uma relativa ausência de arborização contígua a estes elementos, que, mais uma vez, poderia funcionar como convite à sua apropriação durante o verão.

"Quando as pessoas escolhem sentar-se num ambiente público, é quase sempre para gozar as vantagens que o lugar oferece- o lugar particular, o espaço, o tempo, a vista do que quer que se passe e, de preferência, tudo ao mesmo tempo."[148]

À parte disto, e talvez mais relevante no contexto desta dissertação, é a frequente apropriação de elementos como escadarias ou muros (cujo objetivo não passa por oferecer lugares para sentar) como assentos secundários. Assim, para além de ser dado aos moradores um leque considerável de espaços para sentar, é-lhes permitido também a escolha do lugar *onde* se querem sentar.

Com efeito, se por um lado a integração de elementos como bancos, cujo propósito fundamental passa por oferecer lugares de assento, não se traduz sempre na sua apropriação, em simultâneo, espaços ou elementos cuja função não é, de maneira nenhuma, oferecer oportunidades para sentar acabam por desempenhar esse papel, o que demonstra a efetiva importância do fator «escolha» no projeto urbanístico[149], que confere aos cidadãos a liberdade e autonomia para se apropriarem do espaço público do modo que melhor lhes convier.

3.3 | Sobre os lugares «da brincadeira»: expectativa vs realidade

Apesar da relativa escassez de pessoas no espaço público de Vila d'Este (sobretudo em dias de semana), um passeio pela urbanização ao fim-de-semana permite reconhecer um uso do espaço considerável, particularmente por parte das faixas etárias mais novas.

Porque não existem, para além dos campos de jogos, outros recintos destinados exclusivamente às crianças, estas brincam, correm, jogam à bola ou andam de bicicleta em qualquer espaço que o permita. A propósito disto, D., que já é avó, afirma que o neto anda *"sempre a pedir*

[148] GHEL, Jan- *op. cit*., p. 159.
[149] WHYTE, William H.- "The social life of small urban spaces". Nova Iorque: Project for Public Spaces, 2004; p. 28.

à mãe (...) para o levar ao Parque da Lavandeira que é o espaço mais perto que eles têm para correrem, andarem à vontade, porque aqui pronto, aqui na rua não se pode brincar. Sai-se porta fora e é logo rua, não tem nada." Para esta moradora, a existência de espaços destinados às crianças, como parques infantis, seria *"uma coisa super necessária. Dada a quantidade de pessoas que mora aqui, dada a quantidade de crianças que vivem aqui, acho que um parque infantil era extremamente necessário. É, porque eles não têm onde passar o tempo…! Não têm onde jogar uma bola, não têm um baloiço para… não têm nada, nada!"*[150]

Ademais, a circulação automóvel e o estacionamento constante no passeio são percecionados pela população como um risco para a segurança das crianças, que poderiam, de outra forma, servir-se do passeio para brincarem, sozinhas ou em grupo;

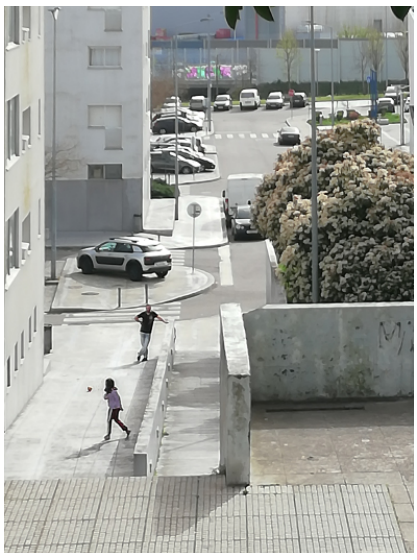
"(...) aqui não dá para brincar por causa do trânsito, é muito trânsito aqui. As crianças aqui a brincar não dá muito. Só se for acompanhado por alguém. Passam os autocarros, passam os carros aí…"[151]

Ainda assim, a ausência de espaços para as faixas etárias mais novas ou a (percebida) ausência de condições de segurança não se traduzem numa ausência de crianças no espaço público, mas sim na apropriação de qualquer espaço que lhes permita brincarem livremente. Por norma acompanhadas por adultos, estas apropriam-se de qualquer espaço amplo que lhes permita uma maior liberdade de movimento, mesmo que esses espaços não garantam a sua segurança. Segundo D., há crianças que, não tendo um espaço só para si, acabam por ter de brincar na rua ou em espaços menos seguros: *"É. Andam de skate aqui pela rua abaixo…! Sujeitos a serem atropelados, porque não têm mais nenhum sítio onde se entreterem."* Não tendo onde passar o tempo, afirma, brincam *"no meio da rua"* e, no verão, *"vão lá para baixo onde há aquelas águas, aquelas fontes", que "mesmo assim é perigoso, porque é rodeado de ruas por todo o lado."*[152] Da mesma forma, A. confirma que a fonte é um lugar onde as crianças gostam de brincar. Ainda que considere perigoso, reconhece que *"as crianças têm de se divertir, têm que brincar na rua."*[153] Para D., a solução passaria por criar *"um recinto, fechadinho com um murinho, onde eles brincassem ali dentro e não corressem perigo nenhum."*[154]

[150] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.
[151] Anexo 04. Entrevista V, p. 159-161.
[152] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.
[153] Anexo 04. Entrevista IV, p. 156-158.
[154] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.



87

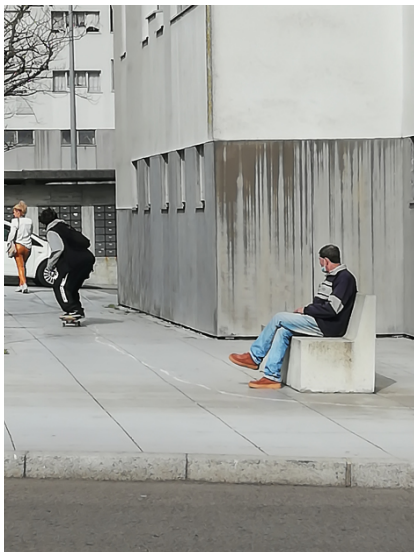


88



89

87. a 89. Ainda que não existam muitos espaços dedicados exclusivamente às crianças, estas usufruem do espaço público, onde se envolvem em inúmeras atividades: brincar, andar de bicicleta, jogar à bola, etc.



90



91

90. O passeio como «parque» de skate.



92



93

91. a 93. Vias de acesso às garagens individuais.
Porque são vias sem saída situadas na zona traseira do edificado, a circulação rodoviária é diminuta. O seu caráter resguardado permite às crianças brincar em segurança, ainda que o pavimento se encontre por vezes danificado.



94



95

94. Campo de jogos ao ar livre, abandonado e pouco utilizado.
95. À direita, o único dos três recintos desportivos ao ar livre que possui maior afluência.

Contudo, outro morador, quando questionado sobre a ausência de espaços para as crianças na urbanização, afirma que *"isto já teve parques infantis. Vários. Tinha um ali, naquele largo que está em cimento ao lado do infantário",* mas que a utilização indevida por parte de adultos acabou por *"destruir tudo. Não tinham [os equipamentos] nem capacidade física nem suporte para peso de pessoas adultas. Aquilo era para crianças".* Com os sucessivos estragos, e porque *"a Junta não ganhava para consertos"*[155] acabaram por fechar definitivamente estes espaços. Existem, ainda assim, três campos de jogos, dois dos quais degradados e pouco atrativos que, segundo D. *"pouca gente utiliza, porque lá, pronto, mora pouca gente (...) aqui em baixo é que era o ideal."*[156]

Simultaneamente, se parte das «brincadeiras» dos mais novos poderiam ter lugar nos passeios contíguos aos blocos habitacionais- que têm, como visto, características muito particulares-, em parte dos casos os veículos estacionados não o permitem. Ainda assim, quando não se encontra ocupado por automóveis, o passeio é, efetivamente, um espaço onde este tipo de atividades pode ocorrer (e ocorre, por vezes).

Não obstante, existe uma apropriação substancial de espaços que não o passeio. Com efeito, do «passeio-corredor» às «ruas», passando pelas «hortas», pelo chafariz ou pelas «ruas de acesso às garagens individuais dos blocos habitacionais», a apropriação do espaço público pelas crianças é heterogénea e acontece mesmo- ou sobretudo-, onde essa apropriação não foi planeada. Contrariamente, os poucos espaços destinados às crianças foram, por um lado, encerrados por vandalismos sucessivo (como o parque infantil) ou são pouco utilizados (como dois dos três campos de jogos existentes em Vila d'Este, que se encontram praticamente abandonados). Tal reflete, verdadeiramente, que a simples integração de espaços para crianças ou jovens num contexto onde estas faixas etárias têm expressão não é suficiente por si só, sendo que a atenção dada ao contexto e ao local de implantação, bem como o diálogo com os residentes sobre as necessidades efetivas da população se revelam da maior importância. Porque, novamente, a expectativa não se alinha sempre com a realidade é imperativo evitar a tomada de decisões com base em pressupostos automáticos ou universalizáveis, que podem levar à criação de soluções que, na prática, não se revelam adequadas ao contexto em causa.

[155] Anexo 04. Entrevista XI, p. 176-178.
[156] Anexo 04. Entrevista IX, p. 171-174.

3.4 | Sobre a dimensão simbólica dos espaços

A abordagem a esta temática surge da necessidade de retratar algumas das formas de apropriação do espaço público mais interessantes e representativas da criatividade e engenho dos moradores de Vila d'Este, que se traduzem, umas vezes, em exercícios de apropriação do espaço individuais e, outras, em exercícios de uso, apropriação e transformação conjunta dos espaços. Estes espaços «simbólicos», veículos de expressão criativa de quem deles se apropriou, são, em suma, o retrato de uma comunidade, que transparece no espaço pelo modo como o transforma.

Assim, e ao contrário do sucedido nos subcapítulos anteriores, em que o retrato do espaço público foi elaborado sobretudo a partir da observação direta dos modos de apropriação do espaço, neste subcapítulo a análise passou, quase sempre, pela identificação, no lugar, das marcas que as pessoas imprimem no espaço e dos vestígios que deixam da sua apropriação. Ainda que se reconheça que toda a apropriação do espaço é, de uma maneira ou de outra, simbólica, é possível reconhecer tipos de espaço (ou categorias espaciais) onde esta possui maior expressão.

Tal acontece, por exemplo, nos «espaços relvados/ajardinados» [157] contíguos ao edificado, que, apesar de permitirem o acesso e manutenção por parte dos moradores, não são passíveis de serem usufruídos ativamente. Se à primeira vista estes espaços aparentam ser mais ou menos idênticos por toda a urbanização, um olhar mais atento revela que estes contêm em si as mais pequenas e particulares formas de apropriação. Ainda que não sejam ativamente utilizados como espaços públicos, permitem, como mencionado, o tratamento por parte dos moradores. Segundo M.C., que se encontrava a limpar o espaço de entrada do seu bloco habitacional: *"As pessoas é que vão fazendo… a gente paga ao senhor [um morador] quando ele vai arranjar o jardim."*[158]

Paralelamente, estes espaços são também o espelho da expressão individual dos moradores, quiçá demonstrativos da sua necessidade de «mexer na terra» ou de participar na construção do lugar onde habitam. Tal é notório, sobretudo, no tratamento peculiar da vegetação- que inclui árvores, sebes, arbustos e flores-, mas também no ato de inserir objetos ou artefactos como estátuas ou cruzes.

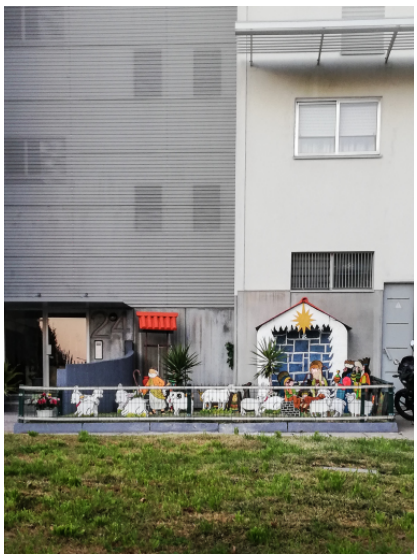
Numa urbanização que deixa pouco espaço à intervenção da comunida-

[157] Ver Fig. 96 a 103.
[158] Anexo 04. Entrevista VI, p. 162-166.



96

96. Espaço ajardinado com objetos cedidos pelos moradores, que são também os responsáveis pela sua manutenção e ornamentação.
Não pressupõe uso público.



97



98

97. Espaço relvado onde, por altura do Natal, um morador concebeu um presépio.
98. Espaço relvado e ajardinado sem acesso público, com estátua oferecida ao condomínio por um dos moradores.

de na construção ou transformação do ambiente em que vive, estes espaços adquirem uma importância e significado acrescidos. Constituindo telas em branco passíveis de uma apropriação que não está sujeita a grandes normas ou diretrizes, permitem um exercício de liberdade que, sem dúvida, terá relevância não só no sentimento de pertença ao lugar como na perceção da sua importância como agentes ativos na transformação do espaço.

De igual modo, esta forma simbólica de apropriação dos espaços é evidente também nas diversas hortas comunitárias existentes em Vila d'Este. Tal como referido, a urbanização integra cinco núcleos[159] deste tipo que se destinam, sobretudo, à produção de alimentos. Quatro desses cinco núcleos partiram da iniciativa dos moradores, tendo o núcleo restante sido promovido pela Empresa Municipal Gaiurb. Neste, os talhões foram atribuídos aos moradores (ou lojistas) que as solicitaram, sendo que cada um dos agricultores paga uma quantia simbólica para cobrir os custos da água para rega, que é disponibilizada segundo períodos horários determinados. Segundo o relato de I., lojista a quem foi concedida uma parcela para cultivo, as hortas urbanas estimularam o convívio e o estreitamento de relações entre os proprietários das parcelas, que reconhecem que esta iniciativa teve um impacto positivo na comunidade: *"As hortas foram precisamente para isso, para as pessoas se juntarem (...)"* Para a lojista, que poucas pessoas conhecia na urbanização, a comunidade *"acabou por ser uma família"*, com quem partilha muito do que cultiva: *"(...) todos nos conhecemos, todos partilhamos- 'Ó vizinha tem aí isto?'- damos uns aos outros, uns têm salsa, outros têm coentros, chás e damos plantas uns aos outros."* Paralelamente, esta iniciativa parece ter conduzido a um maior envolvimento dos moradores em práticas sustentáveis que se estendem para além do espaço da horta: *"(...) eu trago para aqui todo o lixo da casa, os restos de cozinhar, e tudo o que sai da horta, as ervas… tudo de limpeza da horta vai para lá, tudo. Não se tira lixo, o compostor está quase cheio, e é para ir pondo, pondo, pondo."*[160]

Como espaços que reúnem um coletivo de pessoas, estes fomentaram, ao longo do tempo, o sentido de comunidade e o espírito de entreajuda, sendo comum a partilha de conhecimentos e dos bens produzidos entre os produtores.

[159] Um dos cinco núcleos produtivos em causa implanta-se num terreno pertencente ao Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, não pertencendo, por isso, a Vila d'Este. Contudo, porque é contíguo à urbanização e apropriado, em grande parte, pelos seus residentes, optamos por associá-lo a este conjunto.

[160] Anexo 04. Entrevista I, p. 147-149.



99



100



101



102

99. a 102. Espaços relvados e ajardinados junto ao edificado.



103

103. Pequeno enclave ajardinado. Assume função decorativa e organizadora do espaço, resguardando e definindo o espaço de entrada no edifício.



104

104. A imagem retrata uma parcela do conjunto de hortas espontâneas que surgiu no terreno pertencente ao Centro Hospitalar Gaia/espinho.
Não sendo servida por nenhum sistema de rega efetivo, os moradores recolhem a água de uma mina existente no local, e optam por armazená-la em garrafões.

Em 2º plano, uma árvore pintada, um suporte para baloiço e um triciclo retratam a não exclusividade da função produtiva destes espaços, que são também espaços de lazer e convívio familiar.



105



106

105. e 106. Para além de hortas, é possível encontrar parcelas onde decorrem outro tipo de atividades.
À esquerda, um grupo de amigos treina num ginásio improvisado, que dispõe de equipamento permanente.
À direita, uma parcela do núcleo de hortas espontâneas integra também um espaço de refeições, ao fundo, e um baloiço de mola para, presumivelmente, as crianças do agregado familiar.



107



108

107. Hortas espontâneas. Sistema de recolha da água da chuva e cisterna.
108. Entre dois edifícios, um espaço para convívio, criado de raiz.



109



110

109. Hortas espontâneas entre edifícios. Coexistem naquele recinto, atualmente, com o novo Centro Social.
110. Hortas espontâneas entre edifícios. Espaços de produção mas também de lazer.



111



112

111. a 115. Um dos elementos onde a expressão da vontade e criatividade individuais é mais notória é nas portas improvisadas de acesso às parcelas. A cada horta corresponde uma porta de acesso diferente, fruto da criatividade e do engenho de quem ocupa e usa estes espaços. Elaboradas a partir de paletes, barrotes, pedaços de madeira manipulados e até mangueiras, estas são, em grande parte dos casos, criadas de raiz.

Há cerca de seis anos, por sua vez, surgiu de forma espontânea um dos quatro núcleos de hortas «informais» instituídos pelos moradores. Estas hortas, situadas num terreno implantado a noroeste da urbanização (pertencente ao Centro Hospitalar Gaia/Espinho), têm-se expandido até aos dias de hoje.

A., morador na urbanização há 28 anos, cultiva naquele terreno há cerca de seis. Segundo este, as hortas pertencem maioritariamente a moradores de Vila d'Este, mas não só: *"Geralmente moram quase todas [na urbanização], uns mais longe, outros mais perto (...)"* Para este, a sua horta é um espaço de descontração, uma oportunidade para *"alivar o stresse (...) a gente entretém-se aqui. De vez em quando paramos para dar um bocadinho à língua. Tem de ser."* Segundo este, o terreno onde cultiva pertence ao hospital de Gaia, que permitiu a sua apropriação para este fim, já que antes *"era tudo mato e volta e meia havia aqui muitos incêndios, antigamente. E desde que nós começamos a fazer isto, acabaram os incêndios (...)"* Para além de constituir um escape à rotina da vida quotidiana, a produção de alimentos para consumo próprio representa uma ajuda adicional na gestão dos custos com a alimentação, auxiliando na economia doméstica de uma população, à partida, vulnerável. A. confessa que que o que produz é *"só para a casa e para dar à família"* e que, de facto, a esposa já *"não sabe o que é comprar batatas"* e já não compra *"cebolas no supermercado há anos."*[161]

Por outro lado, a inexistência de água canalizada para rega obriga os agricultores a procurar outras soluções. Daqueles com quem foi possível conversar, todos optam por recolher água de uma mina existente no terreno. Se, por um lado, uma percentagem dos produtores recolhe e armazena a água em garrafões, outros optaram por integrar sistemas de recolha da água da chuva, ou por canalizar a água da mina- que armazenam em cisternas-, para os seus talhões. Quando interrogado sobre a existência de água canalizada no núcleo de hortas onde cultiva, M.M., afirma que possui água canalizada, que direciona da mina: *"Eu tenho água! (...) da mina. (...) Canalizei para dentro do terreno. Tenho dois depósitos, dois bidões de plástico, daqueles azuis, enterrados no chão. E a água cai lá. Tenho lá enterrados, para encher. E dali, encho os depósitos que estão lá (...)"*[162] Por sua vez, A., que cultiva na zona poente deste núcleo e afirma não ter muito contacto com os produtores a nascente, conhece alguns que *"de vez em quando (...) vêm aqui buscar água à mina."* No seu caso, opta também por recolher e armazenar água

[161] Anexo 04. Entrevista II, p. 150-152.
[162] Anexo 04. Entrevista XI, p. 176-178.



113



114



115

a partir da nascente: *"É, tem aqui uma mina e tem outra mina daquele lado ali. E nós metemos uns tubitos e puxamos a água para nós"*. Outro agricultor, afirma A., *"até tem um poço que criou e enche aquilo com água e tem um motorzito a gasolina e rega a motor"*.[163]

À parte disto, este conjunto de hortas constitui um dos melhores exemplos de apropriação do espaço por parte dos residentes da urbanização. Efetivamente, num terreno abandonado e sem qualquer parcelamento, foi a iniciativa individual e coletiva dos moradores que esboçou e concebeu um novo conjunto de espaços, que tem na agricultura o propósito fundamental. Essencialmente, o interesse neste conjunto reside, sobretudo, no modo como os residentes se apropriaram daquele território de forma espontânea e faseada, tendo, ao longo do tempo, desbastado a vegetação existente, dividido o território em parcelas e identificado uma dada parcela como sua, sem qualquer tipo de regulação superior.

Todavia, é na forma singular como os agricultores caracterizaram e personalizaram as suas parcelas que reside o seu maior interesse. Desde a forma como definiram e delimitaram as suas frações, passando pelos objetos que integraram (portas de acesso ao terreno, baloiços, espantalhos, mesas, cadeiras, barbecues, cisternas personalizadas e tabuletas), os moradores foram fabricando e construindo a identidade dos seus espaços. Ainda que pertencente ao centro hospitalar, a apropriação deste terreno vem demonstrar que o que torna um espaço «público» é, essencialmente, o seu uso público, e não o seu estatuto jurídico ou posse. Arrisco dizer, talvez, que mais do que qualquer outro espaço «público» de Vila d'Este, as hortas constituem a demonstração mais evidente do que «apropriação do espaço» realmente significa, ainda que essa apropriação seja notória, sobretudo, nas marcas impressas no território. Este conjunto constitui, sem dúvida, um microcosmos onde se materializam todas as questões que dizem respeito ao modo como, numa escala muito superior, a sociedade se organiza.

[163] Anexo 04. Entrevista II, p. 150-152.



116



117

116. a 121. Espaços de entrada no edificado.
Estes espaços, *standardizados*, permitem identificar as mais pequenas formas de apropriação, fruto da vontade individual e do cuidado dos moradores. Se em alguns é notório o cuidado com este espaço, noutros a apropriação é mais discreta (ou até inexistente).
Nos exemplos à esquerda, o espaço ornamentado com vasos e o número de porta (52), colorido de vermelho.



118



119



120



121

A exceção no standardizado: variações nos espaços de entrada

A apropriação do espaço público manifesta-se em múltiplas ocasiões e das mais diversas formas, sendo que em Vila d'Este os espaços de entrada nos edifícios[164] constituem também bons exemplos deste tipo de prática.

O projeto de requalificação do edificado, que compreendeu a *"requalificação das entradas dos edifícios com novas caixilharias, corrimões, palas e em alguns casos rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida"*[165] e abarcou o edificado do núcleo sul, culminou na criação de uma linguagem mais ou menos homogénea destes espaços, que, por este motivo, permitem reconhecer facilmente as mais pequenas e discretas formas de apropriação.

Estes espaços, padronizados, constituem telas em branco que permitem a sua personalização por parte dos moradores. Ainda assim, estes exemplos de apropriação são apenas pontuais. De um modo geral, ou estes espaços se encontram inteiramente adornados, fruto da iniciativa e cuidado de moradores, ou a sua apropriação cinge-se à colocação pontual de elementos isolados, sobretudo vasos, que procuram quebrar a rigidez e uniformidade dos espaços de entrada.

3.5 | Sobre sequencialidade e descontinuidade no espaço público

O espaço público como «sistema contínuo» pressupõe uma sucessão sequencial de espaços que interagem e estabelecem relações de cooperação ou «simbiose», conformando um sistema (idealmente) autossustentável. Contudo, a realidade traduz frequentemente um espaço público desfragmentado e descontínuo, constituído por espaços que, ainda que existam em proximidade, não estabelecem qualquer tipo de vínculo. Em Vila d'Este este princípio não é exceção, sendo possível identificar naquele contexto espaços que, sendo contíguos, ou colaboram no desenho de um espaço público contínuo ou são absolutamente desvinculados do lugar onde se inserem, existindo de forma (quase) autossuficiente. Porque o espaço público encerra este tipo de paradoxos achou-se pertinente abordar esta questão, numa reflexão que terá por base dois exemplos concretos que se pensou traduzirem estes dois tipos distintos de interação (entre espaços que são contíguos).

[164] Ver Fig. 116 a 121.
[165] ABRANTES, Nuno - *op. cit.,* p36.



122

122. Percurso. (1) Rua Conceição Fernades, (2) Hospital, (3) terreno arborizado; hortas espontâneas, (4)Vila d'Este.



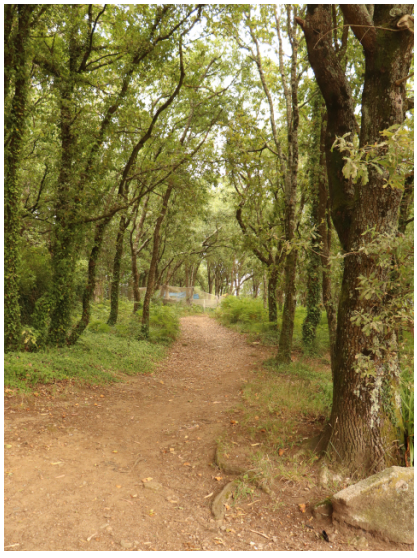
123



124

123. Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho. Portão de entrada/saída, a sudoeste.

124. Portão separa recinto do hospital, à esquerda, de terreno arborizado, à direita (também propriedade do hospital) que integra um dos núcleos de hortas espontâneas e constitui parte do percurso pedonal de acesso a Vila d'Este.



125



126

125. Início do percurso pelo terreno arborizado.

126. Fim do percurso e chegada a Vila d'Este.



127

127. Autoestrada e espaço relvado de merendas.



128



129

128. a 130. Parque de merendas na faixa linear relvada (adjacente à A1). As barreiras de som são o único elemento a separar este espaço da autoestrada.



130

Hospital, Hortas, Vila d'Este: um percurso[166]

Dos inúmeros percursos pedonais e rodoviários que permitem aceder a Vila d'Este, destaca-se um trajeto pedonal cujas particularidades permitem refletir sobre a frequente aleatoriedade dos fenómenos que têm lugar no espaço público.

Passando por espaços fundamentalmente distintos (da sua tipologia, à morfologia e génese), este trajeto pedonal (encetado por alguns moradores), principia na Rua Conceição Fernandes, a norte de Vila d'Este, atravessa o hospital de Gaia e o terreno arborizado que lhe é adjacente (onde se situam as hortas) e termina na urbanização. Contrariamente à grande maioria dos trajetos pedonais, que têm lugar num passeio adjacente a uma via rodoviária, neste caso concreto este percurso principia num espaço de domínio público (a rua) e desenrola-se através do recinto de um equipamento público, neste caso o hospital, que «desagua» num terreno (também propriedade do centro hospitalar) do qual os moradores se apropriaram para a criação das suas hortas, e que permite, por fim, o acesso a Vila d'Este.

Utilizado com atalho para a urbanização, o recinto hospitalar é utilizado como «ponte», isto é, como espaço transitório, o que desafia profundamente a génese deste complexo. Apesar de constituir um equipamento público, de gestão e uso públicos, e que permite uma circulação mais ou menos livre pelo recinto, o seu desígnio passa por prestar cuidados de saúde, pelo que se subentende que quem se desloca a este local o faz porque nele trabalha ou porque necessita de usufruir dos seus serviços. Na realidade, contudo, o recinto é também utilizado como parte de um percurso que tem como destino outro lugar. O mesmo acontece com o terreno cultivado, propriedade do hospital, que possui o duplo papel de servir não só como espaço de produção agrícola de pequena escala, mas também como local de passagem e acesso à urbanização. Este terreno existe, assim, como espaço intermediário entre a urbanização e o hospital, sendo que, para além disto, possui um papel relevante na comunicação pedonal de Vila d'Este com o pequeno aglomerado habitacional a oeste, permitindo e facilitando a esses moradores o acesso à urbanização e aos serviços que esta oferece, como a Piscina Municipal, posto de correios e espaços comerciais, por exemplo.

Este cenário, algo atípico, revela-se útil para uma reflexão sobre a complexidade e, por vezes, arbitrariedade dos fenómenos que acontecem no espaço, assim como as dinâmicas de «cooperação» entre espaços de

[166] Ver Fig. 122 a 126.

tipologias, morfologias, usos ou critérios de propriedade distintos. Mais do que isto, este fenómeno traduz a imprevisibilidade dos modos de uso desses mesmos espaços, que em última análise não podem ser antecipados ou estipulados, pois dependem de fatores de índoles diversas, mas, sobretudo, do comportamento humano e das decisões que tomamos enquanto utilizadores do espaço, que são, frequentemente, alheias a determinações estabelecidas ou normas impostas sobre o modo «correto», socialmente imposto, de usufruto do espaço público.

Espaço de merendas, A1: um paradoxo?[167]

Na zona sul de Vila d'Este coexistem dois espaços que, sendo contíguos, nenhuma relação estabelecem entre si, sendo em quase tudo paradoxais: de um lado, um espaço de merendas[168], adornado com mesas e bancos e, do outro, a Autoestrada do Norte (A1), separados por barreiras de som.

A autoestrada, uma infraestrutura rodoviária de grande escala, possui uma implantação marcante no território, sendo alheia à envolvente e não contribuindo, naquele contexto, para a aglutinação do território onde se insere, sendo hostil à presença humana. Do outro lado das barreiras de som, o espaço de merendas, relvado e arborizado, é um espaço tranquilo, complacente com o usufruto por parte da comunidade, que convida à paragem, ao repouso e ao convívio.

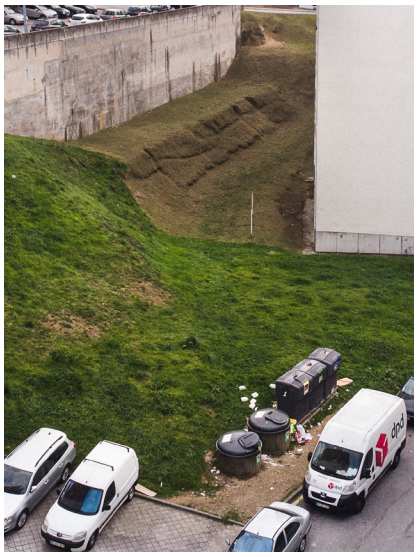
Em tudo contraditórios, estes espaços permitem reconhecer como, na realidade, o espaço público nem sempre constitui um sistema linear ou simbiótico, sendo possível a coexistência, em proximidade, de espaços fundamentalmente distintos que não estabelecem qualquer tipo de vínculo ou relação de interdependência.

3.6 | Sobre ambiguidade e indefinição no espaço público

Do vasto leque de espaços que Vila d'Este nos apresenta, destacam-se alguns cuja génese ou papel no território não são claros.

Porque o espaço público nem sempre é inteligível ou composto por espaços morfológica ou tipologicamente identificáveis, retratar a questão dos espaços ambíguos, indefinidos ou «sobrantes» pareceu pertinente, sobretudo neste contexto onde é recorrente encontrar-se espaços desta

[167] Ver Fig. 127 a 130.
[168] Situado na faixa relvada adjacente à A1.



131



132

131. Os espaços ambíguos «promovem» uma ocupação desregrada.
132. No passeio, a presença de ecopontos acaba por desvirtuar o espaço público circundante.



133



134

133. Espaço relvado «semi-ajardiando».
134. Ambiguidade e abandono dos espaços «sobrantes».



135



136

135. Corredor pedonal nas traseiras do edificado. Ambiguidade de propósito.
136. Rampa para lado nenhum. A dificuldade de um projeto num território topograficamente instável.

natureza.

Mais do que elaborar uma lista de espaços dúbios ou indefinidos, pretendeu-se uma reflexão sobre o facto de o espaço público nem sempre ser, num contexto real, a reprodução exata do projeto desenvolvido no papel. O projeto a duas dimensões revela-se frequentemente distinto do projeto materializado, que, inserindo-se num contexto real, está sujeito a inúmeras determinantes ou condicionantes, contextuais ou circunstanciais, que podem gerar incoerências no espaço. Não obstante, também de opções projetuais particulares ou mesmo da necessidade de priorizar um aspeto em detrimento de outro podem surgir espaços indefinidos ou ilógicos.

No caso de estudo, foi possível identificar espaços que, pela sua génese ambígua ou papel pouco claro no território, acabam por ser utilizados para colocação de ecopontos ou mesmo como depósitos de lixo ao ar livre. Outros espaços são apropriados como lugares de estacionamento e outros são até adornados ou embelezados, ainda que o seu papel no espaço seja questionável. Alguns espaços são, contudo, totalmente remetidos ao abandono. Uns parecem resultar de decisões projetuais e outros aparentam ser espaços sobrantes, excedentes de um projeto complexo num território instável e pouco adequado à construção de um conjunto habitacional.

3.7 | Sobre o espaço em metamorfose

Até este momento, o retrato do espaço público de Vila d'Este foi feito a partir da exposição da informação que foi sendo recolhida a partir da observação direta do espaço, das suas características morfológicas, ambiência, modos de uso e apropriação, simbolismo, papel no lugar, entre outros. Procurou-se expor, fundamentalmente, a dimensão mais ou menos «estabelecida» do espaço público, daquilo que num dado momento o espaço nos permitiu reconhecer.

Por este motivo, neste subcapítulo será sucintamente abordada uma outra dimensão que, sendo indissociável do espaço público, não pode ser omitida: a dimensão temporal. Efetivamente, não seria frutífero abordar a questão do espaço público sem aludir ao seu caráter mutável e às transformações a que está sujeito ao longo do tempo. O espaço público em geral, e em particular o espaço público de Vila d'Este esteve, e está ainda hoje, em constante adaptação. Por isto, e porque o reconhecimento do espaço público atenta frequentemente naquilo que «já existe»,



137



138

137. Novo edifício residencial em construção.
138. As hortas espontâneas que se expandem progressivamente.



139

139. Reabilitação de um edifício, agora sede do novo Centro Social.



140

140. Obras de expansão da linha amarela do Metro do Porto, que contará com uma estação em Vila d'Este.

torna-se importante olhar para o que ainda está em processo, para o que virá a ser.

No presente contexto, a abertura de novos arruamentos, a construção de um novo edifício habitacional e de um Centro Social, o projeto de arranjos exteriores que vigora, a integração da linha amarela do Metro do Porto ou a progressiva expansão das hortas comunitárias demonstram claramente como o espaço público não é um sistema fechado ou avesso à mudança. Pelo contrário, e neste contexto em particular, o espaço público de Vila d'Este é um laboratório vivo, palco de transformações sucessivas que procuram responder às novas necessidades sociais, económicas e de mobilidade de todos os que habitam aquele território.

A integração da dimensão «tempo» no processo de investigação ou reconhecimento do espaço público é por isso manifestamente importante, já que, por um lado, permite desconstruir a premissa do aparente «determinismo» do projeto urbano construído, que está efetivamente sujeito a transformações sucessivas e, por outro, permite reconhecer que o espaço público não é um sistema inerte e imutável, sendo que a sua metamorfose traduz, por norma, vitalidade e progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente dissertação partiu da vontade de aprofundar um tema com reduzida expressão no currículo académico: o espaço público e os seus modos de uso e apropriação.

Numa parte substancial do curso de Arquitetura, em particular no âmbito da disciplina de Projeto, o foco reside no desenho da «peça arquitetónica», portanto, na escala reduzida do objeto singular e «autónomo», sendo «espaço público» e «projeto urbano» temas abordados (com maior ênfase) apenas no 5º e último ano de curso. Não sobra tempo, por isso, para um aprofundamento mais do que superficial sobre espaço público, sobre o significado deste conceito ou sobre os seus modos de apropriação. O objetivo é, afinal de contas, propor um conjunto de intervenções a realizar num dado contexto, a partir daquilo que se depreendeu da análise feita, pelo que a investigação sobre o território compõe apenas a parte inicial desse processo. Embora seja compreensível que, numa formação que extravasa o plano teórico e que tem em vista a prática profissional futura, o foco resida na discussão e apresentação de soluções concretas, que procurem resolver as problemáticas identificadas no território em questão, em contexto de formação académica, a reflexão teórica sobre espaço público poderia ser vantajosa. Por um lado, como forma de se colocar em discussão a (breve) formação adquirida no que ao tema diz respeito, mas, sobretudo, para que os estudantes fossem confrontados com o comum desfasamento entre o conhecimento adquirido sobre o tema e a realidade dos factos (que nem sempre se equiparam).

Tomada a decisão da temática a abordar nesta dissertação, a escolha do caso de estudo foi relativamente simples. Constituindo o maior complexo habitacional de Vila Nova de Gaia, Vila d'Este revelou-se o caso de estudo ideal para o questionamento de alguns «pré-conceitos» que tinha consolidado e que, de forma (muitas vezes) acrítica, aplicava aquando do estudo sobre espaço público. Porque Vila d'Este se apresenta, ainda hoje, como uma urbanização heterogénea à procura de integração no contexto onde se insere, porque se encontra em constante metamorfose e, sobretudo, porque é local de residência de milhares de pessoas que se apropriam do espaço de distintas formas, este território pareceu o laboratório ideal para a realização de um exercício experimental que me permitisse questionar o conhecimento adquirido e os pressupostos

estabelecidos sobre espaço público que não tinha, antes, questionado.

Logo no começo do processo de reconhecimento do território em análise surgiram as primeiras contrariedades, quando se tornou evidente que o recurso a métodos rígidos de interpretação do espaço e de explicação da realidade não permitiriam elaborar mais do que um retrato superficial (e talvez falacioso) do espaço público de Vila d'Este. Ainda que não se negue que o conhecimento adquirido seja útil como guia de análise do espaço, se tido como inquestionável pode revelar-se limitador na compreensão verosímil do espaço público e dinâmicas associadas, já que, por um lado, limita o entendimento da realidade como esta de facto é, mas, acima de tudo, impõe uma interpretação da realidade com base em preceitos estabelecidos *à priori*, que são independentes do caso de estudo ou do território a ser estudado/intervencionado. Desta forma, procurou-se ir além dos modos tradicionais de análise e interpretação do espaço, deixando que o retrato do espaço público que se pretendia fazer tivesse por base os factos observados no lugar. Este «desprendimento» das formas estabelecidas de interpretação do espaço (sem a pretensão de impor pontos de vista pessoais consolidados) permitiu discernir a sua complexidade e heterogeneidade inerentes.

Com efeito, continuidade, coerência ou homogeneidade são conceitos (muitas vezes) atípicos no espaço público. No contexto em causa, de espaços que possuem um programa concreto e que pressupõem um comportamento humano pré-determinado que é «cumprido», passando pelos espaços que possuem alguma ambiguidade programática e por isso permitem alguma autonomia nas suas formas de uso, até àqueles que não pressupunham nenhum tipo de uso, mas que foram, ainda assim, objeto de apropriação, foi possível compreender que uma visão normativa do espaço público só poderia culminar numa visão distorcida e simplificada da realidade, que exclui os desvios da norma, o comportamento humano inusitado e as surpresas, que só uma análise *in loco* permite depreender.

Ficou claro, por todos os motivos enunciados, que o estudo do espaço público não pode ser feito apenas a partir do estirador, e que o- por norma- genérico leque de expressões que utilizamos para classificar o espaço pouco traduz da realidade que se pretende conhecer. Na verdade, qualquer exercício de análise do espaço público (que irá, na prática profissional futura, extravasar o domínio teórico) deverá seguir uma visão multifatorial, em que variáveis tão distintas como o contexto territorial, histórico, social e económico, as características morfológicas do lugar,

os novos modos de comunicação virtuais e até a jornada de trabalho diária são fatores que têm um impacto efetivo na frequência, qualidade e características dos modos de uso e apropriação do espaço público (que não podem, em última instância, ser plenamente delineados).

Mais do que analisar e retratar um contexto particular como um fim em si mesmo, a realização desta dissertação permitiu-me indagar sobre o conhecimento e métodos de trabalho que possuía e que tinha, sem grande questionamento, cristalizado. O modo simplista e genérico de implementar o conhecimento adquirido e a procura por respostas que estivessem de acordo com os «pré-conceitos» que não sabia possuir toldaram o começo e o desenvolvimento deste trabalho, a partir do qual pretendia dar a conhecer um contexto e uma realidade sobre a qual tinha, à partida, convicções estabelecidas. O abandonar deste modo elementar, restritivo e viciado de interpretação da realidade (neste caso, do espaço público em questão) constituiu o momento-chave deste percurso, relevante não apenas para a conclusão de um trabalho que se pretendia verosímil, mas, sobretudo, para que futuramente «questionar» seja o primeiro passo na resolução de qualquer desafio que me seja proposto.

REFERÊNCIAS E FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Nuno- “Arquitetura Social”. Lisboa: Uzina books, 2019. ISBN 978-989-8875-12-9.

AGAREZ, Ricardo Costa- “Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018”. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018. ISBN 978-972-27-2711-2.
Disponível na Internet:
<URL:https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/publicacao_100anos

ANGLÈS, Magda [*et al.*] - “In favour of public space: ten years of the european prize for urban public space”. Barcelona: CCCB - Actar, 2010. ISBN 978-84-92861-38-5.

BAUMAN, Zygmunt - “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt - “Confiança e medo na cidade”. Lisboa: Relógio d’Água, 2006.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida- “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. Barcelona: Electa, 2003. ISBN 84-8156-343-9.

BRANDÃO, Ana [*et al.*] - “O lugar de todos: interpretar o espaço público urbano”. Lisboa: Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, 2019.

BRANDÃO, Pedro [*et al*.] - “O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público”. Lisboa: Centro Português de Design, 2002.

ECO, Umberto - “Kant e o Ornitorrinco”. Miraflores: Difel, 1999. ISBN 972-29-466-3.

GHEL, Jan- “A vida entre edifícios. Usando o espaço público”. Lisboa: Livraria Tigre de Papel e Cicloda, 2017. ISBN 978-989-99974-0-0.

GHEL, Jan; [*et al.*]- “New city life”. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006. ISBN 87-7407-365-6.

RAMALHO, António Leite- “Urbanismo- retratos urbanos”. Póvoa de Varzim: C.M., 2004. ISBN 972-8801-21-1.

SILVANO, Filomena- “Antropologia do espaço”. Lisboa: Documenta, 2017. ISBN 978-989-8834-84-3.

WHYTE, William H.- “The social life of small urban spaces. New York: Project for Public Spaces”, 2004. ISBN 0-9706324-1-x.
Disponível na Internet:
<URL:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4097533/mod_resource/content/1/the%20social%20life%20of%20small%20urban%20spaces.pdf

DISSERTAÇÕES

COELHO, João Rodrigo Parreira- “Formas e desígnios do espaço público na cidade contemporânea: o projecto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses”. Porto: FAUP, 2011. Dissertação de Doutoramento.

ABRANTES, Nuno- “A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto: o desenho como instrumento social”. Porto: FEUP, 2016. Dissertação de Doutoramento.
Disponível na Internet:
<URL:https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/84169

ABRANTES, Nuno- “Requalificação arquitetónica na reabilitação de edifícios de habitação social. Um caso de estudo: Vila de Este”. Porto: FEUP, 2009. Dissertação de Mestrado
Disponível na Internet:
<URL:https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/60088

ARTIGOS

TAVARES, André; LABASTIDA, Marta- Face-lift ou viver melhor, **Jornal Arquitectos**, nº 248 (09-12/2013), 200-211.
Disponível na Internet:
<URL:http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/face-lift-ou-viver-melhor/

HALL, Brian K. - The paradoxical platypus, **BioScience**. Vol. 49:3 (1999), 211-218.
Disponível na Internet:
<URL:https://doi.org/10.2307/1313511

WEBSITES/ RECURSOS ELETRÓNICOS

https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/público
https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/privado
https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/taxinomia
https://www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/a-nova-vila-deste.pdf
http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/face-lift-ou-viver-melhor/
https://www.publico.pt/2012/09/02/jornal/vila-deste-nao-e-um-luxo-mas-ja-nao-e-um-lixo-25163525
https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/49033-1969-201065
https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/582-1972-665132
https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
https://www.gaiurb.pt/p/urbanismo
https://www.gaiurb.pt/pages/937?poi_id=45
https://www.apviladeste.pt/

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 49 033, de 28 de maio de 1969. Diário do Governo, 1.ª série, n.º 126. Ministério das Obras Públicas — Gabinete do Ministro.
Disponível na Internet:
<URL:https://files.dre.pt/1s/1969/05/12600/05810586.pdf

Decreto-Lei n.º 582/72, de 30 de dezembro de 1972. Diário do Governo, 1ª série, nº 302. Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Serviços Centrais.
Disponível na Internet:
<URL:https://files.dre.pt/1s/1972/12/30200/21302130.pdf

ÍNDICE DE IMAGENS

Todas as fotografias foram produzidas pela autora com exceção das seguintes:

Fig. 04, 05, 23, 24, 25, 41, 63, 64, 127, 131, 138, 139 e 140.
Fotografias de Edgar Freitas, novembro de 2021.

Fig 18.
Fonte: Google Maps.

———

Fig 06.
Desenho da autora.

Fig 07.
Desenho da autora com base em cartografia disponibilizada pelo Portal Digital de Informação Geográfica e Geoestatística de Gaia.

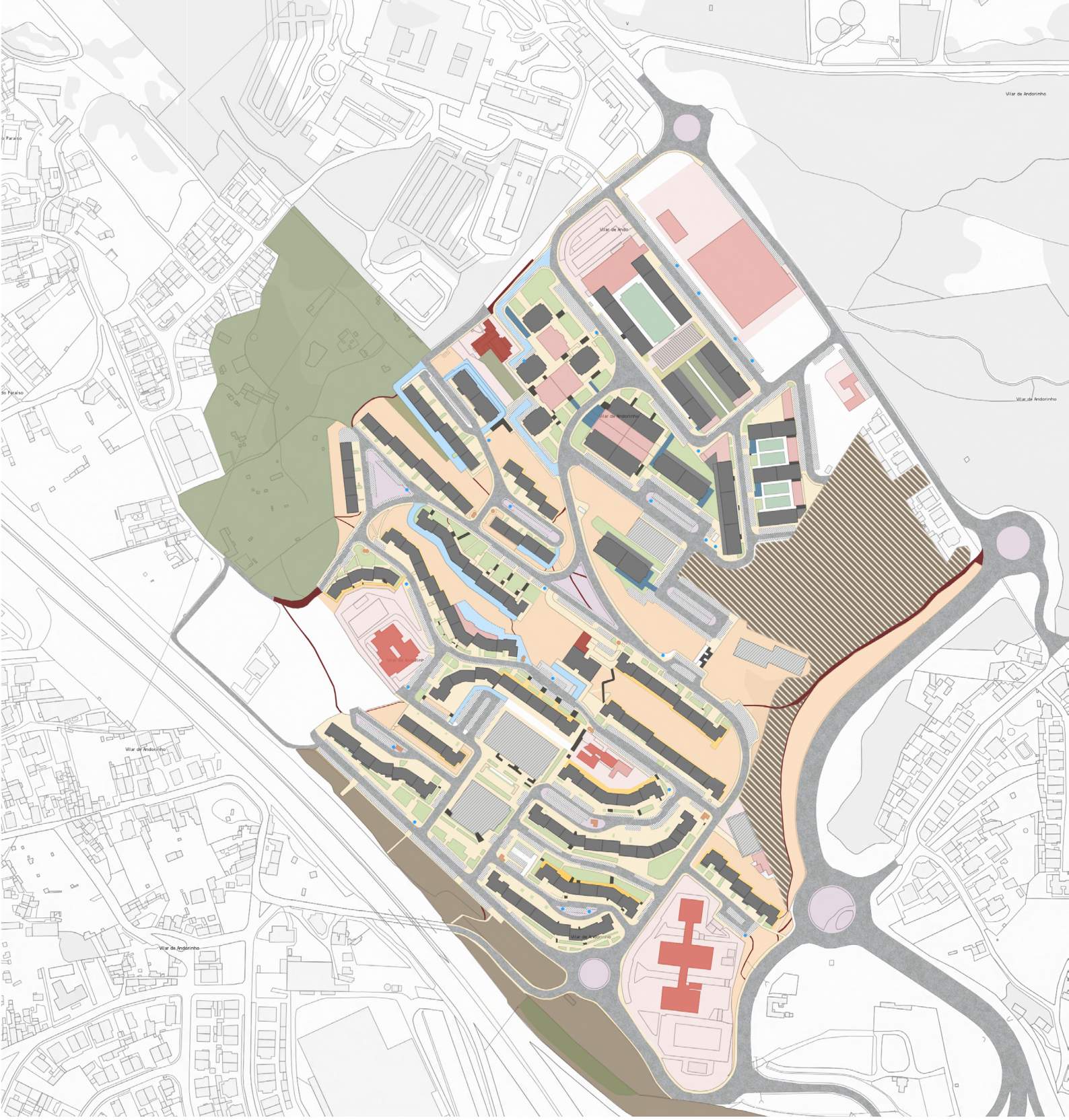
Fig 22.
Esquemas elaborados pela autora.

Fig 27.
Vista aérea de Vila d'Este. Fonte: Google Maps.

Fig 122.
Vista aérea de Vila d'Este. Fonte: Google Maps.

ANEXOS

ANEXO 01.
Reconhecimento do território. Planta final.



- Passeio
- Ruas
- Vias de acesso às garagens particulares
- Vias e rampas de acesso às garagens coletivas
- Estacionamento exterior
- Passeio-corredor
- Escadarias
- Espaços relvados intersticiais ou adjacentes ao edificado
- Caminhos de pé posto
- Espaços relvados/ajardinados (não pressupõem usufruto público)
- Espaços relvados/ajardinados (pressupõem usufruto público)
- Hortas (espontâneas e camarárias)
- Espaços resultantes da organização viária
- Faixa linear relvada (adjacente à A1)
- Terreno arborizado não edificado

- Edifícios residenciais (com ou sem espaços comerciais/serviços)

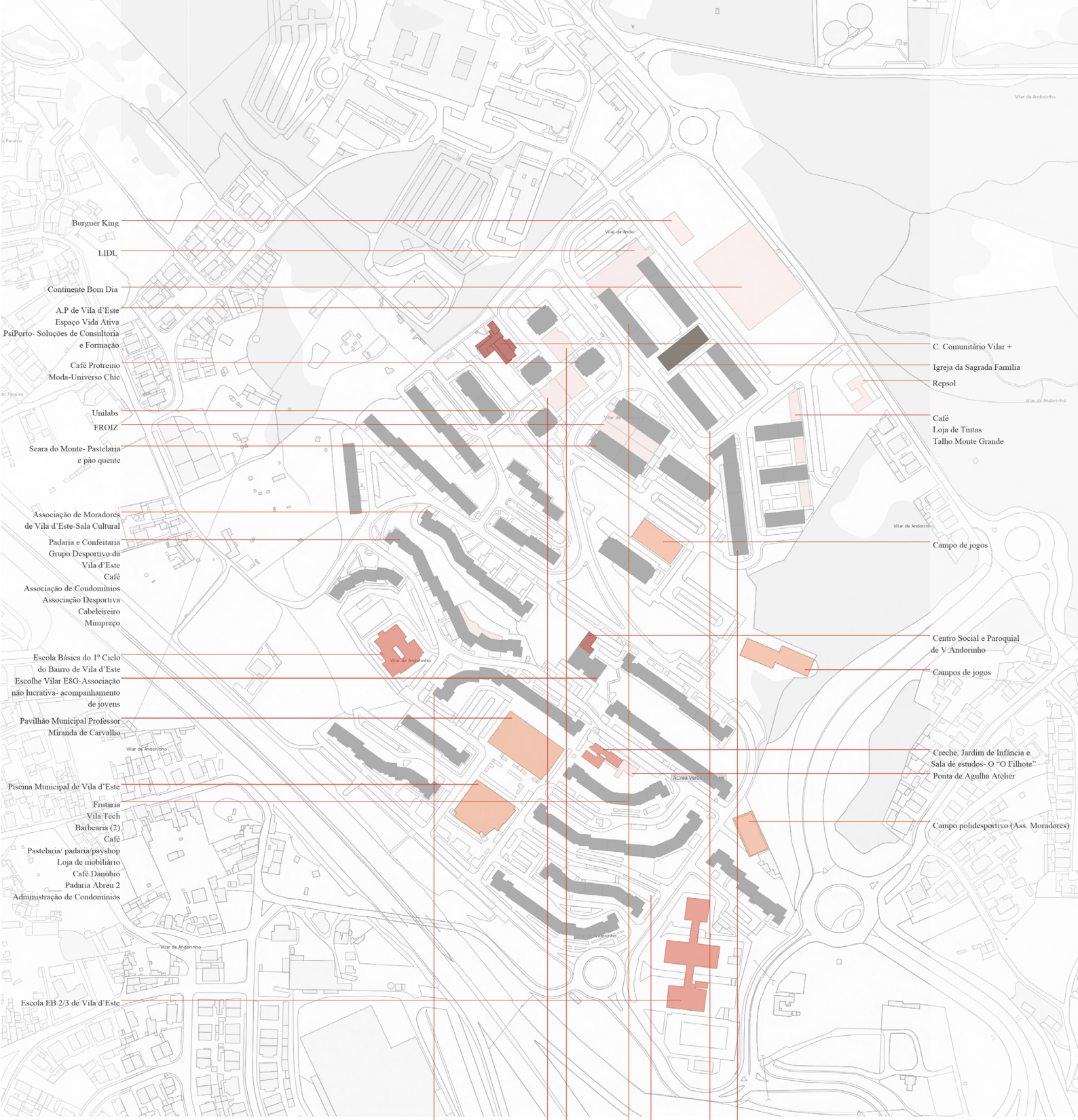
Edifícios não residenciais

- Serviços e equipamentos comerciais autónomos
- Equipamentos sociais autónomos
- Esccolas/creches
- Equipamentos desportivos autónomos
- Igreja
- Equipamentos- recintos

- Contentores do lixo e ecopontos
- Dispositivos de correio centralizados

ANEXO 02.

Planta de Vila d'Este com identificação de espaços comerciais, serviços e demais equipamentos.


Burguer King
LIDL
Continente Bom Dia
A.P de Vila d'Este
Espaço Vida Ativa
PsiPorto- Soluções de Consultoria e Formação
Café Protreino
Moda-Universo Chic
Umlabs
FROIZ
Seara do Monte- Pastelaria e pão quente
Associação de Moradores de Vila d'Este-Sala Cultural
Padaria e Confeitaria
Grupo Desportivo da Vila d'Este
Café
Associação de Condomínios
Associação Desportiva
Cabeleireiro
Minipreço
Escola Básica do 1º Ciclo do Bairro de Vila d'Este
Escolhe Vilar E8G-Associação não lucrativa- acompanhamento de jovens
Pavilhão Municipal Professor Miranda de Carvalho
Piscina Municipal de Vila d'Este
Frutaria
Vila Tech
Barbearia (2)
Café
Pastelaria/ padaria/payshop
Loja de mobiliário
Café Danúbio
Padaria Abreu 2
Administração de Condomínios
Escola EB 2/3 de Vila d'Este
C. Comunitário Vilar +
Igreja da Sagrada Família
Repsol
Café
Loja de Tintas
Talho Monte Grande
Campo de jogos
Centro Social e Paroquial de V.Andorinho
Campos de jogos
Creche, Jardim de Infância e Sala de estudos- O "O Filhote"
Ponta de Agulha Atelier
Campo polidesportivo (Ass. Moradores)
Vilar de Andorinho
Edifícios residenciais (com ou sem espaços comerciais/serviços)
Edifícios não residenciais
Serviços e equipamentos comerciais autónomos
Equipamentos sociais autónomos
Equipamentos desportivos autónomos
Escolas/creches
Igreja
Padaria Broas e Broinhas
Lavandaria Self-service
Florista Mimos e flores
Solicitador e adm. de condomínios
Coxinhas 2 (Rest.)
Sapataria Silveira
Cabeleireiro e unhas-Estética (Sabina)
Mercearia/drogaria
Cozinhas/Móveis
Igreja Evangélica
Pizzeria Locale
Centro Espírita
Móveis Simão
Barber Shop
Café Canadá
Talho
Violeta- ervanária e produtos naturais
Energia positiva-(Loja de roupa/acess.)
Clínica Médica Integrada-Monte Grande
Lac.Gaia- An.Clínicas
Tommy's Spot (café)
Cabeleireiro/Estética
Liberty Seguros
Loja China
Correios CTT/payshop
Mini-mercado A.C.A
Acessórios e artesanato-Fusões com Alma
Deli Delícia-Churrasqueira
Loja de Utilidades
Quiosque
Cabeleireiro (2)
Talho A.C.A
Café
Farmácia Misericórdia
Cabeleireiro Unisexo
Agência de Desenv. Local
Papelaria Caty
5àsec
Café Cantinho Borboleta
Pechinchas- Loja de roupa, brinquedos
Lavandaria Self-service Vila d'Este
Stephanie Santos Hairstylist
Chaves Corte-real
Baú da jba
0 10 20 50
N

ANEXO 03.

Resultados do Inquérito aos residentes da urbanização de Vila d'Este sobre a reabilitação do espaço público.
ABRANTES, Nuno- A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto: o desenho como instrumento social. Porto: FEUP, 2016. Dissertação de Doutoramento.
Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/84169

INQUÉRITO AOS RESIDENTES DA URBANIZAÇÃO DE VILA D'ESTE

Obrigado pela Vossa colaboração!

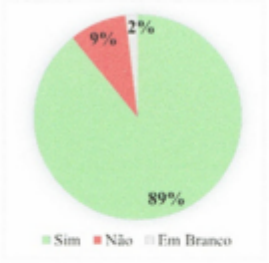
Infelizmente, em Vila d'Este, apenas 21% das habitações responderam aos inquéritos.
Cumprimentos,
Nuno Abrantes (na2002@sapo.pt)

1. Informação Pessoal

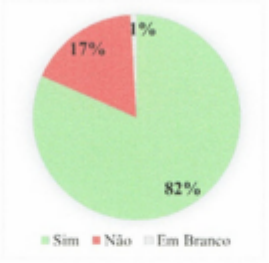


"Gosta de viver em Vila D'Este?"

2. Ambiente Social / Relações de Vizinhança

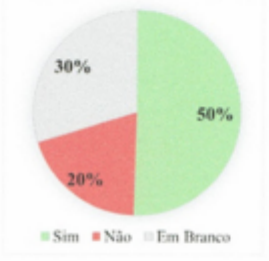


"Pensa que os moradores de Vila D'Este se dão bem?"

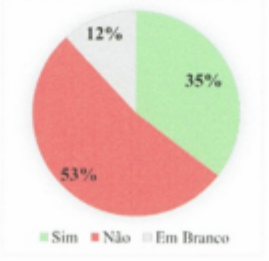


"Para além das pessoas da sua família, tem vizinhos que sejam seus amigos e com quem costume conviver?"

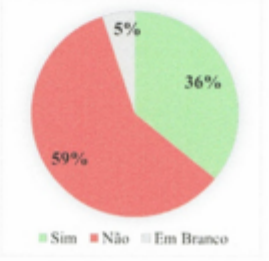
3. Modos de Apropriação do Espaço Público



"Antes das obras, costumava passar tempo fora de casa?"



"E depois das obras, passou a estar mais tempo fora de casa a conviver com os vizinhos e família?"

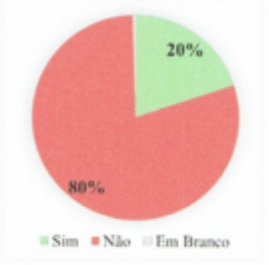


"Antes das obras, as pessoas tinham cuidado com a limpeza dos espaços exteriores da urbanização?"

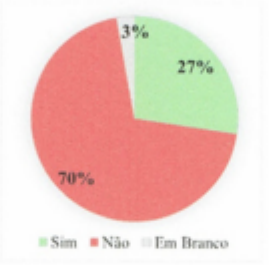


"Acha que isso mudou depois das obras?"

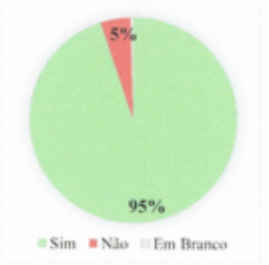
4. Questões de Adequação dos Projetos à População Específica e seus Modos de Vida



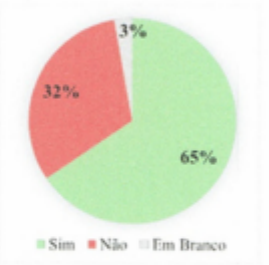
"Acha que o problema mais grave existente antes das obras nos espaços exteriores ficou resolvido?"



"Antes das obras, as pessoas usavam os espaços verdes?"



"Costumavam estar bem tratados?"

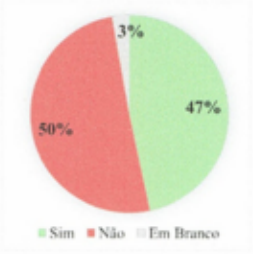


"Acha que os espaços verdes e as árvores que ficaram depois das obras são suficientes?"

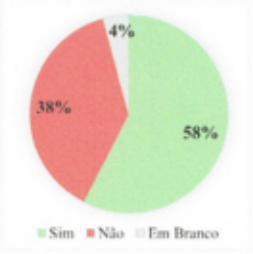
INQUÉRITO AOS RESIDENTES DA URBANIZAÇÃO DE VILA D'ESTE



"Hoje em dia, pensa que há sítios suficientes para as crianças brincarem?"



"Os espaços que existem para as crianças são seguros?"



"Gosta das obras que fizeram nos edifícios?"

5. Opinião Global



"Acha que Vila D'Este ficou mais bonita e agradável para viver?"

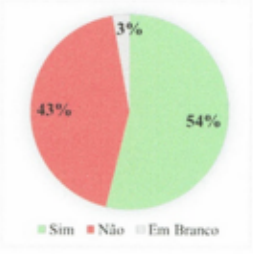


"Acha que as pessoas se sentem mais satisfeitas com a cidade por se terem feito estas obras para melhorar a Urb. Vila D'Este?"

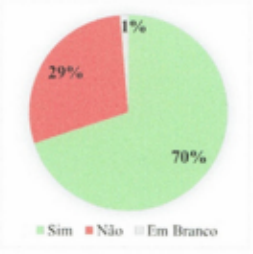


"Acha que a Urb. de Vila D'Este está bem integrada na rede de transportes públicos?"

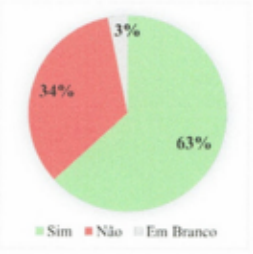
6. Implementação dos Projetos/Faseamento das Intervenções/Gestão do Espaço Público e dos Edifícios



"Acha que se devia ter pedido mais a opinião dos moradores antes de começarem as obras?"



"Está satisfeito com o trabalho que tem sido feito pelas empresas que tratam da limpeza da Urbanização?"



"Acha que esse trabalho está a ser mais bem feito desde que terminaram as obras?"

ANEXO 04.
Entrevistas

Entrevista I: I., Lojista

(Apresentação)

"**J.B.:** ***E estas hortas são de quem, dos moradores?***

I.: *Estas hortas foram-nos atribuídas a nós. Não sou moradora, mas como tenho aqui a loja pedi e foi-me atribuído.*

J.B.: ***Então, tem de se concorrer, não é?***

I.: *Sim, sim.*

J.B.: ***E isto é iniciativa de quem?***

I.: *É da Gaiurb.*

J.B.: ***E as pessoas usam isto para consumo próprio (...)?***

I.: *Claro, não dá para vender porque é uma horta muito pequenina.*

[conversa sobre as hortas perto do terreno do hospital]

(...) mas essas não são da Gaiurb. As pessoas apropriaram-se daquele sítio, como estava a monte, e estão lá a cultivar qualquer coisa.

Só que aqui não, aqui temos condições, exigem certos cuidados, não podemos usar produtos químicos, são mesmo hortas biológicas, só podemos usar a nossa compostagem. E pronto, mas isto aqui tem organização, quem não trata é-lhe retirado e dão a outros.

J.B.: ***E paga alguma coisa?***

I.: *Não, não, só a água. Eles põem tudo, água (...) temos tudo, é um euro e pouco por mês de água (...)*

J.B.: ***E não há outras iniciativas deste género por aqui?***

I.: *Aqui da Gaiurb não. Agora vamos ter o metro. Mas é bom para servir toda a população.*

J.B.: ***Nota que desde há uns anos para cá a Vila d'Este tem atraído cada vez mais pessoas?***

I.: *Sim, melhorou. Melhorou a nível de barulhos que havia aqui (...) isto era mesmo... parecia o faroeste, no princípio. Mas como começou a vir para aqui mais gente, eu e outras pessoas, lojistas que não são daqui, começamo-nos a aperceber dessa (...) isto é quase tudo social, não é tudo. Não era para ser, o Menezes é que comprou isto, que são casas fabulosas. Casas muito, muito boas, muito boas. Eu entrei em algumas em que fiz decorações. E muitas pessoas vieram para cá sem nada não é... Isto em 2006, 2007 começou a ser povoado. Eu já estou aqui há 14 anos, portanto... e a princípio era assim um bocadinho... os meus filhos*

nem queriam que eu viesse para aqui com medo.

J.B.: ***É engraçado, porque hoje uma pessoa não tem essa perceção.***

I.: *Vocês muito jovens, mas os mais antigos ainda têm uma má conotação disto, porque isto era só tiros porque vieram para cá muitos ciganos, muitos mesmo. E então não havia mão neles. (…)*

J.B.: ***Mas nos últimos anos isto tem começado a melhorar, não é? Aqui há muitos serviços, supermercados, piscina (...)***

I.: *Eles começaram a ser muito ameaçados, e alguns foram postos daqui para fora. Como isto é da Gaia Social, é da Gaiurb, isto é da Câmara, ou se portam bem ou vão para a rua. Só quando começaram a agir nesse sentido, o governo, é que isto começou a ter ordem. Não falta nada aqui, temos tudo, e hoje é segunda-feira, está quase tudo fechado. Eu por acaso venho, gosto de vir, e tenho a horta, só fecho ao fim de semana. Estas lojinhas estão todas a funcionar durante a semana. Temos o pomar, a peixaria, o café ali da esquina, que é das minhas amigas. Eu vim para cá por causa delas. Senão não tinha vindo, senti as costas quentes com elas. Se elas não tivessem aqui o café eu nunca viria. Porque naquela época era mesmo assim, e depois como lhe digo, estava sempre a dar na televisão essas notícias… olhe uma vez parecia o faroeste (…) essa foi a última, eles [polícia] foram tão rigorosos, nunca mais.*

(…)

Digo-lhe menina, eu nunca vi… a minha rua nunca na vida foi lavada, raramente lá vejo um varredor, aqui anda duas vezes por dia um varredor, todos os meses estes passeios são lavados, não têm musgo, não têm ervinhas, não têm nada. Tudo. Em lado nenhum da cidade de Gaia há a limpeza que há aqui. Não sei porquê, mas aqui, digo-lhe, não há problema nenhum com o lixo. Por acaso é fantástico nesse sentido, jardineiros e tudo, sempre a arranjar. Também põem e destroem logo a seguir não é.

(...)

J.B.: ***E acha que as hortas conseguiram propiciar de alguma forma a relação entre moradores?***

I.: *Sim, sim, muito, muito. Acabou por ser uma família. Eu não conhecia quase ninguém.*

J.B.: ***E agora conhecem-se todos?***

I.: *Sim, sim, e partilhamos muitas coisas. De manhã está sempre muita gente nas hortas. Porque há horas de água, agora não há água. Agora só a partir das 17h. Só das 9h ao 12h é que há água. Eu de manhã venho com uma roupa e à tarde com outra (…) a minha é mesmo esta*

aqui à entrada, fui logo a segunda a ser escolhida. Mas depois das 17h já se vê aqui gente.

Até ali àqueles ferrinhos redondos é a minha (...) e claro todos nos conhecemos, todos partilhamos- "Ó vizinha tem aí isto?" - damos uns aos outros, uns têm salsa, outros têm coentros, chás e damos plantas uns aos outros. Mas de manhã, se um dia vier de manhã que queira, se quiser entrar eu abro-lhe a porta e pode entrar, quando quiser. Alias o Sr. da água já sabe, quando vem contar a água pede-me a chave. Mas de manhã há muita gente, mas a esta hora não, mas depois das 17h já há.

J.B.: ***Pois, a água é contada, não é?***

I.: *Ah, é para as pessoas não abusarem, e assim não há desperdício de água. A gente rega de manhã e rega ao fim da tarde e vice-versa, e chega.*

J.B.: ***Estão ali os compostores?***

I.: *É, estão, eu trago para aqui todo o lixo da casa, os restos de cozinhar, e tudo o que sai da horta, as ervas… tudo de limpeza da horta vai para lá, tudo. Não se tira lixo, o compostor está quase cheio, e é para ir pondo, pondo, pondo."*

Entrevista II: A. e E., agricultores

(Apresentação)

"J.B.: ***O senhor mora aqui na Vila d'Este?***

A.: *Eu moro ali já há 28 anos.*

J.B.: ***E desde quando é que tem aqui a horta?***

A.: *Há para aí seis, sete anos.*

J.B.: ***A sério? Tinha ideia de que as hortas estavam aqui há cerca de dois ou três anos.***

A.: *É já estou aqui há seis anos.*

J.B.: ***E as hortas começaram a desenvolver-se mais lá em cima ou cá em baixo?***

A.: *Eu comecei logo aqui. Isto aqui era tudo matagal. Eu cortei o mato todo. Já existia ali aquele. Existia este senhor. Não era este senhor, era outro que depois faleceu e este senhor ficou com ele. Eu cortei este mato, chamei um trator.*

J.B.: ***E depois é que se começou a passar a palavra?***

A.: *Não, já existia aquela sra. ali, já deve estar ali há vinte e tal anos ou mais. E depois o outro é que veio depois de mim. Eu sou o segundo, para aí o terceiro ou quarto, este senhor…*

J.B.: ***Agora este espaço está cheio até lá acima.***

A.: *Sim, sim. Mas os de lá de cima não diz nada ao pessoal aqui de baixo. Praticamente não os conheço. Os daqui conheço-os a todos. Às vezes conheço os de lá de cima, de vez em quando, porque eles vêm aqui buscar água à mina.*

J.B.: ***É dai que arranjam a água?***

A.: *É, tem aqui uma mina e tem outra mina daquele lado ali. E nós metemos uns tubitos e puxamos a água para nós.*

J.B.: ***Ah, metem tubos? Lá em cima andam com garrafões.***

A.: *Sim porque eles la não têm mina vêm buscar água cá abaixo. Esse senhor aí até tem um poço que criou e enche aquilo com água e tem um motorzito a gasolina e rega a motor. Mas eu não tenho motor, eu é com regador, trago a água, tenho ali uma mangueira. Se tirar a rolha, sai logo água ali.*

J.B.: ***Portanto, tem água sempre à disposição?***

A.: *Sim, enquanto a mina não secar. Já houve um senhor que já não esta cá que também tinha, e tentou mexer na mina e os senhores da Câmara vieram logo dizer que não se pode mexer na mina, a mina tem que ter sempre água corrente, não se pode bloquear a mina.*

J.B.: ***E este terreno, é de quem, sabe?***

A.: *Isto é do Hospital, é da Santa Casa. E eles deixam as pessoas usar isto, porque era tudo mato e volta e meia havia aqui muitos incêndios, antigamente. E desde que nós começamos a fazer isto, acabaram os incêndios.*

J.B.: ***E assim as pessoas até produzem coisas para consumir, para os próprios.***

A.: *Exato, é isso.*

J.B.: ***E consegue vender alguma coisa?***

A.: *Não, não, não vendo nada. É só para casa e para dar à família. Não dou nada a ninguém.*

J.B.: ***E as coisas dão, aqui?***

E.: *Dão, dão, tenho aí fruta, então este ano é que foi, pêssegos (...) fartei-me de dar.*

J.B.: ***E as pessoas aqui moram quase todas aqui em Vila d'Este?***

A.: *Geralmente moram quase todas, uns mais longe, outros mais perto… esse senhor já mora em Laborim… há uma senhora que mora aqui neste prédio. E olhe andamos aqui, quando não tenho que fazer venho até aqui. Alivar o stresse.*

(...)

Na semana passada quando veio muita chuva, nós tínhamos aqui a terra toda semeada, veio uma enxurrada e levou a terra toda. Uma tromba de água…! Foi mais neste senhor porque ele tinha passado a máquina, já tinha lavrado e tudo.

J.B.: ***E teve de fazer tudo de novo?***

A.: *Ah vai ter que fazer.*

E.: *Aquela parte ali já está.*

A.: *E a gente entretém-se aqui. De vez em quando paramos para dar um bocadinho à língua. Tem de ser. Agora ando a podar os pesseguei-ros, que é para não haver sombra senão não dá nada.*

J.B.: ***Ainda se perde muito tempo aqui na horta!***

A.: *Ah pois perde.*

A.: e E.: *Há sempre que fazer!*

E.: *Deus me livre há sempre que fazer!*

A.: *E depois a gente se quiser isto limpinho, jeitoso, tem que andar não é. Agora os tomates já estão a sair, vou ter que limpar os tomates, arrumar as caninhas todas para quando for a época do feijão, pôr o feijão… agora é altura das pencas e dos brócolos.*

J.B.: ***E é bom, tem sempre comida sua em casa!***

A.: *Ah isso é! A minha esposa não sabe o que é comprar batatas. Tenho ali um terreno só para batatas, praticamente. Onde tem aquele pessegueiro ali no meio. Cebolas e tudo, já não compro cebolas no supermercado há anos. Você está aqui há quantos anos, sr. E.?*

E.: *A caminho de sete. Isto aqui era monte, era tudo matagal. Deus me livre, isto foi desbastado.*

J.B.: ***E desbastaram isto como?***

A.: *Olhe, com enxadas, trator ao fim quando estava tudo mais limpinho e lavrou isto tudo. Agora este senhor tem uma maquinazita e passa ali. A máquina ali em cima de fresar, uma motocultivadora. Eu é que é tudo à enxada.*

J.B.: ***Trabalho pesado?***

A.: *É, a terra ao princípio foi pior, agora já esta melhor.*

E.: *A terra aqui é muito boa. É soltinha, uma terra fácil de trabalhar, até com a própria máquina.*

A.: *Há uns anos era só pedras.*

E.: *E ainda é. Continuo a tirar pedras. Sempre a limpar, sempre a limpar. Sempre, sempre (…)"*

Entrevista III: J.M. e R.S., proprietários de estabelecimentos comerciais

(Apresentação)

"J.B.: ***Nestes edifícios, por exemplo, há muitas lojas que estão fechadas e que não têm ninguém. Porque é que não resulta...?***

J.M.: *É assim, há pessoas que saem daqui e vão morar para outros lados e põem as lojas à venda…*

J.B.: ***Ah, então as pessoas normalmente moram aqui?***

J.M.: *Quase sempre as pessoas moravam aqui. Por isso mesmo é que está assim. E já há outras aqui que foram alugando e outras que estão vazias desde o começo daqui da urbanização.*

J.B.: ***E porquê? O aluguer é caro?***

J.M.: *Porque os donos das lojas ninguém sabe quem é e ninguém pode mexer.*

J.B.: ***Ai é?***

J.M.: *É. A maior parte das lojas aqui… tem muitas lojas aqui, por exemplo na parte de cima e não se sabe quem é os donos.*

J.B.: ***Nem dá para contactar ninguém? Que estranho...***

J.M.: *Que estão aqui tão vazias desde o começo, há 30 anos. Há umas que começaram a pagar e o banco tomou conta... que não tiveram dinheiro para avançar... é esse o caso.*

J.B.: ***Às vezes também noto que há muitas que são, por exemplo, longe da rua, tem que se descer escadas…***

J.M.: *Sim, sim, tem que se descer escadas! É como aqui... aqui também prejudica um bocado, mas… as pessoas foram-se habituando.*

J.B.: ***Pois...***

J.M.: *Não é à face da estrada. Se fosse à face da estrada... como se vê em muitas lojas em centros comerciais e em urbanizações, à face da estrada... estas não, estas fizeram as escadas e a gente ficou aqui todas metidas no fundo.*

J.B.: ***Pois, está aqui escondido! Só sabe mesmo quem passa aqui e vê e quem mora aqui.***

J.M.: *É, é o que eu posso dizer.*

[Aparece R.S., dono do estabelecimento contíguo. Questiono-o sobre o abandono dos espaços comerciais]

R.S.: *A ideia é que isto aqui é mais um dormitório do que propriamente uma zona de comércio. Quando chegam aqui já vêm com as compras feitinhas "de casa".*

J.B.: ***Ai é? Por acaso tinha a ideia de que os serviços daqui eram muito utilizados pelas pessoas.***

R.S.: *Hmm… não totalmente. É alguns, mas não é totalmente. Vive aqui muita gente, mas o pessoal… Porto, Maia… fora… ao vir, chegam tarde… Onde passam… [vão fazendo as suas compras].*

J.B.: ***E o senhor não tem muita clientela?***

R.S.: *Tenho, tenho, vou tendo, mas para a população que vive aqui não...*

J.B.: ***Claro… devia estar cheio...***

R.S.: *Exatamente! E não é por causa de qualidade ou preços, não é por causa disso, é só esse... é um dos grandes motivos.*

J.B.: ***Engraçado! Não tinha pensado nessa hipótese.***

R.S.: *Mas é!*

[R.S. entra na confeitaria e conversa com J.M]

J.B.: ***Ah, os senhores são amigos! Estão aqui na loja ao lado um do outro!***

J.M.: *Somos amigos há muitos anos, mas cada um come na sua casa! (risos)*

R.S.: *Porque tu não me deixas ir comer à tua, senão eu ia comer à tua, ora essa! (risos)*

J.B.: ***Não, vão trocando, o senhor vem aqui buscar pão e a senhora vai ao talho!***

R.S.: *Exatamente!*

J.M.: *Olhe menina! (dá socos na parede) ele ouve! (risos). Tá a ver!? Já são trinta anos aqui a aturá-lo.*

J.B.: ***Já estão aqui há trinta anos os dois?***

J.M.: *Os dois!*

R.S.: *Eu estou há mais!*

J.M.: *Ele está cá há mais!*

R.S.: *Seis... 36!*

J.B.: *36?! E sempre teve o talho?*

R.S.: *Foi sim senhora, foi sempre o talho (...)"*

Entrevista IV: A., C. e M., clientes da Piscina Municipal

(Apresentação)

"A.: *Não nos somos de cá, mas viemos à piscina. Mas podemos dizer bem! Ninguém nos fez mal.*

C.: *Agora acho que já se esta bem aqui. Antigamente é que não. Mas agora já… mesmo o Presidente diz que são mais educados os meninos daqui do que os nossos lá de Vilar de Andorinho.*

J.B.: ***Pois, tenho ideia de que isto antigamente era um bocadinho fechado e agora abriu-se mais.***

A.: *Abriram as portas à população. Sim, é verdade! Fazem a feira, vem aqui muita gente à feira, ao domingo de manhã, a maior parte das pessoas não são daqui, porque eles… não há onde estacionar (…) isto está tudo cheio, não é com as pessoas daqui, é com as que vêm de fora.*

Mas acho que não há grande stresse. Acho que uma vez ou outra vem aí a polícia, mas pronto é normal é como em todo o lado.

C.: *Fazem festa muitos dias. Depois é só barulho.*

A.: *Tirando isso a gente não... tivemos um ano e meio sem vir cá. Esteve fechado (…)*

C.: *Quem passar por aqui, isto está tudo muito calminho. Se for a um cafezinho, está-se lá muito bem.*

J.B.: ***(…) Eu queria falar com os residentes para saber o que eles acham que falta.***

A.: *As pessoas que vêm para a piscina são mais as de fora do que as de cá. As de cá não vem muita gente. As pessoas de cá dizem que isto ou é para velhos, ou não sei quê, ou isso não sei quê, ou isso não sei quê… não aproveitam.*

C.: *Não frequentam...*

J.B.: ***Até tinha ideia que havia um clube...***

A.: *É ali atrás... mas não é daqui. De natação não. Há um clube de futebol de salão aqui atrás.*

C.: *É da Junta, não é?*

A.: *Sim, é da Câmara. Isto é tudo Câmara, as casas são Câmara. Pelo menos é o que nos dizem. Quem faz as obras é a Câmara, fez aí o ano passado ou há dois anos. Eles pagam uma boa cautela à Câmara...isto não é casa própria. Pelo menos estas da frente acho que são. Depois tem aquelas à beira do Lidl, também é Câmara.*

J.B.: ***E estas também são, aqui à volta?***

A.: *Não são todas. Eu tenho um casal amigo que morava aqui atrás e eles não era Câmara, eles era mesmo comprado. Mais barato que os normais, mas é comprado. (...)*

J.B.: ***Engraçado, então. Achava mesmo que as pessoas daqui usavam a piscina, mas afinal atrai outras pessoas de fora.***

A.: *Porque é perto! Eu trabalho já aqui em cima no (...) fica-me em caminho que eu venho de Pedroso, vivo perto de Pedroso. Por isso dá-me mais jeito esta do que ir lá para a outra. E apanhava mais trânsito, tinha de atravessar a nacional e não sei quê.*

J.B.: ***E esta [piscina] é boa, não?***

A.: *Esta já existia quando a outra abriu, eu já estava aqui (...) o preço é igual, é tudo igual. Até há professores que fazem aqui e fazem lá, mas se eu estava bem aqui para que é que eu ia mudar? E o acesso é muito mais fácil. É só descer aquela rua que mete medo (...)*

C.: *Eu pelo menos desde que ando aqui... já ando aqui há quatro anos...*

A.: *Há quatro? Eu já fiz oito. Já fiz oito anos.*

C.: *Vejo isto muito calminho, não vejo assim nada...*

(...)

A.: *Os jardins podiam estar mais bem arranjados. E no verão, os miúdos andam aí na piscina, que nós já víamos no ano passado.*

J.B.: ***Ali? Na fonte?***

A.: *Sim, mas aquilo é um perigo. Aquilo é perigoso para os miúdos andar lá a escorregar na água.*

C.: *E jogar à bola...*

A.: *Sim, a pedra ganha bisgo. Até me arrepia, não é? Podem cair e partir ali uma perna... pronto mas as mães estão ali sentadas (...) tão com bebés ao colo, cigarro na mão... não tenho nada contra quem fuma mas...*

M.: *Mas a gente apanha logo...*

A.: *E os miúdos andam ali... a gente às vezes põe-se a olhar. Ai que perigo, eles partem ali uma perna num instante. Se bem que as crianças têm que se divertir, têm que brincar na rua.*

M.: *Ah, mas assim não!*

(...)

A.: *Autocarros aqui é com fartura, que a gente às vezes quer ir embo-*

ra, não falta. Os colegas que trabalham comigo dizem bem daqui, eles moram quase todos aqui. Uns rapazes novos. Os pais deles viviam aqui e eles também vivem. Por acaso aqui há dias falamos nos autocarros. Aqui não há falta de autocarros.

(...)

C.: *E camionetas, também há camionetas.*

A.: *É a Oliveira Fernandes, passa por aí.*

C.: *Agora para Vilar de Andorinho é que é uma tristeza, não há camionetas. Eu venho nas daqui, para sair ali no Monte [da Virgem] e depois o meu marido vem-me buscar cá acima."*

Entrevista V: A., moradora

(apresentação)

"J.B.: ***A senhora trabalha aqui, mas vive aqui?***

A.: *Vivo aqui!*

J.B.: ***E vive aqui há quantos anos?***

A.: *27!*

J.B.: ***Eu uma vez falei com uma senhora, e ela estava a contar-me sobre como isto era antigamente... isto era um bocadinho mais fechado, tinha alguma violência, algum crime, etc., e hoje em dia já não é tanto assim.***

A.: *Ah, tem dias. Tem dias, filha. Mas já esteve pior.*

J.B.: ***É?***

A.: *De vez em quando aí nos cafés. Sabe o que é? É a cerveja. Não quer dizer que seja…. Já foi pior. Que eu ouça falar.*

J.B.: ***E agora, isto tem escolas, tem piscina, não é? Trouxe muito mais gente de fora cá para dentro.***

A.: *Tem! Já tem muitos anos a piscina aqui. Já tem para aí vinte anos ou mais.*

J.B.: ***Estive a falar com uma senhora que anda na piscina, ela é de fora e diz que a maior parte das pessoas que andam na piscina são de fora.***

A.: *Só la fui uma vez, ou duas (risos) porque a médica mandou, senão…*

J.B.: ***E tendo em conta os espaços aqui fora... a Vila d'Este tem muita gente não é…, mas vemos poucos sítios para as pessoas se sentarem, estarem, conversarem.***

A.: *Tem! Tem ali atrás muitos banquinhos. É pena é os cãezinhos… fazem tudo… as pessoas não apanham... se as pessoas apanhassem… não apanham… de resto tem muitos banquinhos ali atrás. Tem ali um espaço muito jeitoso.*

J.B.: ***Pois, é que daqui para ali para a frente não tem assim tantos sítios…***

A.: *É, para ali já tem menos. Agora aqui atrás tem um bom espaço.*

J.B.: ***Outra coisa que eu tenho andado a perguntar às pessoas tem a ver com o facto de haver por aqui muitos carros ...***

A.: *Pfff… há pessoas que têm um carro cada pessoa. Cada casa… tem três carros…*

J.B.: ***E às vezes nas garagens também se fazem mais arrumos…***

A.: *Ah eu não tenho, na minha garagem tenho o meu carro. Mas olha, esse aqui tem garagem... tão dois cá fora...três! Tem garagem, no entanto, não sei o que é que tem lá dentro, nem me interessa. Mas os carros estão todos cá fora.*

J.B.: ***E prejudica um bocadinho…***

A.: *Mas também aqui não dá para brincar por causa do trânsito, é muito trânsito aqui. As crianças aqui a brincar não dá muito. Só se for acompanhado por alguém. Passam os autocarros, passam os carros aí.*

(…)

Olhe, cafezinhos, cabeleireiros, não falta. Supermercados… tem o Lidl, tem o Dia. Tem talhos... aqui graças a Deus…não gosto muito de morar aqui, para ser sincera.

J.B.: ***Não gosta? Então?***

A.: *Mas aqui tenho tudo!*

J.B.: ***Mas não gosta porquê?***

A.: *As pessoas são estúpidas (risos). Sabem tudo, metem-se na vida dos outros. Mas não tenho que dizer dos vizinhos…é mais de fora, até. Mas eu gostava… se eu pudesse ir para uma casa… eu gosto muito… gostava, se tivesse dinheiro, de ir para uma casa, sozinha! Mas é difícil. Não é pelo ambiente nem é por nada... gostava de morar sozinha... mas é difícil... haver há, mas não é para a minha carteira. (…) se eu saísse ia ter pena da minha casa, é muito soalheirinha, e são arranjadinhas, e tenho tudo aqui. Não preciso de sair daqui para nada. Tem talhos, tem cabeleireiros, tem tudo... tem mercearias... não falta nada aqui... tem padarias...*

J.B.: ***E a senhora trabalha aqui? Ou está a limpar porque quer?***

A.: *Limpo porque ganho algum! Ah, se não me pagassem não limpava… não sou criada de ninguém (risos) já limpo para aí há vinte anos.*

J.B.: ***Mas quem é que lhe paga?***

A.: *É o condomínio.*

(…)

A.: *Isto não é da Câmara. Aqui (no prédio) não há ninguém da Câmara. Acabei de pagar há dois anos. Foi em 25 anos, estou aqui há 27. Não, aqui Câmara… há dois alugados. Acho que é o primeiro e o quarto. Mas a Câmara aqui não há ninguém. Ali naquela há dois. Aqui não há*

ninguém da Câmara, é tudo comprado. Chamam camarário a isto, mas isto não é camarário, camarário é lá em cima. À beira do Froiz, mais lá para acima. Aquilo é que é camarário. As pessoas é que… embora haja aí algumas que são da Câmara... há pessoas que deixaram de pagar e a Câmara tomou conta. Mas a maior parte é a pagar. As pessoas dizem camarário, mas isto não é camarário. Isto é uma urbanização.

J.B.: ***Então é o condomínio que lhe paga?***

A.: *É aqui os condóminos. Nós pagamos o condomínio (...)"*

Entrevista VI: M.C. e S., moradoras

(Apresentação)

"J.B: ***Sabe quem é que faz aqui a jardinagem destes espaços?***

M.C.: *Sei.*

J.B: ***Quem é? É a Câmara ou são os moradores?***

M.C.: *Não filha, não, não.*

J.B: ***São os moradores?***

M.C.: *Sim. É um senhor que vem aqui fazer o jardim.*

J.B: ***Mas é um senhor que mora aqui?***

M.C.: *Não, não. Mora no 87. Naquele da ponta.*

J.B: ***E ele faz estes jardins todos?***

M.C.: *Não, não. Só este…*

J.B: ***E então esse senhor faz o de lá do fundo?***

M.C.: *Não. Faz este e o 86!*

J.B: ***Ah ok… e porque é que escolheram este senhor? Ofereceu-se?***

M.C.: *Não, não! A gente paga-lhe. Aquele ali é o senhor lá do condomínio e os outros é uma empresa.*

J.B: ***Pois… porque por exemplo, lá em baixo, mesmo lá no fundo à beira daquela zona que tem mesas para fazer piqueniques, tem lá uns canteiros muito giros, ou uns arbustos muito bonitos. Isso é a Câmara?***

M.C.: *Não. Acho que é de todos os moradores…*

J.B: ***Ai é? Então a Câmara não está encarregue de nada?***

M.C.: *Acho que não… a Câmara anda só a cortar assim…*

J.B: ***E por exemplo, estes vasinhos… este está cheio de rosinhas… e de florzinhas, mas os outros não têm. Isto é…***

M.C.: *Fomos nós, fomos nós. É o senhor do condomínio, é o meu marido!*

J.B: ***Porque por exemplo, aqueles daquele lado não têm nada...***

M.C.: *Isto estava sempre muito lindo, mas eu estive muito mal. Mas agora já… foi um AVC que me deu (...) mas ele agora já vai pôr isto tudo muito bonito.*

J.B: ***Muito bem! E por exemplo, esta estátua aqui, porque é que nalguns sítios tem assim estas coisas engraçadas?***

M.C.: *Esta estátua aqui foi o vizinho do 1º que ofereceu.*

J.B: ***Ofereceu? A quem?***

M.C.: *Não, aqui ao prédio! Ofereceu ao prédio. Ficou bem cara!*

J.B: ***Pois, acredito!***

M.C.: *Foi ele que ofereceu. As pessoas é que vão fazendo… a gente paga ao senhor quando ele vai arranjar o jardim. Só a parte de baixo, mais nada, em cima não. Em cima é o meu marido. É ele.*

J.B: ***E posso-lhe fazer outra pergunta? É sobre o espaço público aqui de Vila d'Este. O espaço que as pessoas têm para usar. A senhora acha que é bom, que é suficiente? Por exemplo, estes banquinhos aqui, alguém os usa?***

M.C.: *No verão, sim.*

J.B: ***E acha que é um espaço bonito?***

M.C.: *Eu acho que os banquinhos são bons. Eles agora, não sei se eles vão tirar, quando vier o metro. Acho que isto vai ser tudo arranjado. Por isso não sei o que é que eles vão fazer agora. Eles já ali vêm. E depois vêm para aqui. Aqui é que é a estação.*

J.B: ***Ah, vai ter o metro à porta de casa!***

M.C.: *É verdade!*

(…)

J.B: ***E isto aqui, quem é que fez?***

M.C.: *Isto aqui é a gente. Foi o meu marido. Ele só arranja esta parte aqui em baixo, mais nada. Eu é que fazia tudo… já foi lá para baixo?*

(…)

J.B: ***Eu já andei aqui, já dei muitas voltas a Vila d'Este, só que às vezes há pouca gente cá fora e eu não encontro muita gente com quem falar.***

M.C.: *Pois… lá em baixo também tem um espaço grande que é para a feira!*

J.B: ***Pois é, eu já andei na feira!***

M.C.: *Tem muita gente!*

J.B: ***É ao sábado, não é? Ou é ao domingo?***

M.C.: *É ao Domingo de manhã!*

(...)

J.B: ***Há muitos carros aqui que estacionam em cima dos passeios, não é?***

M.C.: *Aah, não há espaço…! E agora vamos ver quando vier o metro...*

J.B: ***O seu prédio tem garagem?***

M.C.: *Tem, mas não é todas.*

J.B: ***Ah! Há apartamentos que não têm? E as garagens só têm um lugar? só dá para um carro?***

M.C.: *Só, só!*

J.B: ***E nem toda a gente tem?***

M.C.: *Não, não!*

J.B: ***Então têm de estacionar cá fora?***

M.C.: *Ó filha, não há lugares nenhuns, já viu.. não há lugares nenhuns nenhuns! Aqui garagens tem, por exemplo, o 1º, o 5º, o 6º e o 7º, mai' nada.*

J.B: ***Então as pessoas têm que estacionar por aí…***

M.C.: *Pois é. Até à beira do Froiz! Não há lugares…*

J.B: ***Estacionam à beira do Froiz?***

M.C.: *Pois! Olhe o meu fica lá quase todos os dias.*

J.B: ***A sério? E faz este caminho todo? Ainda é longe… quase que tem de apanhar o autocarro para chegar a casa!***

M.C.: *É verdade (risos). Não há espaço. Vamos lá ver… se vão fazer alguma coisa…*

J.B: ***Se calhar arranjam…***

M.C.: *Hmm, eu acho que não.*

(...)

M.C.: *E lá em baixo não encontraste ninguém?*

J.B: ***Encontrei uma senhora, fiz-lhe algumas perguntas. Ela disse que gostava muito do espaço público... estava sentadinha num banco e disse que gostava. A questão é que aqui mora tanta gente, e depois cá fora quase nunca se vê ninguém.***

S.: *Há tanta gente filha!*

J.B: ***Não é? E onde é que andam as pessoas?***

M.C.: *A trabalhar! Isto aqui é quase um dormitório! Mai' nada.*

J.B: ***É pena, não? Isto tinha qualidade para ter mais vida…***

M.C.: *E tem ali em baixo no café, tem muita gente. Muita gente aí. Aquelas que têm o rendimento mínimo… aqui não, aqui é mais… eles andam a trabalhar, só à noite é que vêm.*

J.B: ***Claro…***

M.C.: *Já aqui moro há quase 29 anos.*

J.B: ***Foi mesmo desde o início, não?***

M.C.: *Foi! E acredite, não tenho nada, nada, nada, nada que dizer disto. Nada!*

J.B: ***Sempre gostou?***

M.C.: *Sim senhor!*

J.B: ***Isto teve obras em 2008… não foi?***

M.C.: *Foi.*

J.B: ***E isto era muito diferente antes?***

M.C.: *Era, era! Não tinha estas redes... e puseram aquela coisa de esferovite. Fica a casa muito mais quentinha.*

J.B: ***E cá fora? Estes espacinhos já existiam?***

M.C.: *Fomos nós, nós é que fizemos!*

J.B: ***É engraçado, porque se nota... vamos aqui à entrada do lado e não tem nada, não tem flores não tem nada… são as pessoas que não querem fazer lá nada?***

M.C.: *Pois olhe que isto dá muito trabalho… por isso é que as pessoas não querem… não querem ter trabalho… a gente tem que estar…*

(...)

J.B: ***E posso fazer só uma última pergunta? Se pudesse mudar aqui alguma coisa em Vila d'Este, o que é que faria? Se pudesse sei lá… por exemplo... um parque…?***

M.C.: *Ai sim, sim, para as crianças!*

J.B: ***Faz falta não é…?***

M.C.: *Faz sim senhora! Sim, a gente tinha aí um parque, lá em cima, mas depois deram conta dele, nunca mais fizeram mai' nada.*

J.B: ***Mas tinha escorregas…?***

M.C.: *Tinha, tinha.*

J.B: ***Agora lá em cima há uma espécie de um campo…***

M.C.: *É isso! Era aí que estava.*

J.B: ***Ah e substituíram pelo campo? Agora não está lá ninguém…***

M.C.: *Não... agora não… mas olhe faz muita falta acredite…*

J.B: ***Pois há muitas crianças aqui suponho…***

M.C.: *Ai tem, tem muitas crianças. Realmente fazia falta, mas…"*

Entrevista VII: L., moradora

(Apresentação)

"J.B.: ***E gostava de saber, uma vez que a senhora está aqui, o que é que acha do espaço que tem aqui... que os moradores têm aqui para aproveitar. Acha que é bom?***

L.: *Acho que sim.*

J.B.: ***Não acha que falta nada?***

L.: *Isto aqui… o que é que há de faltar? Temos supermercados, temos tudo! Só faltava aqui a polícia.*

J.B.: ***Realmente é verdade! Mas em termos, por exemplo, de espaços, assim, para se sentar, para estar com a família cá fora…***

L.: *Está bom!*

J.B.: ***E aqueles espaços lá em cima? Eu vi que havia uns campos meio abandonados, lá para cima…***

L.: *Esses espaços podiam ser dados aos moradores, não é? Quem quisesse. Tem aqui por exemplo alguns moradores que ocuparam aquele espaço ali, tem aquela parte do terreno onde até fazem a feira... os espaços que estão aqui mais abandonados podiam ser dados às pessoas.*

J.B.: ***E são de quem, sabe?***

L.: *Devem ser das Estradas…*

J.B.: ***É que eu vejo… muita gente mora aqui, são dezasseis mil pessoas…***

L.: *É muita gente!*

J.B.: ***Mas depois cá fora não vemos assim tanta gente... há uma pessoa aqui, uma pessoa ali... porque é que acha que...***

L.: *As pessoas trabalham e as pessoas de mais idade… [ficam por casa] eu estou aqui… estou à espera da camioneta!*

J.B.: ***Mas costuma vir cá para fora, só passear…?***

L.: *Ah, sim…*

J.B.: ***É que eu tenho ideia… não costumo ver muita gente… eu às vezes quero conversar com as pessoas e não vejo assim quase ninguém... às vezes vêm passear o cão…***

L.: *Sabe, a maior parte das pessoas trabalha…*

J.B.: ***E não têm assim tempo para vir cá para fora… então a senhora***

está satisfeita com este espaço?

L.: *Estou satisfeita!*

J.B.: ***Não mudava nada?***

L.: *Acho que está, está muito bom!*

J.B.: ***Ótimo, ótimo, obrigada!*"**

Entrevista VIII: C. (56 anos), morador

(Apresentação)

"J.B.: ***Sabe dizer-me o que estão a fazer aqui neste terreno? Estão a abrir uma rua?***

C.: *Vão com certeza… vai dar acesso … os prédios antigamente… os carros não podiam descer por aqui e agora estão a fazer uma escada para os carros descerem. Agora estão a fazer melhorias aqui.*

J.B.: ***Pois, por causa do metro também não?***

C.: *Sim, sim! É. Isto com certeza vai ficar mais valorizado… e acessos… neste caso ruas e tudo, vai ser muito bom.*

J.B.: ***O Senhor mora aqui?***

C.: *Sim, sim. Estou a morar aqui há coisa de três anos. Agora com o metro isto aqui vai ficar jeitoso. E vai valorizar bastante.*

J.B.: ***Isto também… em termos de transportes coletivos… tem autocarros e tudo, mas não é a mesma coisa…***

C.: *Com o metro vai ser melhor! Tem bastantes transportes, não vou dizer que não tem, mas como metro vai ser muito melhor. Portanto, quem quiser vir para aqui, na atualidade… aqui não está muito mal servido de transportes, mas quando vier o metro claro que vai ficar muito melhor. O metro vai ser a toda a hora. Agora os transportes que a gente tem, às vezes… de manhã há muitos seguidos, na hora de ponta. Mas a partir da hora de ponta às vezes é de vinte em vinte minutos. E também… não é muito mau! De vinte em vinte minutos não é muito mau.*

J.B.: ***Por acaso falei outro dia com uma senhora, ela disse-me que apanhava o autocarro só mesmo para sair de Vila d'Este, que depois o marido dela apanhava-a lá em cima. Porque também isto… é assim um bocadinho… é complicado andar a pé aqui… não?***

C.: *Quer dizer, a questão de ser complicado andar a pé é uma questão depois de a pessoa se adaptar, porque isto aqui parece confuso, mas não é confuso… porque são blocos e não sei quê não sei que mais, umas inclinações grandes, tudo isso.*

J.B.: ***Se o senhor quisesse ir daqui ao Modelo, por exemplo, pega no carro ou vai a pé?***

C.: *Portanto, eu por acaso, já tive carro, agora já não tenho. Por exemplo, eu para ir agora ao continente, tenho aqui o Continente, Modelo Continente, certo? Apanho ali o transporte, ali o 907 ou então… passa ali os outros transportes… que é o 109. E então vou até lá. Mas o Mo-*

delo também depois tem o transporte deles, que levam as coisas a casa. E a pessoa não paga transporte. A partir de cinquenta euros eles já trazem as compras a casa. Eu por acaso é assim que funciono, vou lá fazer as compras, e eles trazem-me as compras a casa.

Agora no geral, gosto de viver aqui, não tenho que dizer daqui. A casa em si, onde eu estou, também não é má. É jeitosa. De verão é fresquinha e de inverno é quentinha. Não tem humidades, não tem nada. Não tenho nada a dizer, sou sincero.

J.B.: ***E cá fora, por exemplo? É que eu às vezes ando cá fora, à procura de pessoas e não há assim muita gente, apesar de viver aqui muita gente. Já me disseram que é porque as pessoas estão a trabalhar, etc., mas depois… acha que os espaços cá de fora são atrativos para as pessoas?***

C.: *Sim, sim… eu para mim… nesse aspeto… depois de estar pronto vai ser melhor. Agora há muita sujidade, mas depois de estar pronto isto vai ser bom. Eu ficava aqui mais tempo, mas peço desculpa, tenho de apanhar o transporte, está bem? Uma boa tarde."*

Entrevista IX: D. (63 anos), moradora

(apresentação)

"J.B.: ***É moradora aqui, não é?***

D.: *Sim.*

J.B.: ***E gosta de viver aqui?***

D.: *Hmm… não gosto muito…, mas por motivos financeiros tenho que aguentar. É, porque isto é uma zona mais económica.*

J.B.: ***Mas não gosta porquê? Das pessoas? Ou do espaço em si?***

D.: *Das pessoas não tenho assim grande coisa para dizer… gostava de morar num sítio melhor… se fosse possível (risos).*

J.B.: ***E costuma vir cá para fora? Andar pelos jardins…?***

D.: *Não... não… passo a maior parte do tempo em casa, só saio mesmo para o necessário. Não frequento cafés, não… No verão vou dar a minha voltinha e tal… jardim aqui também não tem para a gente.*

J.B.: ***Pois… acha que faltam espaços desses para os moradores?***

D.: *Falta… falta muito espaço verde. Falta muito estacionamento, falta por exemplo um parque infantil para as crianças. Era uma coisa super necessária. Dada a quantidade de pessoas que mora aqui, dada a quantidade de crianças que vivem aqui, acho que um parque infantil era extremamente necessário. É, porque eles não têm onde passar o tempo…! Não têm onde jogar uma bola, não têm um baloiço para… não têm nada, nada! Eu tenho um netinho e ele coitadinho sente muita dificuldade. Anda sempre por exemplo a pedir à mãe para o levar… quando a mãe tem tempo disponível… para o levar ao Parque da Lavandeira que é o espaço mais perto que tem para eles correrem, andarem à vontade, porque aqui pronto, aqui na rua não se pode brincar. Sai-se porta fora e é logo rua, não tem nada. Temos aquele jardinzito ali em miniatura (risos) e aquilo não serve para nada, só serve para ganhar erva. Não tem mais utilidade nenhuma.*

J.B.: ***E depois há tantos carros na rua… deixar os miúdos vir para aqui também… sem um recinto onde eles possam estar, não é…?***

D.: *Pois… e é isso, quer dizer… os miúdos ou têm que estar fechados em casa ou então têm de se deslocar para um sítio como o Parque da Lavandeira ou assim, porque aqui na zona não há um sítio para as crianças se entreterem. Era uma coisa mesmo imprescindível que houvesse aqui…*

J.B.: ***Aqui, por exemplo, nestas ruinhas atrás que vão dar às gara-***

gens, até é mais ou menos protegido, não é?

D.: *Sim, mas olhe para o estado disto (risos). Se calham de cair…esfolam-se logo todos. Não podem andar de bicicleta, não podem andar de skate… aquelas coisinhas normais que as crianças gostam de fazer… não têm um espaçozinho… O nosso presidente da Câmara… não sei como nunca olhou para esse problema, nunca…não sei se alguém já chamou à atenção e se foi falta de vontade dele, ou se é realmente por desconhecimento… ele devia de olhar… para uma urbanização com tanta pessoa, tanto morador, devia olhar para esse aspeto… e terreno não falta… há muitos terrenos para fazerem isso… ali ao fundo há um grandessíssimo campo, não sei a quem ele pertence, está só a ganhar silvas e mato, podia transformá-lo num campo infantil.*

J.B.: ***E até lá em cima há alguns campos de futebol que estão abandonados…***

D.: *Não têm utilidade nenhuma! Depois tem lá em cima um espaço também, que pouca gente utiliza, porque lá pronto, mora pouca gente. Eu acho que aqui em baixo é que era o ideal.*

J.B.: ***Pois… eu já vi alguns miúdos a andar de bicicleta aqui à frente das garagens.***

D.: *É, andam de skate aqui pela rua abaixo…! Sujeitos a serem atropelados, porque não têm mais sítio nenhum onde se entreterem. Vão por aqui… a rua é a descer, eles vêm dali, metem-se em cima do skate e vão por ali a baaaaixo… e porquê? São obrigados a brincar na rua. E é isso, é a minha opinião…*

J.B.: ***E de resto… por exemplo, supermercados, não falta aqui! Cabeleireiros (...)***

D.: *Ah não! Isso não. Quanto a isso estamos servidos de transportes… e agora vindo o metro ainda melhor. A nível disso sim…*

J.B.: ***E por exemplo, se a senhora precisasse de ir ao Modelo, levava o carro ou ia a pé?***

D.: *Ah isso vou sempre a pé. É.*

J.B.: ***É porque a pendente… às vezes há uma inclinação muito grande. Não acha difícil andar a pé aqui em Vila d'Este, no geral?***

D.: *Ah isso tem, inclinações… porque… lá do fundo, olhando… é sempre a subir… sempre…! É, eu também já vou para a terceira idade. Por enquanto ainda não tenho dificuldades, mas quando for mais velha não sei…*

(…)

Aqui os prédios são todos idênticos. É, quem entra num… aqui há T3,

T2… é só essa a única diferença. Quem entra num… por exemplo, quem entra num T3, tem ideia dos T3 todos. As divisões todas no mesmo sítio, os quartos no mesmo sítio, a cozinha no mesmo sítio, a sala no mesmo sítio… são todos iguais. Os T2 a mesma coisa…

Agora com esta maquilhagem por fora… parecem bonitos… mas por dentro… quem tem dinheiro… mas quem não tem dinheiro aguenta-se como eles estão. Têm trinta e tal anos de vida, estes prédios…

J.B.: ***Foi feita uma requalificação, no interior também, não foi?***

D.: *Não… pintaram as paredes das escadas, até lá em cima. Aquelas partes chamadas comuns, pintaram as paredes só… e puseram os extintores de incêndio novos… de resto não fizeram mais nada. Portas para dentro cada um faz o que quer na sua própria casa.*

(…)

Mas escreva lá que… Vila d'Este é um sítio mais ou menos agradável para se viver. É calmo, é pacato, não há zaragatas, mas que tem muitas deficiências, a nível de estacionamento, a nível de espaços para as crianças, acho… pode ser que alguém leia (risos). Porque realmente são deficiências que estão a fazer falta. É. A nível de comércio e assim está muito bem servido, a nível de transportes também, mais ou menos. Antigamente era só os autocarros, agora já há camioneta que levam as pessoas para qualquer lado. Depois quando vier o metro então. Mais cómodo vai ser… porque as pessoas entram lá no Porto e vêm ter direitinhas a casa. Agora, mas realmente a nível de estacionamento e espaço para as crianças era o mais urgente. A Câmara devia olhar para isso e não olha, que eu já moro aqui há 25 anos e não… durante estes 25 anos não foi… nenhum deles que lá esteve foi capaz de olhar para esse problema, sabendo que aqui há tantas crianças. Fora do horário escolar eles não têm onde passar o tempo. É. Mais convívio entre as crianças… eu vejo-os aí a brincar no meio da rua, e pronto… e aproveitam e vão lá para baixo onde há quelas águas, aquelas fontes… vão para lá de verão e é lá que eles andam para trás e para a frente… a maior parte deles… que é o único espaço… mas mesmo assim é perigoso, porque é rodeado de ruas por todo o lado. É carros a passar por todo o lado, e depois sabe como é… as crianças não têm noção do perigo… chutam por exemplo uma bola… vão a correr atrás da bola. Não veem se vem carros nem se não vem. Vem um carro por exemplo, distraído, é uma criança atropelada. Não é? Devida de haver assim um recinto, fechadinho com um murinho, onde eles brincassem ali dentro e não corressem perigo nenhum.

(…)

J.B.: ***E no caso do estacionamento, por exemplo? Eu sei que há muita gente que não tem garagem…***

D.: *A maior parte. É assim, porque estes prédios têm um problema grande. Por exemplo, estas garagens é só para um carro. Na altura que construíram, se fizessem aquelas garagens comuns, percebe? Que dá para todos os moradores terem o seu lugarzinho… aí tiravam os carros da rua... a maioria! Por que há pessoas que têm dois carros. Há casais que têm ele e a mulher. Alguns até têm três, tem o filho e a mulher e o marido, e pronto. Mas pelo menos para um carro, tinham um lugar assegurado. Aqui não, em cada garagem só cabe um carro… e mal!*

J.B.: ***E às vezes as pessoas também… eu já entrei e já passei à frente e não tem sequer lá os carros… é quase um anexo da casa… guardam lá outras coisas e assim…***

D.: *Pois é assim… na altura em que eu comprei o meu era assim. Portanto, só os de lá de cima, 6º e 7º andar é que tinham direito a garagem. Todos os outros moradores têm uma chamada «arrecadação», que é onde a gente guarda as tralhas! Toda a gente tem tralhas na vida. E então, como é que eu hei de dizer… as pessoas que têm a garagem não têm direito a essa arrecadação e como não têm direito a essa arrecadação muitas pessoas põem o carro cá fora e utilizam a garagem como arrecadação. (…) Cada andar tem o seu compartimento… as suas coisinhas… guardam ali (…) e então… muitos põem o carro cá fora e utilizam a garagem como arrecadação, e guardam lá as coisas e o carro está na rua…*

J.B.: ***É que há muitos carros aqui na rua, mesmo!***

D.: *É. E à noite então! Durante o dia levam os carros para os trabalhos e essas coisas… pronto… vê-se uns espaçozinhos vazios. Se passar aqui à noite, a partir das sete horas, é uns em cima dos outros! (risos) é tudo em cima dos passeios, é nos jardins, olhe onde houver assim uma brechazinha…*

J.B.: ***E que soluções é que há?***

D.: *Pois era isso que ele devia fazer. Arranjar um grande espaço para fazer um parque de estacionamento e um espaço para as crianças. E é o que eu digo, não é por falta de terreno.*

J.B.: ***Pois, mas se calhar, se o estacionamento fosse lá em baixo as pessoas teriam alguma preguiça de estacionar e vir cá para cima… e voltavam a estacionar à porta de casa, que é mais fácil…***

D.: *Eu sei, mas por exemplo, os de lá de baixo já estacionam noutro lado. Porque a partir das sete da tarde, é como eu digo, não há espacinho nenhum. E então as pessoas correm aí as ruas todas e onde houver uma brechazinha metem o carro (…)"*

Entrevista X: L. e R. (82 e 84 anos), moradores

(apresentação)

"J.B.: ***Os senhores costumam utilizar estes espaços cá fora?***

L.: *Sim, sim. Podendo, olhe!*

J.B.: ***Eu tenho falado com algumas pessoas. Algumas dizem que faltam alguns espaços para se estar, sentados como os senhores… o que acham?***

L.: *Acho que não! Espaço? Há espaço por aí acima. Não falta espaço. Não falta onde se assentar. Pelo menos eu, não tenho nada que dizer.*

J.B.: ***E o que é que acha que falta por aqui?***

L.: *Gostava de ter aqui um Multibanco, uma farmácia… aqui nas redondezas. Temos de ir lá para cima…. Tinha ali uns correios daquele lado, fechou. Tem ali um café, dá para carregar os passes, e as senhas para o autocarro, mais nada. Por aqui não há mais nada. (…) Oh filha eu estou aqui há quase cinco anos e aqui à minha beira há até mais do que havia onde eu morava.*

J.B.: ***Mas agora aqui, se quiser ir lá acima…***

L.: *Temos ali autocarro.*

J.B.: ***Porque a pé não dá, não é…?***

L.: *Para mim não dá! Já fui a pé… agora é…infelizmente agora já não posso… é feridas [no pé]. Já fui à missa muitas vezes a pé e à farmácia… sabe que agora a gente não pode. Tem de ser de autocarro senão… não se consegue.*

J.B.: ***E não conseguindo fica mais cá por baixo… por esta zona aqui..***

L.: *Estamos por aqui, pois… e já não é mau! Enquanto a gente puder andar por aqui e assim andamos a ver-nos uns aos outros*

J.B.: ***E está bom tempo! Assim com este solinho sabe bem. É bom.***

L.: *É. E a gente vem dar uma voltinha cá por fora, está aqui sentado ao sol. Depois dá mais uma voltinha até ali acima e senta-se lá em cima. Vamos andando aos bocadinhos. Já caminhamos muito agora olhe. É ,filha."*

Entrevista XI: M.M (76 anos), morador

(Apresentação)

"J.B.: ***O senhor mora aqui?***

M.M.: *Moro.*

J.B.: ***E há quantos anos?***

M.M.: *Já para aí há 26.*

J.B.: ***E gosta de estar aqui?***

M.M.: *Eu vou-lhe ser muito sincero. Eu vim de um sítio, do centro da cidade do Porto, onde tinha tudo… mas não tinha tanto como tenho aqui.*

J.B.: ***Mas em que sentido? Serviços ou…?***

M.M.: *Em termos de serviços, em termos de sossego… e outra coisa. Eu já passei por todas as associações que existem em Vila d'Este. Ajudei a fundar algumas já… já fui presidente da Associação de Moradores, ajudei a fundar a Associação de Condomínios e a Associação de Proprietários. Aliás foi fundada aqui que era um barracão de madeira que era a escola primária. Assim como a Associação de Moradores era um barracão de madeira, que fui eu enquanto presidente que chateei a Câmara para dar aquela casa. Fundei a Associação de Pais da Escola de Vila d'Este, porque não havia… Fui diretor da Concelhia, ajudei a fundar esta e a de lá de cima da Serpente que agora pertence ao mesmo agrupamento. Trabalhei nesta Vila d'Este, trabalhei 27 anos… vai fazer… é isso. Trabalhar nas Associações… tenho para aí oitenta filhos na Vila d'Este. Todos os meninos que estiveram no futsal comigo, estiveram no desporto comigo desde as coletividades até à Junta de Freguesia, são meus filhos. (…) Agora o que lhe digo é que… Vila d'Este para mim… é tudo. Tenho a minha casa, tenho os meus amigos, os meus filhos, que aqui em casa são seis… que já não está cá nenhum, já fugiram todos. Tenho os netos e depois tenho os outros filhos adotivos e os netinhos todos que andam por aqui.*

J.B.: ***Muito bem. E então… eu tenho falado com pessoas que dizem que falta aqui um parque infantil para as crianças, outros que falta estacionamento…***

M.M.: *Não falta, não falta. Vou-lhe dizer que não falta um parque infantil para as crianças. Vou-lhe explicar. Isto já teve parques infantis. Vários. Tinha um ali, naquele largo que está em cimento ao lado do infantário, e quem usava aquilo eram estes indivíduos [aponta para um transeunte] e outros, inclusive até um morador esfaquearam ali no pescoço. O homem chamou a atenção por ele andar ali no baloiço, de*

madrugada… e acabaram por destruir tudo. Não tinha nem capacidade física nem suporte para peso de pessoas adultas. Aquilo era para crianças.

J.B.: ***Então acha que é por isso que não há?***

M.M.: *Certamente (…) a Junta não ganhava para concertos. Aliás não foi só a Junta. A câmara acabou por começar a fazer o mesmo, a fechá-los todos, os que estavam cá fora…*

O estacionamento… é natural que não haja parques de estacionamento, porque quando isto foi feito, foi construído a custos controlados. As casas para gente… não era de média classe… era para pobrezinhos não é… por isso é que isto não tem… é uma boa construção mas não tem acabamentos. E depois há aqui pessoas que já não são pobrezinhas. Eu tenho-os aqui no meu prédio. Têm quatro carros, só um é que conduz. Olhe tem por exemplo ali, um, dois,… estes dois azuis que estão aí. O Honda que está atrás desta carrinha, três… e mais o carro que ele conduz tem garagem, não mete nenhum na garagem. São quatro carros a ocupar espaço. (…) Os carros vêm para cima dos passeios, rebentam com tudo… pessoas com carrinhos, deficientes, têm de andar pela rua porque os passeios estão ocupados pelos carros. (…)

J.B.: ***E acha que o metro por exemplo vem aliviar um bocadinho…?***

M.M.: *Bem, o metro vem aliviar, mas o metro não leva os carros. As pessoas que têm os carros vão continuar a tê-los parados aí a monte. Porque alguns deles se pudessem levar os carrinhos para a cama levavam. (…) Enfim… o metro vem aliviar, o metro vem dar mais comodidade, mais conforto à população (…)*

Uma coisa que tem de bom aqui e… que se convive bem e tem muito sossego é… a enorme mancha de etnias diferentes. Tem gente de todo o lado. Paquistaneses, sudaneses, filipinos, tudo. Tem gente de todo o lado.

J.B.: ***Isso é bom, também! Forma-se uma comunidade multicultural.***

M.M.: *E vive-se todos… ucranianos (...) E eu… fui sempre aqui. Qualquer coisa… quando tivesse que fazer vinha para aqui… ou aprender a mexer com madeira…*

J.B.: ***E o senhor trabalha madeira?***

M.M.: *Eu não trabalho, eu faço bonequinhos… vou-me entretendo aqui a fazer coisas para divertir os meninos. (…)*

J.B.: ***Então faz coisas assim… em miniatura!***

M.M.: *Isto é feito com lixo! São paus de gelados, bonequinhos que põem ali no lixo. Eu aproveito ó… está ali uma bola cheia de bonequinhos. Isto é só uma parte, que lá para cima há mais (…) por exem-*

plo isto são… isto são paus de silva (…) diversas coisas… casquinhas, gaiolas… em madeira…

J.B.: ***E tem aqui umas ferramentas…!***

M.M.: *Estão por ali…tenho por aqui muita ferramenta porque a minha vida esteve sempre ligada à construção civil. Ainda está para ali um camião frigorífico por acabar, meter as rodas e acabar de montar, porque… estive sempre ligado à construção! Porque a minha profissão de raiz não é pedreiro, não é carpinteiro, é desenhador de construção. O meu sonho era ser arquiteto… mas… o dinheiro não chegou (…) É, mas Vila d'Este é um paraíso.*

J.B.: ***Estou a ver que sim, estou a ver que gosta muito!***

M.M.: *Não tenhas dúvidas!*

J.B.: ***Só lhe faltava ter uma horta!***

M.M.: *E tenho!*

J.B.: ***Ah! Eu já andei a falar com algumas pessoas! Qual é? (…) e gosta também? Costuma ir para lá?***

M.M.: *Claro! Tenho ali o carro de mão. Ando sempre a juntar garrafões para…*

J.B.: ***Pois… não há água lá pois não?***

M.M.: *Eu tenho água!*

J.B.: ***Tem? Como?***

M.M.: *Da mina.*

J.B.: ***Mas canaliza?***

M.M.: *É uma mina. Canalizei para dentro do terreno. Tenho dois depósitos, dois bidões de plástico, daqueles azuis, enterrados no chão. E a água cai lá. Tenho lá enterrados, para encher. E dali, encho os depósitos que estão lá, um preto e um branco que estão ao lado.*

J.B.: ***Pois, porque há pessoas que têm dezenas de garrafões… que têm que ir buscar…***

M.M.: *Pois. Não querem investir… não têm depósitos, têm garrafões.*

J.B.: ***Também têm o dobro do trabalho depois…***

M.M.: *E o dobro do lixo, quando os garrafões começarem a rebentar (...)"*